

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA CAROLINA FERNANDES SILVA

**ENVELHECIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: A REALIDADE DO
ASSENTAMENTO RURAL TEREZA DO CEDRO EM UBERABA/MG**

FRANCA

2018

ANA CAROLINA FERNANDES SILVA

**ENVELHECIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: A REALIDADE DO
ASSENTAMENTO RURAL TEREZA DO CEDRO EM UBERABA/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Nanci Soares

FRANCA

2018

Silva, Ana Carolina Fernandes.

Envelhecimento e questão agrária: a realidade do assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG / Ana Carolina Fernandes Silva. – Franca: [s.n.], 2018.

134f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Nanci Soares

1. Trabalhadoras rurais. 2. Idosos. 3. Reforma agraria. I. Título.

CDD – 362.85

ANA CAROLINA FERNANDES SILVA

**ENVELHECIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: A REALIDADE DO
ASSENTAMENTO RURAL TEREZA DO CEDRO EM UBERABA/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Nanci Soares

Examinador: _____

Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2018.

*Dedico este trabalho aos meus amados pais Ana Maria (**Dona Ana**) e Benedito Antonio (**Seu Toninho**), cujo amor, carinho e apoio, foram essenciais para esta conquista.*

Exemplos de humanidade, garra e coragem.

Gratidão e amor!

*Escorre a terra bruta
Entre os dedos rudes
Do camponês/artista
Deslizam
As sementes
Soprando vida
No antigo latifúndio
Improdutivo
Como o escultor
Seu bloco de pedra
Suas mãos fecundam
O relevo da terra
Tornam a matéria
A arte milagrosa
Do alimento
Esse pedaço
De pedra
De terra
Em breve
Será pão
Será sustento
Escultura
Da terra lapidada
A partir de uma semente.
(Carlos Pronzato)¹.*

¹ Carlos Pronzato escreveu 19 poemas em homenagem aos trabalhadores rurais que foram assassinados durante um confronto com a polícia militar em Eldorado do Carajás (Pará) em 17 de abril de 1996.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não seria possível sem a contribuição e apoio de muitas pessoas às quais dedico meus sinceros agradecimentos.

À Deus, minha força, refúgio e proteção.

Aos meus pais, minha maior inspiração. Gratidão eterna por me darem a vida. À minha mãe *Ana*, amiga sincera e símbolo de mulher, de garra e coragem. Ao meu pai *Toninho*, humilde, batalhador e de coração imenso. Agradeço por nunca terem deixado de apontar o caminho do estudo e do conhecimento. Vocês são quem eu mais amo e admiro nessa vida.

Ao meu irmão *Cesar* e minha cunhada *Elaine*, por acreditarem em mim. Vocês fazem parte deste sonho realizado.

À minha companheira, amiga e grande amor *Bruna*; meus dias são mais coloridos desde que você chegou! Você me ensina a ser uma pessoa melhor todos os dias. Admiro muito você! Caminharemos juntas, sempre, lado a lado. Te amo!

Agradeço aos sempre amigos, que me apoiam e me dão forças para persistir nesta caminhada, *Viviane, Nathália, Raquel, Carolina, Leonardo e Daiany*.

À querida professora e orientadora *Nanci Soares*, pela paciência, incentivo e apoio. Agradeço pelo tempo dedicado a problematizar, junto comigo, os desafios e perspectivas que envolviam este estudo.

Às professoras *Marta Farinelli, Josiani Julião e Sálvea Campelo e Paiva* que prontamente aceitaram participar da banca, com valiosas contribuições. Minha admiração.

A todos os professores que encontrei nessa caminhada, por contribuírem para o enriquecimento do meu trabalho, cada um, em suas diferenças, assumiu o compromisso da formação, do olhar para além das entrelinhas, da luta e da resistência por uma profissão firmada na defesa da justiça, da igualdade e dos direitos.

Aos colegas da pós-graduação em Serviço Social da UNESP – Campus de Franca, que compartilharam tantas experiências, tanto pessoais quanto profissionais: *Maria Florência, Priscila, André, Nairana, Alinne, Mayara, Thamiris, Angelina e Larissa*.

Aos profissionais que dividem experiências cotidianas, obrigada pela paciência neste período, *Adriana, Diego, Rosane, Marcela, Luana, Elisângela, Thais e Helena*.

Aos sujeitos da pesquisa, por contribuírem para a materialização deste trabalho. Vocês são partícipes da construção de uma nova sociedade, que começa a mudar quando se propõe a discuti-la. Eterna admiração pela luta que vocês travam cotidianamente.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, o meu sincero agradecimento.

*“Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso
Jogando meu corpo no mundo
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto
E passo aos olhos nus
Ou vestidos de lunetas
Passado, presente
Participo sendo o mistério do planeta (...).”*

(Mistério dos Planetas - Os Novos Baianos, 1972).

SILVA, Ana Carolina Fernandes. **Envelhecimento e Questão Agrária**: a realidade do assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG. 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como se dá o acesso às políticas sociais da pessoa idosa no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG, visando identificar suas demandas, enfrentamentos e articulações que estabelecem dentro e fora deste espaço. Para tal foram traçados os seguintes objetivos específicos: compreender o significado de envelhecer no campo e as contradições no capitalismo; traçar o perfil sociodemográfico da população idosa do assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG; descrever a história da participação da pessoa idosa na luta pela terra no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG e identificar a percepção da população idosa sobre a sua contribuição para o assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG. A pesquisa utilizou-se de revisão de literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo, no qual foram entrevistados os assentados. O método eleito foi o materialismo histórico dialético de Marx. A abordagem é qualitativa. Os resultados da pesquisa apontaram os desafios do envelhecimento, e, sobretudo, o envelhecimento no campo, evidenciando também todo processo de organização e luta desses trabalhadores para assegurar o acesso à terra e com isso sua subsistência. O resultado do estudo sobre o assentamento rural Tereza do Cedro permitiu concluir que o envelhecer no campo, mesmo com inúmeras dificuldades, é possível identificar a existência da luta pela reforma agrária nesse assentamento, mas que apontam para a necessidade de uma maior articulação e diálogo entre esses sujeitos para dar continuidade a esse processo e garantir outros elementos que compõe a realidade agrária, como a moradia, educação, alimentação e outras demandas vivenciadas neste espaço. Demonstra o quanto a política de reforma agrária no país ainda é deficitária.

Palavras-chave: Envelhecimento. Lutas Sociais. Reforma Agrária. Trabalhadores Rurais.

SILVA, Ana Carolina Fernandes. **Envelhecimento e Questão Agrária**: a realidade do assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG. 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand how is the access to social policies of the elderly person in the rural settlement Tereza do Cedro in Uberaba / MG, aiming to identify their demands, confrontations and articulations that establish inside and outside this space. The following specific objectives were determined: understand the meaning of aging in the countryside and the contradictions in capitalism; to profile sociodemographically the elderly population in the rural settlement Tereza do Cedro in Uberaba/MG; to trace the history of elderly people's participation in the struggle for land in the rural settlement Tereza do Cedro in Uberaba/MG; and to identify the elderly's perception about their own contribution to the rural settlement Tereza do Cedro in Uberaba/MG. Research counted on literature revision, documental research and field research, on which settled population was interviewed. Chosen method was Marx's dialectical historic materialism, and the approach is qualitative. Results highlighted the challenges of aging and, above all, aging in the rural landscape, stressing also the organization and resistance processes they go through to secure access to land and the minimum surviving conditions attached to it. The study on the rural settlement Tereza do Cedro concluded that even with great difficulties, the existence of struggles for land reforms can be identified in the settlement that points to a need of more dialogue and articulation between subjects, in order to assure continuation of those processes and to pursue other elements within the agrarian reality, like livelihood, education, nurture and other demands that arise in such situations. It demonstrates how poor land reform policies still are in the country.

Key words: Aging. Social Struggles. Land Reform. Rural workers.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----------|
| Quadro 1 - Dados gerais dos sujeitos..... | 85 |
| Quadro 2 – Relação de direitos das famílias..... | 86 |
| Quadro 3 - Relação de benefícios das famílias..... | 94 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|------------|
| MAPA 1 - Minas Gerais – Divisão mesorregional..... | 101 |
|---|------------|

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|------------|
| TABELA 1 - Triângulo Mineiro – Movimentos socioterritoriais em ocupações 2000- 2015..... | 103 |
| TABELA 2 - Minas Gerais – Assentamentos rurais por ano, 1986-2015..... | 104 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|------------|
| GRÁFICO 1 - Minas Gerais – Número de Ocupações e de Famílias por Município, 2015..... | 105 |
|--|------------|

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| AME | Assembleia Mundial sobre Envelhecimento |
| BOAS | Brazil Old Age Schedule |
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CARE | Consultation and Relational Empathy |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina |
| CEPLAC | Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira |
| CF | Constituição da República Federativa do Brasil |
| CNA | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil |
| CONEP | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| DATALUTA | Banco de Dados da Luta pela Terra |
| EI | Estatuto do Idoso |
| FCHS | Faculdade de Ciências Humanas e Sociais |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| IAA | Instituto do Açúcar e do Alcool |
| IBC | Instituto Biorregional do Cerrado |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBRA | Instituto Brasileiro de Reforma Agrária |
| INCRA | Instituto Nacional de Recolonização Agrária |
| INDA | Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário |
| LAGEA | Laboratório de Geografia Agrária |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| MLST | Movimento de Libertação dos Sem Terra |
| MST | Movimento Sem Terra |
| OARS | Older Americans Resources and Services |
| ONGs | Organizações Não Governamentais |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAHO | Pan American Health Organization |
| PIB | Produto Interno Bruto |

| | |
|--------|---|
| PDA | Plano de Desenvolvimento do Assentamento |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio |
| PNI | Política Nacional do Idoso |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |
| UFTM | Universidade Federal do Triângulo Mineiro |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 19 |
| | |
| CAPÍTULO 1 | |
| A CATEGORIA TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL | 28 |
| 1.1 O trabalho ontológico como categoria fundante do ser social | 29 |
| 1.1.1 Contextualização da questão social e sua gênese | 34 |
| 1.1.2 O envelhecimento como expressão da questão social..... | 37 |
| 1.1.3 O sistema de proteção social e o envelhecimento | 42 |
| 1.1.4 O envelhecer no campo e suas contradições no capitalismo | 47 |
| 1.1.5 As classes sociais e o envelhecimento | 52 |
| | |
| CAPÍTULO 2 | |
| A QUESTÃO AGRÁRIA E AS LUTAS EM DEFESA DA TERRA COMO PROCESSO FUNDANTE DA QUESTÃO SOCIAL | 55 |
| 2.1 A terra e o trabalho no processo de acumulação capitalista..... | 56 |
| 2.2 A questão agrária no Brasil | 60 |
| 2.3 A questão agrária no Brasil sob o domínio neoliberal | 65 |
| 2.4 As contradições entre a política do agronegócio e as políticas sociais..... | 71 |
| 2.5 As lutas sociais no campo | 74 |
| | |
| CAPÍTULO 3 | |
| A REALIDADE DOS TRABALHADORES ASSENTADOS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO | 79 |
| 3.1 Procedimentos metodológicos..... | 80 |
| 3.2 Apresentação dos resultados | 84 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 111 |
| | |
| REFERÊNCIAS..... | 118 |

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário para traçar o perfil das pessoas idosas128

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista semiestruturada130

ANEXO

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....132

ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....133

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo compreender como se dá o acesso às políticas sociais da pessoa idosa no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG. O interesse pelo tema do envelhecimento surge a partir de experiências e vivências em atividades de extensão com as pessoas idosas institucionalizadas durante a formação na graduação.

A experiência de atuação e formação na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do idoso na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM contribuiu com as discussões em oficinas de Reforma Agrária no Município de Uberaba/MG, que deu “voz” aos sujeitos que vivem no assentamento, possibilitando que esta população aponte suas realidades no campo, bem como a participação na luta pela terra.

O processo de envelhecimento da população mundial tem sido objeto de estudo por vários pesquisadores, além das mudanças ocorridas no sistema de proteção social, em destaque aos idosos trabalhadores do campo na luta e resistência pela permanência na terra, diante do sucateamento dos direitos sociais conquistados por longos anos.

Para se alcançar os objetivos específicos foi preciso contextualizar categorias importantes para subsidiar o processo histórico e dialético da totalidade envolvendo a luta pela terra do trabalhador idoso do campo. Assim para se alcançar o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico da pessoa idosa na luta pela terra no assentamento Tereza do Cedro em Uberaba/MG, foi realizado leituras e estudos de autores que estudam a categoria trabalho, por envolver os trabalhadores do assentamento, entendendo o trabalho como questão ontológica do humano genérico, bem como o processo de envelhecimento humano para os desprovidos de acesso aos direitos sociais, resultando nas desigualdades geradas da relação trabalho e capital que geram as expressões da questão social.

Sendo o envelhecimento uma forma de expressão da questão social, pois na sociabilidade capitalista o indivíduo idoso é excluído das relações sociais e humanas, além do isolamento no seio da sociedade. Assim, a referida sociabilidade capitalista sentencia a população idosa da classe trabalhadora a extrema pobreza no mesmo modo em que se acumula riqueza, uma vez que a desigualdade social é inerente às formas de relação social engendradas das sociedades sob o domínio do grande capital.

Foi realizado um questionário contendo as informações gerais de cada idoso

(a) participantes da pesquisa para traçar um perfil destes sujeitos. Foi possível evidenciar tal objetivo, uma vez que as questões apontaram um perfil de idoso (a) com baixa escolaridade, aposentados, baixos níveis socioeconômicos, falta de acesso a rede assistencial das políticas sociais, como a educação e saúde, além de falta de saneamento básico adequado, fatores que expressam a desresponsabilização do Estado para com as famílias do assentamento, acirrando as vulnerabilidades e risco social.

Foi evidenciado também que a relação do trabalhador com a terra e a produção advinda, ultrapassa a questão de renda, mas de reconhecimento na terra e em sua produção para subsistência e realização pessoal.

O segundo objetivo buscou descrever como se dá o acesso às políticas sociais da pessoa idosa no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG. Desvelou tal objetivo na medida em que as entrevistas com questionário norteador com uso do gravador trouxeram a historicidade da chegada, na conquista e na luta pela permanência da terra. Por fim, o terceiro objetivo denunciou a percepção da população idosa bem como sua participação na luta pela terra no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG.

Assim, o terceiro objetivo buscou trazer à tona os movimentos sociais de luta consolidado no Brasil, a participação dos trabalhadores rurais na luta pela terra, bem como a importância de Reforma Agrária no Brasil.

Para que a pesquisa cumpra seu papel de transformar a realidade, é necessário compromisso ético do pesquisador de adotar referencial teórico-metodológico coerente, confiável e sob a luz de uma perspectiva teórica fidedigna, ou seja, utilizar bases teóricas para qualificar a pesquisa bem como suas etapas.

A função social da pesquisa é concretizada quando as pesquisas conseguem ultrapassar os muros da “produção” do conhecimento pautado no “produtivismo” no meio acadêmico. É patente que os pesquisadores engajados com mudanças societárias efetivem suas investigações visando contribuir para construir conhecimentos que modifique a realidade social, bem como contribuir com a evolução humana.

Este estudo buscou desnudar a realidade do (a) trabalhador (a) idoso (a) participativo (a) e na luta pela terra do assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG, bem como dar visibilidade para os enfrentamentos contra as ofensivas da ordem vigente capitalista no que concerne a exclusão do trabalhador idoso e

rural, denunciando a necessidade imperiosa de efetivação de políticas sociais e de proteção para a população que envelhece no campo.

A pesquisa utilizou do materialismo histórico dialético, para compreender a dinâmica contraditória do real e da situação que analisamos. Guerra (2009, p. 17) afirma: “[...] a realidade é sempre mais rica, mais ampla e plena de mediações do que a capacidade do sujeito de captá-la e reproduzi-la no pensamento”. Neste sentido, movida a captar e reconhecer os processos históricos, políticos e sociais que constituem esta realidade foi construída a proposta deste estudo. Nos termos de Marx, Engels (2009), parte de premissas reais, de indivíduos reais, em condições materiais reais, conforme:

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo empírico (MARX; ENGELS, 2009, p. 23).

Foi por meio de “um modo empírico”, ou seja, por meio da aproximação com o assentamento rural Tereza do Cedro, que pretendemos desenvolver as análises propostas neste estudo.

[...] o papel do sujeito é essencialmente ativo; precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo da pesquisa. (MARX apud NETTO, 2011, p. 25).

Perante tal movimento no real e para o real e comprometida com os sujeitos sociais idosos que tecem a luta pela reforma agrária, que vivem neste assentamento rural lutando pela reforma agrária em Uberaba, foi proposto neste estudo compreender qual a participação da pessoa idosa na luta pela terra no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG.

Esta discussão é perpassada pelas três dimensões que compõem a realidade, universalidade, particularidade e singularidade, partes constitutivas do real, que nos aproximam de interpretar e captar a política de reforma agrária em curso. Estudos já sinalizam que a reforma agrária no contexto brasileiro ainda está à margem do que possa vir a ser uma “política agrária” que segundo Nelson Delgado

(2009, p. 26) é um “instrumento indispensável para que se desencadeie no país com características como o nosso, um autêntico processo de desenvolvimento rural sustentado e não apenas de desenvolvimento agrícola”.

O cenário da pesquisa é o município de Uberaba/MG, localizada no interior do estado de Minas Gerais e pertencente ao Triângulo Mineiro. Neste município, há três assentamentos rurais: Tereza do Cedro; Dandara; e Monte Castelo. Em Uberaba também existem dois acampamentos, 19 de Março e Rosa Luxemburgo, oriundos de uma ocupação no latifúndio da Fazenda Pão de Queijo, onde, segundo os sujeitos envolvidos, estão acampadas mais de 100 famílias com liderança do MST – Movimento Sem Terra (MASSON, 2016).

Uberaba é o quinto município do Triângulo Mineiro que entre 2000 e 2013 registrou o maior número de manifestações envolvendo 2.910 pessoas em 11 manifestações. Em 2012 ficou atrás somente do município de Uberlândia. É a oitava cidade do estado de Minas Gerais em número de famílias em ocupações rurais por município entre 1990 a 2012, sendo que Uberlândia, primeira cidade, e Ituiutaba, quarta cidade, também são da mesorregião do Triângulo Mineiro (CLEPS JÚNIOR, 2013).

O universo da pesquisa foi o assentamento rural Tereza do Cedro. A escolha deste assentamento rural como campo de pesquisa, foi por se constituir como o mais antigo do município, sendo 1999 o ano de ocupação e instalação das famílias, e em 2004 o ato de criação do Projeto de Assentamento Rural pelo Instituto Nacional de Recolonização Agrária (INCRA).

Os sujeitos da pesquisa foram pessoas idosas, que segundo o Estatuto do Idoso (2003), são “pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”, que após ser explanada aos sujeitos qual a intenção dessa pesquisa, aceitaram participar, porém, respeitando o número máximo de 10 sujeitos.

Para a realização desta pesquisa foi utilizado de uma determinada metodologia, que segundo Minayo (2010, p. 16): “[...] inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

A abordagem adotada foi à qualitativa, que para Minayo (2010, p. 22), “[...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]”.

A pesquisa bibliográfica é essencial, pois é através dela que há a

possibilidade de uma maior aproximação do pesquisador com o tema a ser estudado. Esta se deu através da análise de diversos autores, e permite uma melhor compreensão do objeto de estudo, obtendo assim, um aprofundamento teórico e uma maior aproximação da realidade.

A partir das leituras e compreensão de todo o material utilizado para construção do referencial teórico, que perpassa à temática estudada; foram selecionadas as categorias (trabalho, envelhecimento, reforma agrária, lutas) entendendo que essas são intrinsecamente interligadas umas as outras, no que concerne a uma maior apreensão da proposta deste trabalho.

Essas categorias são elementos do sistema que serve de estrutura ao conhecimento. Elas orientam o pensamento no sentido da procura de solução de novos problemas científicos e auxiliam na organização do campo da pesquisa. Na dialética, as categorias constituem o instrumento básico de produção de conhecimentos. Elas exprimem o modo de ser, não são criações arbitrarias do pensamento (GOHN, 2005, p. 264).

A análise temática de conteúdo, segundo Minayo (2007), desdobra-se nas etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação. A etapa da pré-análise compreende a leitura flutuante, constituição do corpus, formulação e reformulação de hipóteses ou pressupostos. A leitura flutuante requer do pesquisador o contato direto e intenso com o material de campo, em que pode surgir a relação entre as hipóteses ou pressupostos iniciais, as hipóteses emergentes e as teorias relacionadas ao tema.

Para Minayo (2010), uma pesquisa passa por três fases, sendo elas: a fase exploratória, na qual ocorre o amadurecimento do objeto de estudo e se delimita o problema de investigação; a fase de coleta de dados, em que se recolhem informações que respondam ao problema; e a fase de análise de dados, na qual se faz o tratamento, por interpretações e inferências das informações obtidas.

Para tanto, a análise e a interpretação dos dados se deu primeiramente quanto ao conteúdo, consistindo em um recurso técnico para analisar os dados provenientes da literatura abordada, dos documentos, legislações pertinentes e dos questionários aplicados. Buscando retomar o objeto da pesquisa, construir indicadores para a análise e delimitar o conteúdo para posterior exploração do material e interpretação dos dados provenientes dos questionários e das entrevistas. A próxima fase foi a análise categorial temática, utilizando-a de forma mais interpretativa; desmembrando as categorias do texto, agrupando, classificando e

organizando as mensagens a partir dos elementos e conceitos dados. Este estudo teve por base o método materialista histórico dialético de Marx.

Para aproximação e aprofundamento do tema da investigação, foi realizada pesquisa bibliográfica e de campo visando construir o referencial de análise para a pesquisa e orientar a formulação do roteiro norteador da investigação.

A leitura foi constante em toda a pesquisa, e foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, periódicos, teses, monografias e artigos científicos extraídos da internet, dentre outras fontes; a fim de solidificar o projeto. Para tanto, foi necessário um embasamento teórico, por meio de autores como Antunes; Alves; Behring; Boschetti; Campelo e Paiva; Haddad; Iamamoto; Masson; Marx; Montaña; Netto; Soares; Teixeira, dentre outras referências que discutem a temática pesquisada.

A pesquisa documental também esteve presente no trabalho, para que se possa ter uma fundamentação teórica embasada nas legislações pertinentes ao tema, uma vez que são utilizados materiais que nem sempre recebem um tratamento analítico, como legislações, decretos, resoluções e documentos referentes ao assentamento rural Tereza do Cedro.

Foi realizada entrevista semi-estruturada, por meio de um roteiro planejado, que permitiu dialogar com os sujeitos da pesquisa a temática abordada, tendo como parâmetro um questionário multidimensional para estudos comunitários na população idosa (BOAS²). Dalbério (2009), afirma, que “o questionário é viável para se obter as informações necessárias junto a uma população (ou sujeito) informante. Esses dados deram subsídios para a construção de um trabalho consistente”. E ainda reforça “quando o questionário está fundamentado e estruturado de forma clara e precisa, as informações tendem a revelar a realidade dos informantes. O questionário passa a ser, nesse sentido, um instrumento que trará uma qualidade científica ao trabalho”.

Por meio da entrevista é que podemos obter informações que não seriam possíveis apenas por meio de documentos ou pesquisa documental, e é um espaço

² BOAS – Brazil Old Age Schedule é um questionário funcional multidimensional desenvolvido para a população idosa, baseado em outros instrumentos que encontram padrões aceitáveis de validade e confiabilidade, como os questionários PAHO, CARE e OARS. O Questionário BOAS é dividido em nove seções. Juntas, estas seções objetivam assegurar informações sobre as principais características, necessidades e problemas da população idosa de um centro urbano. Cada seção específica pretende explorar com alguma profundidade as áreas consideradas importantes, devido ao seu impacto nos padrões de vida do grupo etário em estudo.

onde se estabelece uma integração entre o pesquisador e o sujeito envolvido.

“[...] o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada [...]” (MINAYO, 2010, p.57).

A realização das entrevistas foi devidamente agendada com os participantes da pesquisa, respeitando o tempo e a disponibilidade dos mesmos. As entrevistas foram gravadas, com a autorização dos sujeitos, a *posteriori* transcrevemos o conteúdo das mesmas, e em seguida realizou o trato para a análise. E com essas entrevistas visou responder as indagações existentes dentro dos nossos objetivos. Utilizou da entrevista semiestruturada, pois, essa permite ao entrevistado contribuir no processo de investigação com liberdade e espontaneidade, sem perder a objetividade.

A entrevista semiestruturada é [...] aquela que parte de certos conhecimentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta forma, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Foi garantido o sigilo de todos os participantes conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cedido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) após a devida submissão do projeto e aprovação de sua execução, de acordo com as normas previstas na Resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Todo o processo de pesquisa obedeceu criteriosamente aos preceitos éticos, sendo mantido o anonimato dos participantes, a confidencialidade das informações, e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Quanto à divulgação dos dados obtidos, foi e será rigorosamente o acordo feito com os depoentes.

Por entender a importância da pesquisa enquanto instrumento de transformação social, entendemos ser necessário sempre reafirmar a técnica da devolutiva aos sujeitos envolvidos. Devolver os resultados de uma pesquisa é

afirmar o compromisso ético do pesquisador e galgar espaços de transformação coletiva e social da realidade apresentada no estudo. Com o término da pesquisa, além da divulgação nos meios acadêmicos, será realizada uma roda de conversa com os assentados do Tereza do Cedro para socialização dos resultados.

O primeiro capítulo trouxe a categoria trabalho enquanto central na constituição da sociabilidade social, bem como a transformação da natureza e do homem, sendo os (as) idosos (as) trabalhadores (as) do assentamento rural Tereza do Cedro inseridos no contexto de ofensiva e sucateamento de toda forma de acesso aos direitos sociais. Foi abordado ainda, o processo de envelhecimento enquanto uma problemática social advinda das expressões da Questão Social fruto da sociedade capitalista e sua relação entre trabalho e capital, numa perspectiva de totalidade.

No segundo capítulo foi realizado o debate da questão agrária nas particularidades do Brasil, isto é, trazendo as contradições de seu desenvolvimento desigual e combinado. Além disso, buscou elucidar os desafios e as resistências das lutas sociais no campo apontando todo contexto histórico do país que interferiu sobre esse processo. Por isso, a necessidade de discutir a questão agrária no Brasil sob o domínio neoliberal; as contradições entre a política do agronegócio e as políticas sociais e as lutas sociais no campo.

O terceiro capítulo apresenta os resultados e a análise dos dados obtidos a partir da pesquisa de campo realizada no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG. Foi possível apresentar as características presentes neste espaço, as demandas e os enfrentamentos das famílias, sua organização interna, o perfil sociodemográfico, além das lutas que tem travado.

Por fim, nas considerações finais são problematizadas questões que foram abordadas durante o estudo. Apresentam-se os desafios mencionados pelos assentados e assentadas do Tereza do Cedro para garantir o acesso a terra e outros direitos sociais, bem como a necessidade da organização e articulação dos diversos movimentos sociais em defesa da terra no país, para modificar a realidade da política de Reforma Agrária no Brasil, bem como romper com a sociabilidade do capital, que apenas será possível quando houver uma luta muito maior e coletiva de toda classe trabalhadora.

CAPÍTULO 1

A CATEGORIA TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Neste presente capítulo, para descrever nosso objetivo geral, ou seja, analisar como se dá o acesso da pessoa idosa do assentamento rural Tereza do Cedro às políticas sociais no município de Uberaba/MG, vamos debater a categoria trabalho e seus rebatimentos no processo de envelhecimento humano na sociabilidade do capital. Recorreremos a autores da tradição marxista para tratar do tema trabalho como categoria ontológica e suas dimensões na sociedade capitalista, bem como a problemática social do envelhecer no campo.

1.1 O trabalho ontológico como categoria fundante do ser social

O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas [...] O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isto [...] E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (RICARDO ANTUNES).

Pensar o trabalho enquanto categoria central para a sociabilidade é pensar toda sua complexidade conceitual e de significações na produção e reprodução das relações sociais. A categoria trabalho vem sendo analisada e estudada por vários estudiosos das ciências sociais, bem como outras áreas do conhecimento, neste caso, utilizaremos autores da tradição marxista para embasar os conceitos aqui defendidos. Os autores utilizados foram: Antunes (2004); Antunes e Alves (2004); Campelo e Paiva (2014); Carvalho (2012); Iamamoto (2001); Marx (2013); Netto (2001); Pastorini (2004); Santos (2012); Silva (2016); Soares et al (2014); Teixeira (2009); Yasbek (2001), entre outros.

O trabalho defendido na perspectiva marxista é condição básica e fundamental de toda vida humana, como colocamos no início, nas palavras de Antunes (2004, p. 11) “[...] é em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

Importante destacar que o trabalho possui significados diferentes na existência das condições materiais da organização e reprodução das relações sociais.

O homem é um ser genérico que diferencia dos demais animais pelo seu sentido intelectual, por sua forma de relação social, bem como pela sua consciência de planejar a ação antes de executá-la.

No capítulo V do livro de O Capital, Marx inicia analisando o processo de trabalho sem considerar a forma social na qual o trabalho se dá, diz que “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza.” (MARX, 1985a, p.149 apud COLMÁN; POLA, 2009, p. 186). Entretanto, o trabalho em Marx não é só aquela atividade que promove a transformação do próprio homem. Afirmar que, facilmente, pode ser comprovada pelas próprias palavras do autor. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente (MARX, 1991, p.149-150).

Como citado, não basta a transformação da natureza, é necessário projetar e idealizar sua transformação, pois qualquer animal transforma a natureza, porém não pode afirmar que esta atividade se chama trabalho. Com a sociedade capitalista, evidencia a sociedade de classe, além da fragmentação e divisão do trabalho em manual e intelectual.

Na sociedade capitalista os donos dos meios de produção compram a força de trabalho do trabalhador que é desprovido dos meios de produção e submetem a vender para o patrão a força de trabalho para sobreviver. Esta relação de patrão e trabalhador gera conflitos, pois o lucro da mercadoria gerada pelos trabalhadores é apropriado pelos burgueses que exploram o trabalho, gerando a alienação e coisificação das relações sociais e da vida (MARX, 1991).

A exploração do trabalho na relação dominado e dominante gera a situação de que quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais pobre se torna, à medida que cria mais mercadoria, torna-se uma mercadoria ainda mais barata. Com o advento da valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*), aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschwelt*), transformando o homem em mercadoria e coisas.

O homem ao se relacionar com a natureza enquanto processo natural, ele transforma a natureza e automaticamente transforma a si mesmo, desde a era primitiva. Antunes (2004) explica que com o desenvolvimento do macaco em homem genérico manifestou de forma natural a do trabalho ontológico

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais

pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (ANTUNES, 2004, p.29-30).

O trabalho é categoria central na vida humana em seu sentido ontológico, no entanto, com a sociedade capitalista o trabalho tem ganhado sentido diferente, dado as características de exploração e contradição entre trabalho e capital. Trabalho não se confunde com emprego, pois o primeiro é existente acerca de quarenta mil anos, ou seja, desde os primórdios da humanidade, e o emprego é resultado das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, inserida no modo de produção e do processo de trabalho com suas forças produtivas.

Assim, o trabalho tem sofrido interferências nos tipos de sociedade existentes, desde sociedade primitiva, posterior à sociedade escravista, logo aponta o feudalismo, e por fim a sociedade capitalista vigente.

Segundo Campelo e Paiva (2014, p. 62), tais mudanças vão incidir no modo de produção, no início a indústria se fazia em casa, e a produção era destinada a satisfazer as necessidades domésticas. Mas, na medida em que o mercado foi crescendo, os artesões abandonaram a agricultura e começa a existir profissões isoladas. Isso só foi possível devido ao crescimento das cidades e pelo uso do dinheiro.

[...] na análise de Marx (2013, p. 829), todas essas transformações que servirão de alavanca à classe capitalista em formação, com ênfase nos forçados deslocamentos de grandes massas humanas, expropriadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência, 'lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos', marcam época na história da acumulação primitiva.

A acumulação capitalista nas condições básicas da produção capitalista se manifesta no confronto de duas espécies diferentes de possuidores de mercadorias:

De um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de subsistência, cujo maior interesse é o aumento da soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; de outro, os (as) trabalhadores (as) livres, em dois sentidos, por não mais fazerem parte direta dos meios de produção, como faziam os escravos e servos, e por não serem donos dos meios de produção, como faziam os escravos e servos, e por não serem donos dos meios de produção, como o camponês autônomo (CAMPELO E PAIVA, 2014, p.54).

A transformação dos modos de produção do feudalismo para o capitalismo se deu pelos confrontos entre classe trabalhadora e donos dos meios de produção, sendo que “a chamada acumulação capitalista é apenas processo histórico que

desassocia o trabalhador dos meios de produção”, constituindo assim nas palavras de Marx a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (CAMPELO E PAIVA, 2014).

Marx, na discussão acerca da “Lei geral da acumulação capitalista”, aponta dois resultados principais que evidenciam o efeito da acumulação sobre os salários, sendo que o primeiro item apresentará a relação entre a acumulação e os salários, concluindo que estes são regulados pelo exército industrial de reserva, e o segundo item apontará a origem cíclica de formação do exército industrial de reserva. Assim, na Lei Geral de Acumulação Capitalista, a:

Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta deste modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. (...) Abstraindo inteiramente a elevação do salário com preço decrescente do trabalho etc., seu aumento significa, no melhor dos casos, apenas diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de prestar. Essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema. (...) Ou o preço do trabalho continua a se elevar, porque sua elevação não perturba o progresso da acumulação; (...) Ou, este é o outro lado da alternativa, a acumulação afrouxa devido ao preço crescente do trabalho, pois o aguilhão do lucro embota (MARX 1991, p. 191-192).

Assim, é importante ressaltar que para a lei geral de acumulação capitalista existir, necessariamente tem que ter um excedente de trabalhadores desempregados, ainda que haja o acirramento das expressões da questão social, pois esta lei geral de acumulação capitalista evidentemente precisa que a concentração da riqueza fique retida nas mãos de poucos e que as migalhas e miséria se alastrem no restante da sociedade da classe trabalhadora.

O capitalismo, porém, como um modo de produção antagônico, que traz em seu seio a marca da desigualdade, da posse privada de bens, da exploração da força de trabalho, realizou sua marcha expansionista sob o signo da contradição. Através de um sinuoso percurso, marcado por crises cíclicas, cuja intensidade crescia, à medida que se reproduziam, o capitalismo foi acentuando a diferenciação entre as classes e fazendo do movimento de valorização do capital o movimento fundamental da sociedade burguesa constituída (MARTINELLI, 2005, p.69).

Ressalta que em meados do século XIX é marcado pela transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, sendo o primeiro abarcado no período 1800-1870, e o segundo que se concretizou após relação conflituosa marcada pela primeira crise estrutural do capitalismo maduro, ou seja, a Grande Depressão provocada pela crise agrária de 1872.

Foram criadas estratégias de concentração e centralização do grande capital, para consolidação da grande indústria como forma predominante de acumulação capitalista e conseguinte a subsunção real do trabalho ao capital.

No final do século XIX o movimento de reprodução do capital, a partir da atuação da grande empresa transnacional, sendo o surgimento de novas formas de concorrência, em destaque as que expressavam o domínio do monopólio.

Todo processo de expansão do capitalismo monopolista no Brasil, foi desenvolvido no interior do capitalismo, esta transição para um novo acúmulo de capital, se deu pela reorganização do aparelho de Estado, além da militarização do poder político estatal e pela prioridade da política econômica orquestrada pelo Estado brasileiro (FERNANDES, 2006).

Os modos de produção em escala global têm sofrido metamorfoses, se destacando capitalismo concorrencial a crise dos anos de 1970, em que a sociedade capitalista sofreu mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais na esfera do mercado e da vida social. Esta crise do sistema no modo de produção fordista deu origem a reestruturação produtiva e acumulação flexível do capital, extraindo a mais-valia do trabalhador.

A produção rígida do fordismo/taylorismo é substituída por uma forma de produção caracterizada pela larga escala, destinada à mercados específicos, procurando atender particularidades de consumo. Nesse processo ocorrem a desterritorialização do capital, em que unidades produtivas (parte ou total) são deslocadas para novos territórios, principalmente áreas subdesenvolvidas e periféricas, encontrando terreno fértil para a intensificação da exploração da força de trabalho. Uma outra implicação da flexibilização diz respeito à gestão da força de trabalho que ocorre ao apelo para a participação e envolvimento dos trabalhadores no sentido de reduzir a hierarquia, referindo aos operários como “colaboradores” como o intuito final de quebrar a consciência de classe, estimulando inclusive o sindicalismo de empresa (CARVALHO, 2012, p. 35).

Segundo a autora, o capital tem se desenvolvido em escala global para monopolizar as formas de exploração do trabalho, e busca na economia e na defesa do mercado em detrimento ao social, se manifestando na forma do neoliberalismo.

Entende-se por neoliberalismo a nova ideologia advinda do liberalismo, sendo a diminuição do Estado, onde a economia não funciona sem a intervenção do Estado. Evidente que o objetivo maior dos capitalistas não é minimização do Estado e sim a redução das funções estatais relacionadas aos direitos sociais e políticas sociais, resultado da luta e reivindicações da classe trabalhadora frente a péssimas

condições de vida e trabalho.

Assim, os direitos que a classe trabalhadora busca:

[...] não são uma dádiva, nem uma concessão. Foram 'arrancados' por lutas e operações políticas complexas. (...) não são uma doação dos poderosos, mas um recurso com o qual os poderosos se adaptam às novas circunstâncias histórico-sociais, dobrando-se com isso, contraditoriamente, às exigências e pressões em favor de mais vida civilizada (NOGUEIRA, 2004, p.02).

Deste modo, os direitos foram conquistados com muita luta e resistência, que são necessárias, como formas de enfrentamento para a efetivação dos direitos a partir da "capacidade de organização e mobilização da sociedade, a partir da consciência em relação às causas e efeitos das situações de privação e desigualdade social que irão subsidiar o estabelecimento de estratégias de ação, na perspectiva da transformação da realidade posta" (LONARDONI; OLIVEIRA, 2007).

Portanto, as condições materiais de produção e reprodução social sob a lógica do capital, da produção para a valorização do capital e não de satisfazer as necessidades humanas e sociais, são geradoras da pobreza, desemprego, desvalorizações sociais, expressões da questão social, estas condições devem ser alteradas. Assim no próximo item, vamos refletir sobre as relações conflituosas que se estabeleceram entre o capital e o trabalho que se configuraram a questão social.

1.1.1 Contextualização da questão social e sua gênese

Como vimos no item anterior, a evolução do capitalismo e as sequelas deixadas pelas relações capitalistas de produção com o processo de industrialização, que é o caótico crescimento urbano e decadência rural, por conta da Revolução industrial, que gerou: aumento da miséria; maior exploração da força de trabalho; péssimas condições de vida; proliferação de doenças; expressões de protestos e progresso nas organizações da classe operária com influência comunista.

A história do capitalismo é a história das classes sociais; estas constituem o elemento fundamental para compreender tanto o capitalismo em si mesmo considerado quanto a marcha histórica da humanidade, profundamente relacionada com seus conflitos, antagonismos e lutas, estas últimas em especial, verdadeiras forças motrizes daquela marcha (MARTINELLI, 2005, p. 30).

Vale ressaltar que na sociedade do capital, o trabalho não pertence ao trabalhador, e sim ao burguês que se apropria da força de trabalho e dos frutos advindos dos trabalhadores. Esta relação entre trabalhador e patrão, geram conflitos entre dominados e dominantes na contradição entre trabalho versus capital, ou seja, quanto mais o trabalhador é explorado mais ele é pauperizado e vulnerável às desigualdades sociais.

É preciso ter claro que o fundamento da apropriação da “questão social” como base da profissão a distingue do que é próprio ao pensamento conservador, o qual converte em objeto de ação moralizadora, sendo mistificado seu dado concreto. Ora, a “Questão social”, na perspectiva teórico-analítica em que é abordada pelas diretrizes [...] não tem nada a ver com o desdobramento de *problemas sociais* que a ordem burguesa herdou ou com *traços invariáveis da sociedade humana*; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. (NETTO, 2001, p. 46).

As formas de exclusão e conflitos sociais gerados, não tem nada a ver com o desdobramento de problemas sociais, mas exclusivamente com as formas de sociabilidade a favor do grande capital. Jose Paulo Netto aponta cinco notas acerca da questão social: a primeira diz que a expressão da questão social surge para dar conta do fenômeno mais evidente da Europa Ocidental, fruto da onda industrializante que deu início na Inglaterra em meados de século XVIII, com o fenômeno do pauperismo e da pobreza generalizada (NETTO, 2001).

Já a segunda nota, o autor afirma que a expressão questão social deixa de ser utilizada pelos críticos sociais e passa por um deslize, sendo apropriada pelo discurso conservador, com reformas morais do homem e da sociedade, preservando antes de tudo a propriedade privada e os meios de produção da burguesia. A terceira nota aponta que com a Lei geral de acumulação capitalista, a expressão da questão social apresenta diferentes expressões e manifestações na ordem do capital. A quarta nota diz respeito à sequência da Segunda Guerra Mundial, haja vista a construção do *Welfare State*, fazendo da questão social privilégios da periferia capitalista. E por último, o autor afirma que há permanência da questão social e a emergência de novas expressões, que é necessário compreendê-las e considerar as particularidades históricas, culturais e nacionais (NETTO, 2001).

A Questão Social surge do pauperismo dos trabalhadores na Europa Ocidental, juntamente ao processo de industrialização pesada. Assim, a Questão Social pode ser entendida como denúncias aos conflitos gerados entre trabalho e capital, além de serem compreendidos como as revoltas geradas por estes mesmos

trabalhadores, criando estratégias de enfrentamento às condições precárias, enquanto manifestação da Questão Social (NETTO, 2001).

Sabemos que as sequelas da Questão Social permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação. Sabemos também que em nossa prática cotidiana a relação com o real e uma relação com a singularidade expressa nas diferentes situações com que trabalhamos. E, aí se colocam nossos limites e nossas possibilidades. Limites de várias ordens, mas, sobretudo limites de ordem estrutural (YAZBEK, 2001, p. 39).

Entende-se que a reestruturação produtiva gera o agravamento da Questão Social, podendo se apresentar nas mais diversas formas e em períodos históricos distintos, não sendo “Nova questão social”, mas novas manifestações da mesma Questão Social, assim a autora aponta que:

A “Questão Social” contemporânea nas sociedades capitalistas mantém a característica de ser uma expressão concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações entre as classes, e entre estas e o Estado. As relações capital-trabalho, no entanto, não são invariáveis, como tampouco o é a forma de organização do capital e do trabalho: por isso, concordamos com a ideia de que existem novidades nas manifestações da “Questão Social”, o que é muito diferente de afirmar que a “Questão Social” é outra, já que isso pressuporia afirmar que a “Questão Social” anterior foi resolvida e/ou superada (PASTORINI, 2004, p. 14-15).

Ao longo da história do capitalismo, a Questão Social apresentou e apresenta diferentes versões, porém o conceito não pode ser banalizado, mas interpretado na estrutura da sociedade capitalista entre a relação entre trabalho e capital.

Na mesma direção, as autoras reforçam que:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...) Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

A Questão Social se expressa nas disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal, a questão do envelhecimento é uma

forma de manifestação da Questão Social.

Deste modo, o próximo item apresentará o processo de envelhecimento na sociedade capitalista, bem como as condições do envelhecer no campo, as lutas e resistências das pessoas idosas trabalhadoras como expressão da Questão Social.

1.1.2 O envelhecimento como expressão da questão social

A questão da longevidade tem sido uma conquista da humanidade nos últimos anos, fruto de descobertas tecnológicas e científicas que comemora o avanço da sociedade do conhecimento. Sob este olhar o prolongamento da vida dos humanos traz à cena pública a realidade do envelhecimento, destacando a pessoa idosa como sujeitos de direitos e como eixo de agendas de investimentos de políticas públicas por parte do Estado. Entretanto, o prolongamento da vida, e suas repercussões, alerta Soares, Poltronieri e Costa (2014, p. 135) “– quer para o indivíduo, quer para a sociedade – é fenômeno complexo e multifacetado, pois implicam discussões biológicas, psicológicas, sociais, demográficas, jurídicas, políticas, éticas, filosóficas, dentre outras.”.

Importante citar alguns dados demográficos sintetizados pelo IBGE³- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a realidade brasileira, apontando o expressivo crescimento da população idosa após o século XXI, evidenciando a necessidade de atenção com prioridades para este segmento da população.

Destacam-se os dados:

Entre 2000 e 2010, de acordo com dados do Censo, a população idosa passou de 14,5 para 20,6 milhões de pessoas. Em 2011, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD estimou as pessoas idosas em cerca de 23 milhões, representando quase 12% da população total. Segundo estimativas do IBGE, a população idosa, em 2030, deve ultrapassar a marca de 30 milhões no país (SILVA, 2016, p. 218 apud Brasil, 2013a, p. 69).

Estes dados demonstram a expressividade numérica em relação ao tempo, nas palavras de Silva (2016):

³ O IBGE considera “urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila)”, ou seja, privilegia o critério político-administrativo e, dessa forma, no Brasil, quem define o que é rural ou urbano são as Câmaras Municipais. Até sedes municipais e distritais com poucas residências são definidas como urbanas.

A expressividade numérica representada por esses dados ao tempo em que reafirma o avanço de conquistas no campo científico, tecnológico e epidemiológico, assegurando qualidade e maior expectativa de vida ao ser humano, compreende, por outro lado, diferentes formas de inserção dos cidadãos nessa faixa etária, revelando um quadro de desigualdades no acesso às condições de vida, o que muitas vezes compromete a perspectiva do envelhecimento saudável e ativo, pautada pela ONU e pelas conferências intergovernamentais sobre envelhecimento realizadas pela Cepal na América Latina e no Caribe neste começo de século.

O processo de envelhecimento humano pode ser um processo natural e biológico ou pode caracterizar uma problemática social, enquanto expressão da Questão Social e exploração do indivíduo, durante a vida até a velhice. E para compreender o envelhecimento do trabalhador como expressão da questão social, “implica o resgate dos determinantes econômicos, políticos e culturais que engendram essa problemática social, na ordem e no tempo do capital, bem como das lutas sociais que problematizam necessidades não satisfeitas” (TEIXEIRA, 2009, p. 67).

A classe trabalhadora que vive do trabalho poderá vivenciar condições: “estáveis e precárias, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos” etc., temos também as estratificações e fragmentações” se acentuam no processo internacionalização do capital (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

Sendo assim, a problemática social defendida neste estudo é que o envelhecimento na sociabilidade capitalista acirra a exploração, precarização, ausência de direitos e proteção social para o segmento da população idosa.

A categoria questão social se constituiu, no eixo articulador, de todas as expressões dessa problemática social do envelhecimento do trabalhador que demanda formas de respostas do Estado e da sociedade. Essa perspectiva de análise implica desvendamento, tanto das condições materiais (estruturais e de classe), sob a lógica do capital, que engendram desigualdades sociais, pobreza, desemprego, populações excedentes, desvalorização social e outras manifestações da questão social, ou seja, a ditadura do trabalho morto sob a forma de capital (comercial, industrial, financeiro) e a regência do trabalho assalariado, aviltante e alienado, tanto como fonte de valor e de degradação social quanto na reconstituição das lutas sociais qual um dos elementos constituintes da questão social, da capacidade de resistência dos trabalhadores, de lutas que problematizam necessidades sociais, ou a não satisfação delas, por atingirem um coletivo e serem efeitos de estruturas geradoras de desigualdades sociais e de acesso restrito a bens e a serviços produzidos socialmente (TEIXEIRA, 2009, p.65).

O Estado precisa dar respostas na problemática social do envelhecimento ao

que tange ao acesso aos bens e serviços que a população acessa, e as condições materiais na sociedade que valoriza o capital. As desigualdades sociais advindas do capitalismo acirram a pobreza e o desemprego, surgindo à necessidade de os trabalhadores lutarem pelo acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Assim, a desigualdade social “marca substantivamente a vida de milhões e milhões de indivíduos de todas as idades, protagonizando uma situação quase irreversível de não realização das suas necessidades básicas e potencialidades humanas” (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 27).

Importante dizer que o processo de envelhecimento não é um problema social pelas debilitações físicas, biológicas ou fisiológicas do organismo, pois é a classe trabalhadora a protagonista da tragédia no envelhecimento, ainda nos estudos a autora afirma:

Assim sendo, o envelhecimento não se constitui um problema social pelas restrições físicas, fisiológicas ou biológicas do organismo, pelo crescimento demográfico da população idosa, pela restrição de papéis sociais, familiares, trabalhistas. É a classe trabalhadora a protagonista da tragédia no envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor, na ordem do capital, principalmente, quando perde o valor de uso para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, de exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais (TEIXEIRA, 2009, p. 64).

Assim, as condições determinantes, as relações sociais e econômicas no mundo do trabalho, interferem no modo como este sujeito envelhece, tendo acesso às políticas sociais de proteção social e tendo acesso ao envelhecimento saudável com condições econômicas, culturais e sociais.

As evidências dos determinantes do envelhecimento na ordem do capital se devem em virtude da vulnerabilidade social da massa dos trabalhadores, por perda de valor de uso para o capital pela idade. Os trabalhadores não possuem os meios de produção, nem renda da propriedade de riqueza produzida que garanta a velhice digna, principalmente em famílias empobrecidas e “agravada com o desemprego estrutural, com a precarização do trabalho, dentre outras vicissitudes sociais que impedem os familiares de prover cuidados e a subsistência do grupo” (TEIXEIRA, 2009, p. 67). Ainda segundo a autora, nessas circunstâncias, essas pessoas idosas são muitas vezes sujeitadas ao abandono e doenças, e deixadas em dependências

públicas e privadas.

Vale ressaltar, que para o trabalhador de baixa renda, o envelhecer na ordem do capital não é algo positivo.

Envelhecer, para o trabalhador, na ordem e no tempo do capital, é ter seu tempo de vida subordinado ao tempo de trabalho, mesmo depois de aposentado; para os trabalhadores velhos de baixa renda, no capitalismo periférico brasileiro, é ter seu tempo livre submetido às exigências de reprodução social do capital e de controle social que se estende ao envelhecimento, submetendo o idoso ao planejamento externo de comportamentos, atitudes, sentimentos, consciência e mecanismos organizativos. Mas, sob a máscara da valorização social dos velhos, corresponde a uma pseudovalorização, posto que não foi superada a produção para fins de valorização do capital, antes, atingiu novos patamares, expandindo-se a setores e segmentos antes não mercantilizáveis ou consumidores (TEIXEIRA, 2009, p. 68).

Teixeira (2009) ainda crítica à máscara da valorização social dos velhos, pois para ela há uma “pseudovalorização”, pois não houve a expansão dos setores e segmentos do mercado ou do consumo.

Em suas pesquisas, a autora afirma que mesmo existindo algumas políticas para as condições de vida do trabalhador, como renda, trabalho, educação e saúde, aponta um perfil diferente, considerando o grupo etário um todo homogêneo e definido, somente pelo critério da idade. Assim, Teixeira afirma que existem duas classes de idosos, sendo eles:

Uma, dos trabalhadores idosos, que, mesmo aposentados (87,0% entre os idosos do sexo masculino e 78,0% entre idosas mulheres são cobertos pela aposentadoria e assistência social), ainda estão com suas famílias, sejam as famílias nucleares com filhos, sejam as famílias extensas, em estado de pobreza (18,3% e 23,2%, respectivamente). Somadas às que estão em estado de indigência (9,3% e 12,6%, respectivamente), encontram-se graus de desigualdades extremas que se reproduzem na velhice dos trabalhadores, os quais tiveram piores condições de vida e de trabalho ao longo do ciclo da vida. Outra característica típica da realidade brasileira é a permanência dos idosos no sistema produtivo. Quase 50% dentre os idosos e um terço entre as idosas ainda trabalham, em piores situações, sem carteira profissional, mesmo quando inseridos no mercado formal. Geralmente, esses idosos situam-se no setor informal ou de subsistência, como autônomos, em atividades agropecuárias e comércio, realidade comum aos mais pobres. Essas fontes de renda, ainda que mínimas, permitem-lhes manter e chefiar suas famílias. Assim, nem o envelhecimento marginalizado pelas restrições nos papéis sociais (produtivos e familiares) que geram depressão, solidão, isolamentos, exclusões das relações sociais, tão propagados por uma parte da gerontologia, nem o seu inverso, do envelhecimento como a melhor fase da vida, idade do prazer, do lazer, das realizações, caracteriza o envelhecimento dessa fração da classe trabalhadora, interditando com isso, análises generalizantes e aclassistas (TEIXEIRA, 2009, p. 69-70).

Alguns aspectos precisam ser refletidos e analisados a partir dos dados citados pela autora acima, a primeira questão pelo fato de 87,0% entre os idosos do sexo masculino e 78,0% entre idosas mulheres são cobertos pela aposentadoria e assistência social, ou seja, um número alto vive de aposentarias, muitas vezes salários mínimos que mal conseguem pagar medicamentos, e outro número alto vive da assistência social, apresentando condições de baixa renda.

Ainda nesta problemática social, vale ressaltar que outra característica para com a pessoa idosa, é o fato de mesmo depois de aposentados há a permanência do(a) idoso(a) no sistema produtivo, em condições precárias de trabalho, trabalho informal, entre outras formas de informalidade do mundo do trabalho.

Importante dizer, que as formas de trabalhos precarizados corroboram para inversão de papéis, onde a velhice deveria ser um momento de prazer, lazer, de realizações, acaba se tornando um momento interdito por análises generalizantes e aclassistas. Para Campelo e Paiva (2014, p. 30), a velhice para muitos deveria ser uma fase da vida “marcada pelo descanso do trabalho, protegida pela família, pelas políticas sociais e acolhida pela sociedade, ser a evidência do coroamento da decrepitude, do abandono e da negação de qualquer início de realização da emancipação humana”.

Em síntese, por envelhecimento podemos “entendê-lo enquanto uma construção social, dotado de um caráter multidimensional e heterogêneo” (SOARES, POLTRONIERI, COSTA, 2014, p.134). A velhice pode ser entendida, ainda segundo as autoras “como a fase do processo de envelhecimento, determinada pelos aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais - está intrinsecamente ligada ao componente da classe social, gênero e etnia”. Assim, as pessoas envelhecem de forma heterogênea, “possuindo mediações com o contexto sócio histórico e político-econômico”.

No que tange à ação do Estado, com o(a) idoso(a) desde os anos de 1990 as políticas sociais são marcadas por um modelo (neo) liberal de proteção social.

A ação pública (estatal), através da legislação social como Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso, expressa a manutenção das funções reguladoras do Estado, particularmente as normatizadoras, mas não a de administrador e gestor prioritário da proteção social, dividindo responsabilidades sociais com o trato das refrações da questão social, legitimando o mix público/privado na prestação de serviços sociais, mascarando-os como públicos e como efetivadores de direitos, e estabelecendo outras formas de participação social da sociedade civil, sob a

retórica da parceria, do cooperativismo, da solidariedade indiferenciada e entre sujeitos antagônicos (TEIXEIRA, 2009, p. 72).

Toda esta relação público/privado evidencia o caráter neoliberal de Estado Mínimo para as políticas sociais e máximo para as ofertas do mercado em prol do capital. As respostas do Estado são resultados das lutas dos trabalhadores para reivindicar seus direitos sociais que “emergem de embates políticos e são frutos de ações de protagonistas sociais que reivindicam e problematizam suas demandas”. Seu propósito é um “sistema de cobertura às exclusões e vulnerabilidades vivenciadas, expressando ações contra a ordem, na medida em que aponta para novos padrões de convivência e de sociabilidade” (LONARDONI; OLIVEIRA, 2007). No próximo item será tratado o sistema de proteção social para a população idosa.

1.1.3 O sistema de proteção social e o envelhecimento

Pensar a questão do envelhecimento é antes de tudo remeter este aspecto enquanto fenômeno mundial:

O envelhecimento populacional está ocorrendo em um contexto de grandes mudanças sociais, culturais, econômicas, institucionais, no sistema de valores e na configuração dos arranjos familiares. Para o futuro próximo, espera-se um crescimento a taxas elevadas da população muito idosa (80 anos e mais), como resultado das altas taxas de natalidade observadas no passado recente e da continuação da redução da mortalidade nas idades avançadas. No entanto, a certeza do crescimento desse segmento populacional está sendo acompanhada pela incerteza das condições de cuidados que experimentarão os longevos (CAMARANO; KANSO, 2010, p; 233).

Com o advento da promulgação da Carta Magna de 1988, ela busca incorporar várias reivindicações dos cidadãos, sendo um destes direitos o direito de envelhecer associado ao direito à vida. Portanto, faz-se necessário citar a Assembleia Mundial da Organização das Nações Unidas, que discutiu a questão do envelhecer em 1986. Ressalta-se que houve duas assembleias que discutiram a questão do envelhecer, caracterizando enquanto Assembleia Mundial sobre Envelhecimento I (AME I) e Assembleia Mundial sobre Envelhecimento II (AME II).

No que concerne a AME I Assembleia Mundial sobre Envelhecimento I, houve a elaboração do plano de ação contendo objetivos, os fenômenos mundiais, iniciando um processo de discussão do envelhecimento e do envelhecer, porém sem

leitura crítica. [...] o plano também foi fortemente dotado por uma visão de medicalização do processo de envelhecimento (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 255).

Evidente que a intencionalidade da alteração da imagem da velhice era para um protagonismo para a sociedade do consumo, onde:

Possuindo, portanto, a clara intencionalidade de mudança da imagem da velhice, daqueles sujeitos antes tidos como “invisíveis” para a transição de um papel de protagonista no âmbito da sociedade do consumo. Entretanto, também entendemos esse processo pelo viés da movimentação social em prol dos direitos dos envelhecidos, visto que, colocar a discussão sobre envelhecimento na agenda mundial das políticas públicas foi um ganho do movimento, porém em uma sociedade que o valor humano é medido pela sua capacidade produtiva, a luta social das pessoas idosas foi sendo reduzida a uma pseudoinclusão, ou seja, foi a tentativa de uma valorização estrategicamente articulada que sucumbiu momentaneamente o movimento social do idoso. A influência dessa AME se deve principalmente a inserção dos direitos das pessoas idosas nas cartas maiores dos países tanto de capitalismo central quanto a do periféricos. (COSTA, 2015, p. 43).

Já a segunda AME que foi após vinte anos, a Assembleia de Viena ocorreu em Madrid no ano de 2002:

Logo, vinte anos após a Assembleia de Viena, ocorre em Madrid a segunda AME, em 2002, esse plano era direcionado aos países considerados em “desenvolvimento”, pois tendo como referência os dados estatísticos, concluiu-se que a população idosa dessas nações vinha crescendo vertiginosamente. A preocupação deste plano incide sobre a promoção do envelhecimento ativo das pessoas idosas, levando em conta as melhorias na saúde, segurança e participação social dos envelhecidos na sociedade. Para tanto, são elencados determinantes econômicos, sociais, ambientais, que são assuntos transversais que influenciam no processo de envelhecimento e velhice (COSTA, 2015, p. 44).

Já os objetivos desta assembleia foram a de concluir que a população idosa estava crescendo vertiginosamente, sendo necessária a preocupação do envelhecimento ativo das pessoas nos aspectos: segurança, participação social, além das questões econômicas, sociais e ambientais. A autora crítica os planos realizados nestas assembleias:

Todavia, o questionamento que colocamos é que esse plano foi criado e pensado sob os moldes da política social de caráter “ingênuo”, que traz em sua essência a ideologização da velhice como a boa idade, sem levar em consideração a real condição de vida das pessoas. Suas orientações são vagas e se restringem a uma condição de inserção das pessoas idosas na sociabilidade, de uma participação passiva e cívica, para a “harmonização” das diferenças entre as gerações. (COSTA, 2015, p. 43-44).

Destarte, a importância de realização de assembleias que de fato vão ao

encontro real das condições de vida das pessoas, que não sejam de forma passiva e cívica entre os ciclos de vida e gerações. No que tange a luta por direitos civis, político e sociais:

Mostra-se como necessário, apontarmos que mesmo com as conquistas dos direitos civis, políticos e sociais, a sociedade brasileira enfrentou e enfrenta cotidianamente o paradoxo da garantia de direitos e sua efetivação, especialmente na conjuntura de implantação do ideário neoliberal, que, no Brasil impera, desde 1990. Dentre outras prerrogativas, esse ideário traz a responsabilização da sociedade civil, da família e a redução do papel do Estado na área social, prezando por políticas reducionistas, pontuais, fragmentadas e focalizadas. (COSTA, 2015, p. 36).

Os países buscam formas de atender as vulnerabilidades em massa da classe trabalhadora através de um sistema de proteção social, sendo uma delas a questão da idade, que é marcada por incapacidades físicas e mentais, perda laboral para trabalho formal, “causadas não somente pelo avanço da idade, mas também pelas condições de vida e de trabalho ao longo do ciclo da vida –, baseado no princípio da solidariedade social administrada pelo Estado” (TEIXEIRA, 2009, p 72).

O sistema de proteção social no Brasil destinado ao segmento social idoso, está estruturado em termos de mecanismos legais que buscam garantir proteção social básica e especial, “através de políticas de seguridade social, além de outras medidas no campo, de outras políticas setoriais que visam assegurar bem-estar aos cidadãos e cidadãs que atingem a velhice” (SILVA, 2016, p. 228).

Vale apontar os instrumentos legais que possibilitam a efetivação dos direitos para a população idosa:

Destacam-se como instrumentos legais, tendo como fundamento a Constituição vigente aprovada em 1988: a Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990), a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993); a Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994), a Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa (Portaria n. 1.395/GM, de 10 de dezembro de 1999), a criação do Conselho Nacional do Idoso (Decreto n. 4.227, de 13 de maio de 2002), a Lei de Prioridade de Atendimento às Pessoas com Deficiência, aos Idosos, Gestantes e Lactantes (Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000), o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003), a Política Nacional da Assistência Social (Resolução do CNAS n. 78, de 22 de junho de 2004), o Benefício de Prestação Continuada (Decreto n. 6.214, de 26 de setembro de 2007); a instituição do Fundo Nacional do Idoso (Lei n. 12.213, de 20 de janeiro de 2010). São legislações que no plano social agregam diretrizes que orientam a formulação e a implementação de políticas públicas, programas e serviços destinados ao atendimento das necessidades da população idosa no país (SILVA, 2016, p. 228).

Estes arcabouços legais contribuem para a materialização dos direitos e deveres dos cidadãos, sendo alguns direcionados especificamente para a pessoa idosa. A Política Nacional do Idoso (PNI) surge com a Lei n. 8842/94 que até então não havia uma política de âmbito nacional, destinadas às pessoas idosas, que dispõe sobre “normas para os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. É importante ressaltar que esta lei é resultado de uma ampla mobilização de segmentos organizados” (SOARES; DI GIANNI, 2008, p. 13).

Teixeira (2008, 267) mostra que a PNI “é constante a divisão de responsabilidades sociais no trato da “problemática social” do envelhecimento com a sociedade civil”. O artigo primeiro determina que “a família, a sociedade e o estado têm de assegurar ao idoso os direitos de cidadania, garantindo, bem-estar e o direito à vida”. Neste e em outros artigos desta lei, mostram claramente a responsabilidade social no trato das refrações da questão social, com a família e com a comunidade.

O Estatuto do Idoso, criado com a Lei n.3561/2003, visando efetivar o artigo 2º, afirma que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana assegurando-lhe todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade (Brasil, 2010).

O referido Estatuto estabeleceu o atendimento preferencial e prioritário da pessoa idosa em órgãos públicos e privados, a transgeracionalidade, a valorização e a viabilização de formas de participação social, o direito à convivência familiar e comunitária, mesmo que estejam em instituições de longa permanência, prevê também a distribuição de medicamentos de uso contínuo, o oferecimento de próteses e órteses, a redução de pelo menos 50% do preço das atividades culturais e a reserva de transporte interurbano para aqueles que recebem menos de dois salários mínimos (SOARES, POLTRONIERI, COSTA, 2014, p. 143).

No entanto, embora os instrumentos legais afirmem que o (a) idoso (a) tem prioridade para o atendimento nos serviços de saúde, assistência, educação, entre outros, nos países capitalistas periféricos a realidade e o tratamento com a população idosa pelo Estado e pela sociedade têm sido de discriminação e abandono.

Vale ressaltar que mesmo que as políticas sociais têm sido garantidas pela Constituição Federal de 1988, o Brasil faz a lógica inversa de afirmar as políticas sociais pela assistencialização, de mínimos sociais, nas políticas de acesso à renda;

de precarização de serviço (TEIXEIRA, 2009, p. 43).

Os programas de filantropia para idosos têm se caracterizado:

Assim, os programas da filantropia para idosos, a política setorial nacional e o Estatuto do Idoso compõem um desenho de política social para idosos, que é refratário (parte constituinte e constituída) das tendências de uma ,nova cultura de fazer política social, aquela que divide responsabilidades sociais no trato das refrações da questão social com a sociedade civil, não mediante financiamento via impostos progressivos, no qual aumenta a tributação do contribuinte, à medida que cresce sua renda (realidade que não se aplica ao Brasil, que retira a maior parte de sua receita de tributos indiretos e cumulativos que incidem sobre o consumo), mas por sua ação direta das organizações da sociedade civil, como espaço de proteção social, de execução da política social (com ou sem recursos públicos) (TEIXEIRA, 2009, p. 75).

Este modelo de política social⁴ para idosos (as) é refratário da questão social com a sociedade civil, pois retira a responsabilização do Estado e de recursos públicos colocando nas mãos de instituições privadas, terceirizadas, ONGs sem fins lucrativos, afirmando a relação público/privado no que tange a questão social relacionada ao envelhecimento.

Se por um lado o (a) idoso (a) é discriminado (a) por não está no ciclo produtivo formal do mercado, por outro lado às políticas públicas sociais são ineficientes para atender de fato as necessidades dos (as) idosos (as) trabalhadores (as) brasileiros (as), apontando a necessidade de mudanças no trato com os (as) idosos (as), assim é inegável a urgências de valorização do trabalhador em especial dos envelhecidos como aponta a autora:

A valorização do trabalhador, em especial dos envelhecidos, requer uma transformação radical, no entanto, é impossível obter esses resultados através de algumas reformas, ou de políticas sociais, deixando sem alterações o sistema capitalista. Essas políticas são resultantes dos equilíbrios instáveis entre forças sociais, expressam lutas sociais, contradições, administração de conflitos dentro da ordem, que têm se revertido, para além do atendimento de necessidades sociais transformadas em demandas, em instrumentos de tutelas, de controle social do tempo de vida, da consciência, da organização e de outras manifestações das classes subalternas, de controle da pobreza, de segmentações da classe trabalhadora e de quebra da solidariedade intraclasse (TEIXEIRA, 2009, p 76).

Diante do exposto, podemos afirmar que houve conquistas significativas em relação às políticas sociais voltadas ao segmento idoso, entretanto é necessário

⁴ Ler sobre este assunto: Política Social: fundamento e história de Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti, 2015.

lutas e resistência diante a ofensiva neoliberal, de desmonte dos direitos sociais conquistados ao longo da história pela classe trabalhadora. Também a importância da participação política do segmento idoso “para a efetivação e ampliação dos direitos conquistados, através de fóruns de representação e dos conselhos de direitos, grupos de discussão e formação, nas associações de aposentados e tantos outros” (SOARES, FARINELLI E LIPORONI, 2017, online).

1.1.4 O envelhecer no campo e suas contradições no capitalismo

Historicamente a ênfase na problematização do envelhecimento no espaço público e na população, são essencialmente questões relacionadas ao trabalho, passando a ser sistematicamente desenvolvida a partir do século XVII, na Europa ocidental, processo fruto da transição entre feudalismo para o capitalismo mercantil, o envelhecimento marcado pelos operários associado a pobreza, incapacidade e velhice (CAMPELO E PAIVA, 2014).

O envelhecimento é um processo que é resultado da vida individual e social, profundamente marcado pelas desigualdades sociais- de classes (e nos seus segmentos de classes), gênero, raça, etnia, regionais, dentre outras. Nessa dimensão, não é totalmente singular, antes, ao contrário, tem particularidades que o ligam à totalidade. Mas, ao mesmo tempo, não é um todo amorfo ou homogêneo, sem diferença ou antagônico, trata-se de uma unidade na diferença e com diferença (TEIXEIRA, 2017, p. 22-23).

Assim, o processo de envelhecimento adquire resultados particulares, porém em uma mesma totalidade, nas diferenças e com diferenças.

Já que o envelhecimento biologicamente é inexorável, a velhice é um processo social, sendo uma determinada fase da vida social, cultural, econômica e politicamente determinada, podendo ser imprevisível participativa ou dependente.

O envelhecimento biológico tem aparência de naturalidade e de universalidade, implica deterioração ou diminuição da capacidade funcional, mas é vivido de forma diferenciada e influenciado por determinantes genéticos de si e do mundo. Até mesmo o envelhecimento demográfico, etário, medido pela longevidade e pela expectativa de vida, é vivido e experimentado de forma variada entre as sociedades, países, regiões e entre as classes sociais (TEIXEIRA, 2017, p. 22-23).

O envelhecimento no campo e na área urbana pode apresentar aspectos peculiares enquanto espaço marcado por tradições e valores. Este item se propõe a

discutir acerca dos aspectos do envelhecer no campo, haja vista que o segundo capítulo discutirá a questão da terra, do campo e as lutas para efetivação da Reforma Agrária.

Vale destacar que o envelhecimento deve ser considerado como fato social ora como “problema social”, a partir dos diversos olhares interdisciplinares, pelos cientistas sociais, pela antropologia, entre outras áreas, e deve ser solucionada através de políticas públicas.

Na realidade brasileira o processo de envelhecimento da população brasileira, corresponde uma vasta polarização de feminização da velhice, ou seja, um maior número de mulheres que sobrevivem mais tempo que os homens. Já no mundo rural, ocorre uma masculinização da velhice em razão do êxodo de mulheres jovens que saem para o mercado de trabalho na cidade (GODINHO, 2004).

O Brasil possui ampla diversidade regional, cultural e socioeconômico, urgindo a necessidade de fomentar pesquisas para atender as demandas da inserção da pessoa idosa no meio rural brasileiro, pois se percebe a ausência de estudos pontuais acerca do envelhecimento humano neste cenário sociodemográfico.

Essa perspectiva equivocada de se pensar a velhice como um evento universal prioriza a concepção biológica da vida humana, porém a pesquisa antropológica tem demonstrado a diversidade da experiência do envelhecer. Na sua multidimensionalidade, a velhice é dada de formas distintas para o homem e a mulher (gênero), o rico e o pobre (econômico), o cidadão de uma grande capital e o sertanejo (social), o cidadão de país periférico e o cidadão de um país central (econômico/social), o cidadão do nordeste brasileiro e o cidadão sulista (regional), o índio, o branco e o negro (étnico) (GUSMÃO; ALCÂNTRA, 2008, p. 172).

A velhice não pode ser um processo universal, pois depende das condições em que este (a) idoso (a) vivencia, como aspectos econômicos, sociais, biológicos, acesso aos serviços básicos, como saúde, educação, alimentação, saneamento básico. A velhice ainda pode ser multidimensional dependendo do gênero, se é rico ou pobre, o cidadão ou sertanejo, cidadão nordestino ou sulista, enfim, cada condicionalidade ditará como será o processo de envelhecimento.

Importante destacar que nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE aponta para um crescimento da população brasileira, pois:

Esse quadro tende a se acentuar em função do crescente processo de envelhecimento da população brasileira. Cabe ressaltar que, paralelamente ao aumento ascendente do número de idosos, a trajetória do número de crianças vem apresentando uma tendência oposta, com redução de seu volume. Em 2010, enquanto o número de crianças de 0 a 14 anos de idade era cerca de 49 milhões, as estimativas projetadas pelo IBGE para 2020 e 2050 apontam para uma tendência decrescente – cerca de 44 milhões e 32 milhões de pessoas, respectivamente (PROJEÇÃO..., 2013b) (IBGE, 2016, p. 99).

Se por um lado o crescimento dos (das) idosos (as) tem sido alarmante, por outro lado os números de crianças têm sido opostos, decrescendo a escala e consequentemente a redução do volume de crianças, este dado denuncia a problemática do processo de envelhecimento em destaque, exigindo por parte do Estado direcionamentos de políticas públicas voltadas para esta questão.

Assim:

Nesse sentido, a sociedade civil e, sobretudo, os órgãos públicos têm de ficar atentos às transformações profundas que vêm acontecendo na estrutura populacional do País, dada a complexidade crescente das doenças e dos procedimentos médicos peculiares. Esses são aspectos resultantes do processo de envelhecimento que irão se acentuar, cada vez mais, no decorrer dos próximos anos, com consequências na aceleração das despesas relativas a esse grupo populacional específico (IBGE, 2016, p. 99).

Como já vimos no decorrer deste estudo, o envelhecer na sociedade capitalista é uma conquista da humanidade, mas também um grande desafio para século XXI, para atrelar longevidade com qualidade de vida. Apesar dos avanços e das conquistas na compreensão dos direitos sociais e das políticas sociais, afirmam Soares, Poltronieri e Costa (2014, p.145) “elas ainda possuem o caráter de reafirmação social de que o bem envelhecer ainda é responsabilidade exclusiva de cada um, fundamentando-se em uma percepção individualista, aclassicista e a-histórica”.

É importante expressarmos que a longevidade populacional ainda é uma conquista heterogênea, ou seja, que não está consolidada em todas as nações, ademais anos a mais de vida não são sinônimo de qualidade de vida. Isto nos permite inferir que é um desafio o alcance de anos a mais de vida para milhões e milhões de velhos trabalhadores, que vivenciam a superexploração do capital, sobretudo nos países de capitalismo periférico. (SOARES, FARINELLI, LIPORINI, 2017, online).

A pessoa idosa que sofreu a precarização do trabalho ao longo da vida,

principalmente a que vive no campo, vai vivenciar uma “velhice trágica”, com poucos recursos financeiros, onde muitas vezes assume a chefia familiar com sua aposentadoria:

Diante da precariedade do trabalho remunerado dos mais jovens, do desemprego e da baixa remuneração da agricultura familiar, mais a sazonalidade do trabalho, o velho com sua aposentadoria assume a chefia familiar, quando deveria obter o descanso esperado na velhice, regado pela existência solidária do parentesco e da vizinhança [...]. Contudo, o estudo da velhice no meio rural ainda é escasso, ficando a sociedade alheia a uma realidade de contextos que se supõe peculiar, pois falar do Brasil é falar de heterogeneidade, mas também de desigualdade. Assim, permanece no imaginário social uma visão estereotipada entre o campo e a cidade (GUSMÃO; ALCÂNTRA, 2008, p. 177).

A questão da dualidade acerca do lugar é evidente, pois comparando o rural e o urbano, o primeiro possui desvantagens em relação ao segundo, a destacar a questão da pobreza, isolamento geográfico, baixo escolaridade, transporte restrito, dificuldade de acesso aos serviços sociais, de saúde e educação, entre outras precariedades do meio rural.

Evidencia que a sociedade capitalista através do projeto neoliberal, coloca o homem do campo no sentido pejorativo, além do espaço rural se destacar como lugar de exclusão.

[...] 'homem educado' da sociedade moderna seria conhecido como sinônimo de 'homem civilizado' ou 'polido', ao passo que designações depreciativas como as de 'atrasado', 'ignorante', 'matuto', 'xucro', 'simplório', 'peão', 'caipira', etc., seriam associadas ao 'homem do campo' (PERES, 2011, p. 639).

Assim, o discurso neoliberal despreza a população do campo, e os (as) idosos (as) são ainda mais excluídos (as) dos acessos aos bens e serviços que a cidade desfruta esta problemática coloca a questão agrária como uma questão social a ser tratada por parte do Estado como política pública e social.

As crianças de hoje constituirão a força de trabalho do amanhã e enfrentarão crescentes razões de dependência de idosos. A conclusão lógica disto é que a sociedade necessita, vitalmente, investir na atual geração de crianças, particularmente nas áreas de saúde e educação. Não se trata, apenas, de garantir a melhoria da qualidade de vida dessas gerações, mas de sustentação, de forma equilibrada, de toda a sociedade, pois caberá às novas gerações, no médio prazo, como componentes da população em idade ativa, a responsabilidade por um bom desempenho da economia, mormente do ponto de vista da produção. Consequentemente, dependerá, também, das atuais gerações de jovens, no médio prazo, a garantia de uma vida digna às gerações de idosos. Ademais, é nesta fase que a sociedade deve se preparar, através de reformas institucionais na

área da seguridade social, para conviver, no futuro próximo, com altas e sustentadas taxas de dependência de idosos (WONG; CARVALHO, 2006, p. 10).

Como citado, as crianças de hoje serão os trabalhadores de amanhã e os (as) idosos (as) do futuro. Por isso, faz-se necessário a efetivação dos direitos à educação, saúde, buscando não somente a garantia da qualidade de vida, mas a sustentação destas gerações para um envelhecimento ativo e participativo.

Cabe ressaltar, que o papel social das pessoas com mais de 60 anos de acordo com normas e valores culturais, possuem uma posição de destaque. O velho camponês é reconhecido pelo que transmite conhecimento da terra, da vida para os familiares, ou seja, pessoa de respeito e conhecimento.

Já nas sociedades ocidentais urbanas, as pessoas com muita idade são consideradas inúteis nos seus lares, principalmente se não tiver uma aposentadoria ou Benefício de Prestação Continuada - BPC⁵.

Mesmo que haja instrumentos legais e jurídicos como a Política Nacional do Idoso, instituído pela Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994, que tem por “objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, como é estabelecido em seu art. 1º”, além do Estatuto do Idoso, pelo aparato da Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, ainda não se percebe de forma plena a efetivação dos direitos das pessoas idosas.

Destarte, é preciso compreender que o envelhecer na sociabilidade do grande capital é sofrer todas as contradições advindas do mundo do trabalho e suas nuances de exploração e alienação para os idosos no meio da cidade como no campo, exigindo uma organização das classes sociais em luta por direitos contra a

⁵ O benefício de prestação continuada, comumente chamado de BPC, é um benefício criado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, e tem por objetivo principal amparar pessoas à margem da sociedade e que não podem prover seu sustento. A assistência social está prevista na Constituição Federal, no art. 203, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser lei específica (por esse motivo foi criada a LOAS, que estabelece regras para a concretização dos direitos garantidos pela Constituição Federal). Ler o Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade de Ana Elizabete Mota.

ofensiva do neoliberalismo e seus reflexos para o processo de envelhecimento.

Nesse sentido, analisar o envelhecimento na perspectiva da totalidade implica desconstrução das categorias “velhice, envelhecimento, longevidade” como homogêneas, por critérios a-históricos, considerando-se a desigualdade, a heterogeneidade e a diversidade social, cultural, biológica e psicológica do processo, ou seja, os pesquisadores devem em consideração as condições de produção e de reprodução na ordem do capital, capazes de explicar as relações entre singularidade, particularidade e totalidade no modo como se envelhece, em especial, conforme as classes sociais e outros demarcadores de diferenças e de desigualdades (TEIXEIRA, 2017, p.23).

Nessa direção, o próximo item tratará a questão dos conceitos de classes sociais para pensar as pessoas idosas como trabalhadoras, inseridas no capitalismo, que mesmo após aposentadorias, estão ainda no mundo do trabalho com vínculos empregatícios formais ou informais para chefiar suas famílias.

1.1.5 As classes sociais e o envelhecimento

Como já colocamos anteriormente, nosso entendimento sobre a velhice, ou seja, como uma “fase do processo de envelhecimento, determinada pelos aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais - está intrinsecamente ligada ao componente da classe social, gênero e etnia”. Por isso entendemos ser importante refletir sobre as classes sociais e o envelhecimento. E também pelo método eleito nesta investigação.

Antes de tudo, é preciso destacar que Marx e Engels apresentam em sua obra “Manifesto do Partido Comunista” o conceito da relação - Burgueses e Proletários - quando apresenta as classes sociais, declaram:

A história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação (*Umgestaltung*) revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX; ENGELS, 1990, p. 66).

O excerto citado acima aponta a relação entre as classes sociais sendo marcada até hoje pelas lutas de classes, entre duas classes: a burguesia e o

proletariado, em cada modelo social e em momentos históricos distintos. Estas duas classes se atuam, em cada fase histórica, assim como no capitalismo, a luta entre trabalhador e os que detêm os meios de produção.

As classes sociais são debatidas por outros estudiosos como grupos de pessoas que apresentam posições e ideologias diferentes.

Classes sociais são grupos humanos que se diferenciam entre si pela posição que ocupam num determinado modo de produção e pelo seu papel na apropriação da riqueza. Cada um pertence a uma classe social de acordo com a parte que lhe cabe na divisão da riqueza que uma sociedade produz. Por ocuparem posições diferentes em determinado regime econômico, algumas classes podem apropriar-se do trabalho das outras. Os conflitos de interesses entre as classes conduzem inevitavelmente à luta entre exploradores e explorados. É a luta de classes (GADOTTI, 1991, p. 75-76).

Estes grupos com interesses e ideologias diferentes, são representados pelos desapropriados dos meios de produção e da riqueza produzida, já outros com os meios de produção e detentores da riqueza produzida. Esta relação entre dominados e dominantes geram sérios conflitos que inevitavelmente geram a luta de classes entre os explorados e exploradores.

As pessoas idosas são parcelas da classe trabalhadora que são exploradas a vida inteira, durante sua saúde e até mesmo após a idade de 60 anos, com advento de características biológicas degradantes, ainda são explorados no mundo do trabalho. Ainda mais pensar o (a) trabalhador (a) idoso (a) do campo que é “desconsiderado e descartado” no capitalismo por não estar efetivamente no motor da engrenagem da produção para o mercado do capital.

O conceito de classes sociais é definido dialeticamente no processo da historicidade na realidade social, ela surge da própria realidade desenvolvendo tendências de superação nas relações sociais concretas na história da humanidade (VIANA, 2012).

Ressalta-se que pensar a luta de classes é pensar no movimento de tomada de consciência da passagem de classe em-si para classe para-si.

O que Marx coloca é que o movimento proletário caminha em conjunto (luta, organização, consciência) e a passagem de classe em-si para classe para-si, significa que sua luta, organização e consciência deixam de ser determinadas pelo capital e passa a ser autodeterminada. A consciência proletária, reprodutora das ideias dominantes e das relações sociais estabelecidas em contradição com sua situação de classe, com o avanço do processo de luta e organização, também avança e nesse processo se torna

consciência autodeterminada. Assim, trata-se de autoconsciência e auto-organização num processo de luta e autoformação (VIANA, 2012, p. 221-222).

Importante afirmar que o movimento social que luta pelos direitos e reconhecimento da pessoa idosa no Brasil, deve fortalecer a participação social da sociedade e do segmento idoso para reconhecimento de classe para-si, para que de fato os direitos sejam efetivados em sua plenitude.

[...] o prolongamento da vida representa internacionalmente um desafio ao reino do capital que, com seus poderes mágicos, conseguiu expandir por todo o planeta a imagem invertida de sua índole cruel e destruidora. Os velhos crescem numericamente... Não bastasse, estão se organizando [...] (HADDAD, 1993, p.106).

Nessa direção, é preciso ressaltar as estratégias e os espaços destinados a discutir e propor ações de enfrentamento contra a ofensiva neoliberal, as formas de preconceito e discriminação com a população idosa, sobretudo, a população idosa do campo. Dentre esses espaços estão às conferências, os conselhos de direito dos idosos e os movimentos sociais em defesa da terra.

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO AGRÁRIA E AS LUTAS EM DEFESA DA TERRA COMO PROCESSO FUNDANTE DA QUESTÃO SOCIAL

A temática principal deste capítulo é o debate da questão agrária e das lutas em defesa da terra como processos fundantes da chamada questão social no capitalismo dependente. No âmbito da questão social latino-americana, e particularmente no Brasil, a questão agrária representa o espaço das contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital: propriedade privada da terra, trabalho camponês, superexploração do trabalho, procurando assim, mapear nosso objeto de estudo, ou seja, “Como se dá o acesso da pessoa idosa do assentamento rural Tereza do Cedro às políticas sociais em Uberaba/MG”.

2.1 A terra e o trabalho no processo de acumulação capitalista

O capitalismo reforça os rebatimentos da questão agrária não apenas aos trabalhadores do campo, mas ao oferecer para estes, condições de extrema desigualdade, recai sobre o conjunto dos trabalhadores, acentuando as condições precárias de vida dessa classe em todas as dimensões.

Marx (1991) ao tratar da lei geral da acumulação capitalista desvenda as contradições presente na reprodução do capital, apontando que quanto mais a classe trabalhadora é empobrecida, maior o enriquecimento e acumulação do capitalista, ou seja, a acumulação de capital resulta numa multiplicação do proletariado.

A acumulação de riqueza num polo e, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital (MARX, 2002, p. 749).

Assim, na América Latina, especificamente no Brasil onde o desenvolvimento do capitalismo se dá de forma dependente e subordinada aos ideários imperialistas, a separação da terra e do trabalho - cujo objetivo é transformar a terra em mercadoria e o trabalho à sujeição do valor- apresenta também algumas particularidades. Segundo Transpadini (2016) a questão agrária no país possui algumas diferenciações que devem ser consideradas, como por exemplo, os problemas de natureza política-econômica-cultural.

As relações sociais que advém da propriedade privada da terra e da superexploração da força de trabalho estão ancoradas no empobrecimento dos trabalhadores rurais. A inserção subordinada do Brasil e da América Latina ao mercado mundial se desenvolveu historicamente na relação com os países

imperialistas e sintetizam quatro fases, de acordo com a autora acima.

A primeira fase, mercantilista-colonial (XV-XVIII) tanto na Europa como na América Latina a centralidade está na produção mercantil simples. Na Europa o trabalhador é condicionado a migrar para outras estruturas produtivas ou estender sua jornada de trabalho até seu esgotamento. Na América Latina, a subsunção formal nasce a partir do trabalho escravo do africano migrante, do trabalho livre do sujeito originário e se perpetua frente aos desdobramentos do capital no continente.

A segunda fase (XVIII-XIX) marca o capitalismo originário/tardio-transição, isto é, o nascimento do capitalismo concorrencial. A produção simples se transforma na produção ampliada de capital. A terceira fase (XIX-XX) é marcada pela transição ao capitalismo monopolista-nascimento do capitalismo dependente na América Latina. A característica principal desta fase é a da produção e valorização do capital; expansionista.

Sob o discurso da construção mundial da paz, numa sociedade mediada pela guerra em nome da expansão do capital, consolidam-se e apresentam-se no âmbito internacional organismos multilaterais com aparente autonomia frente aos Estados das grandes potências hegemônicas como forma de organizar a política que dá vida, ao mesmo tempo em que é conformada pelo capital (TRASPADINI, 2016, p. 166).

E por fim, a fase nova do imperialismo, intensificação do capitalismo dependente na América Latina (1970 em diante). A dependência latino-americana assume de forma mais intensa a extração do valor via subsunção formal do trabalho e concentração privada da terra. Isso demonstra que a produção de mercadorias no Brasil visa a exportação de bens primários e sustenta sua estrutura desigual: monopólio das terras, apropriação dos meios de produção, exploração do trabalhador.

Para Marx (1991) a fonte de toda riqueza capitalista está no trabalho e na terra. O primeiro passo de conformação do modo de produção capitalista foi separar o trabalhador da terra e de seus meios de trabalho. Não obstante, Marx (2013) afirma que a base do processo no qual surge o modo de produção capitalista, é a expropriação fundiária, expulsando os trabalhadores do campo como forma de garantir livre acesso à terra para a agricultura mercantil.

As mudanças que ocorreram no processo de desenvolvimento capitalista, na fase mercantilista/concorrencial ou na fase mercantilista/imperialista não foram capazes de modificar as contradições advindas do capital. Ao contrário,

permaneceram seus velhos antagonismos e modificaram suas formas de expropriar e explorar o fruto do trabalho.

A propriedade privada “supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades” (MARX, 1991, p.707). Nesse sentido, negar (ou separar terra e trabalho) ao trabalhador é uma forma de produzir mercadorias a partir da violenta propriedade privada, que tem centralidade no modo de produção capitalista.

De acordo com Harvey, o ponto de partida para compreender a dinâmica da propriedade privada da terra no capitalismo está no fato de que, independente das relações contraditórias entre capitalistas da terra e proprietários da terra, a característica principal é a “tendência crescente para se tratar a terra como um mero bem financeiro” (HARVEY, 2013, p. 462).

Para o autor, a terra se torna uma forma de capital fictício⁶ e bem financeiro que é comprado e vendido segundo a renda que ele produz, isto é, reduz-se a um ramo especial da circulação do capital que rende juros.

Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título de dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse “capital monetário” é puramente fictício (MARX, 1985, p. 14).

Harvey (2013) afirma que a terra como um bem financeiro, sua transformação em capital fictício, como campo que rende juros, é que faz desaparecer a contradição existente a lei do valor e a renda da terra. Isso permite compreender o vigor da renda absoluta no século XXI. Ou seja, renda da terra e propriedade privada são socialmente fundamentais para a perpetuação do capitalismo.

A circulação do capital que rende juros em títulos fundiários desempenha um papel análogo àquele do capital fictício em geral. Ela indica os caminhos de localização para a futura acumulação e atua como um agente de força catalizadora que reorganiza a configuração espacial da acumulação segundo os imperativos básicos da acumulação (HARVEY, 2013, p. 538).

Além disso, o autor reforça que o preço da terra carrega ao mesmo tempo a temporalidade da acumulação e a especificidade dos valores de uso materiais,

⁶ Para Marx, o capital fictício é a forma mais fetichizada da relação capitalista.

ligados por tempo e espaço dentro de uma estrutura definida pela lei do valor. No entanto, essa relação não acontece de forma neutra ou de maneira passiva: o preço da terra é realizado mediante a apropriação da renda futura, baseado no trabalho futuro.

O mercado fundiário molda a alocação do capital à terra e, desse modo, molda a estrutura geográfica da produção, da troca e do consumo, a divisão técnica do trabalho no espaço, os espaços socioeconômicos da reprodução e assim por diante. Os preços da terra criam sinais aos quais os vários agentes econômicos podem responder. O mercado fundiário é uma força poderosa que contribui para a racionalização das estruturas geográficas em relação à competição (HARVEY, 2013, p.535).

Para compreender a totalidade do processo de acumulação do capital, faz-se necessário apropriar da Teoria da Renda da Terra de Marx. A terra, ao se tornar mercadoria que permite a apropriação de uma renda futura, impõe ao trabalho à realização da mais-valia necessário a criação desta renda. Nesse sentido, a renda da terra é também a determinação de atividades, lugar e espaço de tempo no qual o capital realiza mais-valor sobre a exploração do trabalho.

A partir das contribuições de Marx e Harvey, fica evidente que a existência da renda da terra, transformada em capital fictício pelo capitalismo faz parte do movimento contraditório do processo de acumulação do capital, que só pode ser resolvida quando a contradição principal que é a oposição entre capital e trabalho for resolvida.

Mesmo quando as relações de produções são não-capitalistas no âmbito dos setores produtivos do campo, o domínio do capital e a sujeição da renda territorial ao capitalismo levam à condição de expropriação de uma parte do trabalho familiar como pagamento da renda da terra e condiciona o trabalho que é realizado nessas relações.

Segundo Martins (1995) o capitalista e o proprietário são a mesma pessoa, assim, não existe contradição de classes na apropriação da renda da terra, porque, ao fim, a mesma pessoa apropria da mais-valia referente ao lucro e da parte de mais-valia social referente a renda da terra. Harvey (2013) ressalta que essa tendência é inerente ao capitalismo, mas, no Brasil, devido às suas particularidades e formação histórica, esse movimento se deu de forma instantânea.

2.2 A questão agrária no Brasil

Para Karl Kautsky (1998) a questão agrária expressa à manifestação da relação contraditória entre capital e trabalho, a partir da organização da produção e do trabalho no campo nos moldes do capital. Segundo o autor, a questão agrária tem mudanças históricas e particularidades a depender de cada país e região, resultante da lógica de produção de mercadorias, da relação entre capital variável e capital constante, e compreendê-la vai muito além de entender a agricultura. Ela deve ser entendida no âmbito da produção e apropriação do valor, que adquire valor a partir da exploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência latino-americana, destacado pelos teóricos marxistas da dependência. O desenvolvimento *sui generis* do capitalismo latino-americano tem um caráter particular que se mistura com a forma de exploração dos trabalhadores nas economias centrais, que se traduz em baixos salários que não são suficientes para suprir as necessidades básicas do trabalhador, além de um forte endividamento desses trabalhadores (TRASPADINI, 2016, p. 77).

Essa superexploração da força de trabalho enquanto característica do capitalismo dependente é, segundo Marini (2011), resultado da dinâmica da lei geral da acumulação capitalistas nos países dependentes. Para o autor, as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas buscam compensar a perda de renda trazida pelo comércio internacional, e essa compensação é realizada através de uma maior exploração do trabalhador.

[...] a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro (MARINI, 2011, p. 147).

Segundo Marini (2011, p.149), a busca por lucro torna-se mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente. O efeito dessa troca desigual é a “intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de

trabalho”.

A característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2011, p. 150).

As contribuições de Marini e os estudos de Florestan Fernandes acerca dos elementos econômicos, sociológicos e políticos na América Latina e particularmente no Brasil, são fundamentais para compreender a superexploração dos trabalhadores no capitalismo dependente.

Fernandes (2006) explicita que as burguesias internas organizam a economia e seu sistema de poder para intensificar a exploração do trabalho, como forma de participar da espoliação capitalista, que são conduzidas pelo capital internacional, contra a classe trabalhadora. Em determinados aspectos, a classe dominante desacelera o processo histórico de superação da ordem colonial a partir da qual desenvolvem as relações sociais capitalistas.

A burguesia direciona sua economia e política ao capital transnacional imperialista para atender os privilégios arcaicos da oligarquia do latifúndio de exportação, e para isso, faz-se necessário retirar a emergência do povo com suas demandas nacionais, anti-imperialistas e democráticas.

O autor aponta que a desigualdade (política, econômica, social, cultural) na sociedade brasileira é demarcada pelo abismo entre as classes sociais, onde as classes dominantes asseguram o equilíbrio de suas relações externas e subordinadas, à custa da extração do valor, da dominação política e social, resultando naquilo que ele denominou de “resistência sociopática à mudança”.

Todavia, é preciso considerar o processo histórico da formação social brasileira, levando em conta a chegada dos europeus neste território para explicitar alguns elementos, dentre eles, a desigualdade instituída desde a colonização que é a raiz da questão agrária e da exploração do trabalho no país, ancorada no monopólio das terras, no patriarcado e no machismo; e a ligação entre esses elementos (questão agrária e superexploração do trabalho) que fortaleceram o

processo de acumulação capitalista, bem como evidenciaram a questão social no território latino-americano.

O objetivo da invasão dos europeus, nada mais era que organizar a produção e apropriar dos bens naturais existentes aqui (ferro, prata, minérios) e transformá-los em mercadorias. No entanto, perceberam que a vantagem comparativa do território era a fertilidade das terras e o potencial para cultivar produtos agrícolas tropicais que não havia na sociedade europeia. Impuseram a exploração comercial da cana-de-açúcar, do algodão, do café, do cacau para destinar ao mercado europeu.

A especialização produtiva agrícola, denominada por Gorender (2005) de plantagem, apenas se tornou possível com o trabalho escravo, pois, com a dimensão territorial disponível, não seria suficiente apenas com força de trabalho livre, o que transformou a escravização dos povos africanos fonte de grandes negócios rentáveis.

Com as pressões inglesas para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, e conseqüentemente abolir a escravidão e com isso, impedir que os ex-escravos se apossassem das terras, é promulgada em 1850, a primeira lei de terras do país. A característica principal da lei é implantar no país a propriedade privada das terras, isto é, transformação da terra- que é um bem natural e, portanto, não tem valor- em objeto de negócio que adquire preço.

O intuito era impedir que os ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, se transformassem em camponeses e pequenos proprietários de terra, pois, sem possuírem recursos não teriam condições de “comprar” e pagar pelas terras, continuando submissos aos fazendeiros. Com a Lei Áurea em 1888 os trabalhadores escravizados foram libertos e começaram a migrar para as cidades em busca de trabalho, vendendo “livremente” sua força de trabalho.

E, pela mesma lei de terras, eles foram impedidos de se apossarem de terrenos e, assim, de construir suas moradias: os melhores terrenos nas cidades já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes etc. Esses trabalhadores negros foram, então, à busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas. A lei de terras é também a “mãe” das favelas nas cidades brasileiras. Aprofunda-se, então, a crise do modelo agroexportador (STÉDILE, 2012, p. 26).

O ano de 1930 marca uma nova fase da história econômica do Brasil com influências na questão agrária. A crise do modelo agroexportador ocasionou também

uma crise política e institucional no Brasil, provocando a queda da monarquia e o estabelecimento da república a partir de um golpe militar realizado pelo exército da Monarquia, sem nenhuma participação do povo.

Posteriormente, os setores das elites dão um golpe e fazem uma “revolução” política por cima, impondo um novo modelo econômico para o Brasil, que foi denominada por Florestan Fernandes de industrialização dependente. O conceito diz respeito à industrialização que foi realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais e sem romper com a oligarquia rural (STÉDILE, 2012).

Segundo o autor, a partir desse modelo, começa a surgir uma burguesia agrária, de grandes proprietários, que visam modernizar sua exploração agrícola voltada para o mercado interno. Configurou-se como um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural. Todavia, além de inserir o sistema capitalista da industrialização dependente, esse modelo trouxe determinações muito bem específicas aos camponeses, agricultores familiares, pequenos produtores.

Aos camponeses cabia o papel de oferecer mão de obra barata para as indústrias na cidade, além do êxodo rural que era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos desses camponeses, ao invés de lutarem pela terra e pela reforma agrária, eram iludidos com as promessas de novos empregos e salários na indústria. Outra determinação era a mão de obra camponesa que cumpria o papel de pressionar para baixo a média salarial na indústria, haja vista que sempre havia trabalhadores à espera de emprego que poderiam aceitar os baixos salários. Não obstante, os camponeses também produziam alimentos para a cidade a preços baixos e matérias primas agrícolas para o setor industrial.

Prado Júnior (2000) reforça que o papel que historicamente sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro, é tão somente, o de fornecer mão de obra à minoria privilegiada da empreitada que é e sempre foi a agropecuária brasileira. Os fatores positivos que favoreceram a agropecuária brasileira como “negócio” foram os mesmos fatores que negativamente trouxeram um baixo nível de vida da população rural.

Força de trabalho de baixo custo relativo, porque mesmo quando juridicamente livre, era premida para um mercado de trabalho cujo abastecimento não sofria a eventual concorrência de outras alternativas de ocupação para os trabalhadores. O virtual monopólio da terra, concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa

trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles (PRADO JUNIOR, 2010, p. 26).

Entre os anos de 1950 e 1960, as decisões a respeito da política econômica governamental foram tomadas levando em consideração os interesses da burguesia industrial, nacional e internacional. Os setores industrial e agrário não estavam isolados, haja visto que tinha ligação direta com as forças produtivas (tecnologia, capital, força de trabalho), tal relação de interdependência desenvolveu e se aprofundou.

A década de 1960 marca um cenário de agricultura modernizada e um setor camponês subordinado aos interesses do capital industrial. Os anos 1960-1964 é o período que marca a primeira crise cíclica do modelo de industrialização dependente. Para resolver os problemas no âmbito da agricultura que afetava a economia, a burguesia buscou como alternativa a modernização da grande propriedade, ao incentivar os latifundiários a tornar-se uma empresa rural.

O aumento da produção agrícola estaria relacionado com a adoção de máquinas pesadas, insumos agrícolas, como por exemplo, fertilizantes, rações e medicamentos veterinários; intensificado no regime militar quando o Estado estabeleceu políticas agrícolas de incentivo à compra de produtos novos a partir de financiamento com crédito subsidiado (CELOS, 2007).

Se nos EUA e na Europa Ocidental a integração técnica da indústria com a agricultura se deu no final do século XIX e início do século XX, no Brasil ocorreu apenas nas décadas de 1960 e 1970. Essa política agrícola⁷ adotou a concepção do planejamento induzido dos mercados de produtos rurais, através da desoneração dos riscos do processo produtivo privado (produção e preços). Por isso, foi estimulada a adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde”, que eram considerados sinônimos de modernidade (DELGADO, 2007).

Tais propostas favoreceram os interesses da oligarquia agrária, sem alterar a estrutura fundiária e os interesses da burguesia industrial. Segundo Delgado (2005) a partir de 1964 o debate político é cortado e o pensamento conservador vai adquirindo espaço com debate restrito a questões que dizem respeito a oferta e demanda dos

⁷ No entanto, foi apenas em 1967 com a articulação pela União do Sistema Nacional de Crédito Rural, que houve a reorientação das políticas agrícolas dos institutos por produto (IAA, IBC, CTRIN-DTRIG, CEPLAC) e o fortalecimento das estruturas que fomentavam a produtividade e crescimento capitalista no setor.

produtos agrícolas, o emprego e o comércio exterior, sem abordar, portanto, discussão pertinente a estrutura fundiária e suas consequências para o Brasil.

Para o autor, o pensamento econômico hegemônico no país ficou pautado no pensamento funcionalista norte-americano. Os economistas conservadores da época e alguns críticos do sistema estavam imersos nas chamadas cinco funções da agricultura, que eram: liberar mão de obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas e transferir renda real para o setor urbano.

Fica evidente o objetivo central da elite brasileira: manter a desigual estrutura fundiária e pautar em uma modernização tecnológica para a grande propriedade. A possibilidade de realização de uma reforma agrária e diminuição das desigualdades sociais no Brasil foram destruídas por essa elite, através do golpe de Estado.

Quanto à legislação agrária, se destacaram o Estatuto do Trabalhador Rural, que foi promulgado em 1963 e o Estatuto da Terra, promulgado em 1964, defendido por grupos políticos que queriam tratar exclusivamente de questões trabalhistas, sem levar em conta a posse de terra. A elite política dominante buscava a partir das leis criadas, conter os movimentos sociais e qualquer possibilidade de reforma agrária, haja vista que o Estatuto do Trabalhador Rural não permitia greves no campo.

O Estatuto da Terra serviu para alargar as desigualdades na agricultura, no apoio a “modernização conservadora”, deixando milhares de arrendatários, moradores e colonos sem os seus direitos, pois, destruiu a propriedade agrícola familiar em detrimento do poder político e interesse dos latifundiários.

2.3 A questão agrária no Brasil sob o domínio neoliberal

A “modernização da agricultura” beneficiou principalmente as médias e grandes propriedades ao adotar tecnologias no processo produtivo, através de incentivos de créditos para a compra de maquinarias modernas, agrotóxicos e fertilizantes. Essa transformação da base técnica no setor agrário foi denominada por Gonçalves Neto (1997) de modernização desigual, ao privilegiar os grandes proprietários de terra; as culturas voltadas para o mercado externo; as regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste) em detrimento das outras regiões.

O adensamento demográfico e o desenvolvimento econômico de alguns restritos pontos e algumas áreas do país propiciaram mercados internos de certa importância. Mas no que se referem aos centros produtores, esses mercados não se distinguem essencialmente dos exteriores, porque se acham, tanto quanto esses últimos, desarticulados- a não ser para o fim de receber as mercadorias localmente produzidas- desarticulados daqueles centros onde a massa da população trabalhadora continua não desempenhando outra função que a de fornecer mão de obra a uma exploração agromercantil voltada para fora, e sem nada ou quase nada receber em contrapartida (PRADO JUNIOR, 2000, p. 49).

Se por um lado a modernização tecnológica da agricultura trouxe resultados positivos como a transformação da base técnica e aumento da produtividade que gerou o crescimento do mercado interno, por outro, a “modernização” não trouxe melhorias nas condições de vida e trabalho da população do campo, não realizou distribuição das terras e agravou o cenário de miséria, desemprego e impactos ambientais.

A grande concentração de terra no país foi determinante para o processo de urbanização que se deu por meio do êxodo rural, ao expulsar a população do campo que se dirigia às grandes cidades em busca de melhor trabalho e condições de sobrevivência. O lugar reservado a essa população, era na maioria das vezes, a periferia, que não dispunha de infraestrutura, capacidade sanitária e habitacional.

Discutir os problemas relativos a estrutura agrária do país e a posição do trabalhador requer compreender os problemas econômicos e políticos que incidem diretamente na condição de vida da população trabalhadora do campo no Brasil, o que não exclui também a consideração dos problemas que dizem respeito ao “negócio” da agropecuária que expressa a contradição entre fazendeiros/proprietários e trabalhadores sem terra ou com insuficiente quantidade de terra.

E não apenas desnível nas condições de vida, mas diferença profunda e radical na posição relativa que respectivamente ocupam em frente às atividades agrárias. Os grandes proprietários e fazendeiros, lavradores embora, são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização da terra constitui um negócio como outro qualquer [...] do outro lado, para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível (PRADO JUNIOR, 2000, p. 22).

De acordo com Delgado (2007) esse processo de modernização expressa um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, pois, trouxe a integração técnica da indústria com a agricultura ao mesmo tempo em que inseriu as

oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial.

O esgotamento do ciclo de crescimento econômico no início da década de 1980 e da ditadura militar demarca um novo arranjo da ordem econômica e política. Após o regime militar, apresenta-se um cenário favorável e oxigenado às forças sociais que foram submetidas durante anos às repressões e autoritarismo da modernização conservadora na agricultura. O debate da “questão agrária” durante o regime militar não existiu, nem no âmbito teórico nem político.

Este período de transição traz um novo ordenamento constitucional: a Constituição Federal de 1988 que altera o estatuto da propriedade fundiária levando em consideração sua função social. No entanto, após a CF/88 o país passa por um processo de ajustamento à ordem econômica global, ao sofrer restrições de ordem externa e interna, com alto endividamento público e dependência externa. O Brasil fica por mais de duas décadas nessa fase de estagnação econômica.

A agricultura passa a ser fundamental para arcar com o cenário macroeconômico que se encontrava o país. O setor agrícola é chamado para participar expressivamente na geração de saldos de comércio exterior, haja vista que é preciso reverter o déficit do balanço de pagamento.

Para Delgado (2007) passada a fase de abundância de liquidez internacional (período de 1994-1998), a política econômica promove a desvalorização da renda da terra, no entanto, após o susto inicial da crise, desencadeada a partir da moratória mexicana de 1982, são realizadas inúmeras estratégias de “ajuste” macroeconômico para colocar a economia brasileira nos limites colocados em razão das restrições externas. Tal ajuste influenciou a economia política da questão agrária em três bem demarcadas: 1983-1993 ocorreu à primeira tentativa de responder à crise do endividamento com recursos advindos do setor primário; 1994-1999 houve uma folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento e 2000-2003 que tem o relançamento da estratégia de saldo comercial externo a qualquer custo.

Os anos de 1990-2008 são marcados pela ofensiva do capital financeiro sobre a agricultura, que se agravou ainda mais nos últimos anos, com a crise do capital financeiro nos Estados Unidos e na Europa. Os efeitos da crise se dão de forma ainda mais intensa nas economias periféricas, em sua agricultura e economia

camponesa⁸.

Stédile (2013) ao abordar o controle das empresas transnacionais e do capital financeiro sobre a agricultura aponta aspectos fundamentais para compreender esse processo. Primeiramente, o controle da produção e do comércio mundial de produtos agrícolas por uma pequena parcela de empresas, sobretudo os produtos agrícolas padronizáveis como grãos e laticínios, bem como insumos e máquinas utilizados pela agricultura.

Houve uma centralização de capital, onde uma mesma empresa passou a controlar a produção e o comércio de produtos e setores da economia, como por exemplo, fertilizantes, agrotóxicos, fármacos, sementes transgênicas, maquinarias agrícolas, tanto no âmbito alimentício, como de cosméticos ou de produtos supérfluos. Há também, uma ligação cada vez maior, dentro de uma mesma empresa, entre capital industrial, comercial e o financeiro.

Além disso, o autor destaca o controle absoluto sobre os preços dos produtos agrícolas e dos insumos em nível mundial. Tal controle oligopólio dos produtos faz com que os preços fiquem elevados e as empresas adquiram lucros gigantescos, acarretando a falência dos pequenos e médios produtores que não conseguem competir no mesmo nível.

Na mesma direção, Stédile destaca a imposição da propriedade privada das empresas sobre os bens da natureza e isso inclui a privatização dos territórios do Hemisfério Sul que possui a riqueza vegetal e animal; a padronização dos alimentos humanos (rações); a divisão internacional da produção e do trabalho que coloca esses países como meros exportadores de matérias-primas agrícolas e minerais.

O modelo econômico brasileiro praticamente não realizou alterações com a mudança de governo, pois, sua lógica continuou centrada nos ganhos especulativos ligados ao capital financeiro. Independente do governo, o *superávit* primário se manteve para garantir o pagamento dos juros da dívida do país sem controle do câmbio, ou seja, “a taxa de câmbio flutuou de acordo com as necessidades de

⁸ De acordo com Stédile (2013) esses agravamentos vêm ocorrendo por diversos motivos, dentre eles, estão os grandes grupos econômicos do hemisfério Norte, que devido as baixas taxas de juros e instabilidade do dólar, recorrem para a periferia com vista a proteger seus capitais a partir da aplicação em ativos fixos (terra, territórios, matérias primas). Além disso, a crise do preço do petróleo e suas consequências ao meio ambiente levou as empresas automobilísticas a investir grandes capitais na produção de agrocombustíveis (produção de cana, milho para etanol) afetando fortemente a agricultura tropical no sul. E por fim, os capitais financeiros que aplicaram seus ativos e realizaram especulação no mercado futuro, garantindo o controle oligopólico dos mercados agrícolas por essas grandes empresas.

especulação de interesses do capital internacional sobre a nossa economia” (STÉDILE, 2013, p. 27).

O cenário internacional de abundância de capital que permeou entre as economias emergentes, entre elas a brasileira, levou o governo a adotar o Plano Real, a partir do Plano de Estabilização Monetária, que tem seu caráter neoliberal por atrair o capital externo. Para Delgado (2007) a liquidez internacional conduziu a política de comércio interior para uma liberalidade, pautada no tripé câmbio sobrevalorizado, tarifas ultra mitigadas e desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial.

O projeto radical de transnacionalização da economia brasileira do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) se realizou com a manutenção de taxas de juros elevadas e na valorização cambial que foi praticada até 1998. O desmonte no modelo de regulação da agricultura provocaram grandes efeitos sobre o setor agropecuário brasileiro, trazendo prejuízo na renda agrícola principalmente na agricultura familiar.

Segundo Delgado (2007, p. 66) agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. Assim, no segundo governo de FHC foi iniciado o relançamento do agronegócio, como política estruturada e iniciativas que segundo o autor, trouxe os seguintes resultados:

[...] um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio (associação do grande capital com a grande propriedade fundiária, sob mediação estatal) competitivo junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do “ajustamento constrangido” (DELGADO, 2007, p. 67).

Sob o impulso da demanda externa, o produto agrícola cresceu de 4,8% entre 2000 e 2003, mais avançados que o PIB geral que cresceu apenas 1,8%. O saldo

comercial externo voltou a crescer devido ao movimento de envio de recursos ao exterior, imposto pela crise de liquidez a partir de 1999. Para o autor acima, os saldos de comércio externo, tem efeitos dinâmicos sobre a renda e a demanda interna, no entanto, estes saldos estão vinculados ao serviço do déficit a conta corrente e tornam-se “renda líquida enviada ao exterior”. Nesse sentido, o efeito macroeconômico fica limitado à renda e riqueza dos setores que exportam. No caso do Brasil quem ocupa esse lugar com prioridade é o agronegócio.

As empresas centralizam o capital industrial, comercial e financeiro, dominam o controle dos preços, monopolizam as pesquisas e o conhecimento científico e os recursos naturais bem como sua espoliação (STÉDILE, 2013; VERGÉS, 2014). Acerca desse movimento, Delgado (2010, p.123) ressalta que:

[...] uma forma de extração do excedente econômico, fortemente vinculada à renda fundiária; configuram novos ingredientes de uma questão agrária muito além dos limites setoriais da agricultura. Em última instância, caracterizam um estilo típico do subdesenvolvimento, que se repõe em pleno século XXI e do qual o pacto do agronegócio é parte integrante de peso. Mas a caracterização dessa questão agrária é mais geral e mais profunda. Integra a essência do projeto nacional de subdesenvolvimento e requer um enfrentamento dentro e fora do modelo agrícola hegemônico.

O resultado do movimento do capital sobre a agricultura é o aprofundamento da relação entre propriedade fundiária e capital. As atividades têm por objetivo gerar saldos comerciais para ampliar suas reservas cambiais e atrair capitais especulativos. As terras improdutivas, do ponto de vista do capital, ficam bloqueadas e protegidas para expandirem futuramente. Stédile (2013) aponta que como consequência disso, há uma concentração da produção agrícola; padronização dos alimentos humanos; degradação ambiental; expulsão dos trabalhadores do campo e aumento do fluxo migratório para as cidades, intensificando a violência, desigualdade, entre outros.

A economia monopolista do agronegócio para alcançar a extração do excedente econômico se baseia na restauração da especialização primário-exportadora que tenciona fortemente a reorganização da economia política do Estado Nacional (DELGADO, 2012). Com isso, o Estado se dedica na criação de políticas públicas de apropriação privada que propicie realizar a expansão na agropecuária, na mineração e na produção energética, onde o capital agroindustrial e a propriedade fundiária são o grande motor para impulsionar o capital financeiro.

Sob o agronegócio a renda da terra adquire mais importância fundamental

para a acumulação do capital. Assim, a propriedade privada da terra se torna ainda mais concentrada e centralizada, e as condições para realizar o trabalho extrapolam os níveis degradantes e desumanos de extração de sobretrabalho.

2.4 As contradições entre a política do agronegócio e as políticas sociais

O modelo que expressa a interferência do capital na agricultura é denominado de agronegócio e trouxe mudanças estruturais para a agricultura brasileira. Segundo Estevam e Stédile (2013) as principais foram o domínio da esfera do capital financeiro e das empresas transnacionais sobre a produção das mercadorias agrícolas, que controlam concomitantemente os preços, o mercado nacional e internacional. O que resultou disso, foi uma crescente concentração da terra, dos meios de produção e dos bens advindos da natureza (minérios, água). A produção agrícola no país ficou refém das necessidades do mercado mundial.

Delgado (2006) e Fernandes (2005) apontam o agronegócio como o vilão da reforma agrária na disputa por terras agricultáveis no país. Se antes o latifúndio era o responsável pela não efetivação da reforma agrária e centrada na necessidade de desapropriação de áreas que seriam entregues aos camponeses sem terra, agora são levados em consideração os paradigmas existentes no campo.

A reforma agrária passa ser vista não como solução paliativa e pontual, mas como modelo alternativo de desenvolvimento no campo. Pois, objetiva alterar o modo de vida e produção do campesinato, levando em conta o trabalho familiar e a produção em pequena escala. Diferentemente, o agronegócio busca estabelecer um trabalho assalariado, flexibilizado e precário, com produção em larga escala. Por isso, reforma agrária e agronegócio são dimensões distintas, não complementares, ao apontar as relações sociais diversas que produzem.

O modelo agrícola neoliberal (agronegócio) se caracteriza pela concentração, domínio pelas grandes corporações, prejuízo dos agricultores, direcionamento para o grande estabelecimento agrícola, favorecimento dos países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos, intensificação da especialização da produção, incentivo à monocultura, degradação ambiental e aumento da pobreza (CARVALHO, 2013, p.48).

A partir dos dados do Dataluta (2014) fica evidente que a estrutura fundiária no país que já era concentrada, se intensificou ainda mais a partir do agronegócio. O

índice de Gini⁹ da terra em 2003 era de 0,816 e vai para 0,860 em 2014. No ano de 2014, 222 propriedades ocupavam uma área com mais de 15,5 milhões de hectares. As maiores propriedades do país (130) ocupam 47,23% das terras registradas pelo INCRA, enquanto 3,75 milhões de minifúndios ocupam somente 10,4% de terras.

Delgado (2007) denomina de “expansão constrangida” para se referir não apenas à questão agrária, mas, o conjunto da economia nacional que esteve pautada em três aspectos: restrição da demanda interna de bens e serviços; limitação das oportunidades de emprego e manutenção de grandes áreas de terra improdutivas.

A situação fundiária atual apresenta dois perfis básicos: i) ela mantém a sua desigualdade, apesar do novo ordenamento de direito agrário que prescreve o princípio da função social da propriedade fundiária; e ii) os procedimentos e omissões da política fundiária do Poder Executivo e dos demais poderes de Estado arbitram contraditoriamente a reprodução dessa desigualdade. E ao fazê-lo incidem em vício evidente de ilegitimidade em face do ordenamento constitucional que legitima o direito de propriedade (DELGADO, 2005, p. 72).

A produtividade de trabalho imposta e o controle desta compra da força de trabalho são baseados na superexploração dos trabalhadores. Isso se materializa a partir de jornadas longas de trabalho, sobretudo aqueles temporários e de migrantes que apenas trabalham em períodos de safra, além dos produtos agroquímicos que após o manejo pode causar sérios danos as condições de saúde.

Alves (2006) retrata a realidade do setor sucroalcooleiro, detalhando a atividade do corte de cana para entender porque morrem os trabalhadores rurais cortadores de cana: “por causa do excesso de trabalho”.

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros e despense aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolada, que tenha uma densidade de 10 canas a cada 30 cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia como transporta nos braços 6 toneladas de cana em montes de aproximadamente 15 kg a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros (ALVES, 2006, p. 93).

⁹ O índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em um determinado grupo. Apresenta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e mais ricos.

Outro elemento que aumentou expressivamente no Brasil foi o uso de agrotóxicos, mais de 200% entre os anos 2000 e 2010, que intensificou também os índices de contaminação e intoxicação de trabalhadores. Segundo Bombardi (2011) entre 1999 a 2009, o Sistema Nacional de Informações Toxicológicas / Ministério da Saúde notificou 62 mil intoxicações por agrotóxicos em uso agrícola no país, o que corresponde a 5600 intoxicações por ano ou 15,5 por dia.

A disputa pela apropriação privada do excedente econômico produzido pela agricultura familiar aumenta ainda mais a incorporação de novas áreas para o agronegócio. O resultado é a expulsão dos trabalhadores do campo, invasão de territórios indígenas, aumento da violência, entre outros¹⁰.

Nessa direção, o Estado é chamado para ser provedor das atividades agrárias através de créditos, com preços baixos, com viabilização de pesquisa agropecuária. O fundo público, como não é novidade, passa ser destinado ao grande capital, isto é, os recursos públicos são repassados a agentes econômicos e o Estado deixa de cumprir com os direitos básicos: trabalhistas, garantia da função social da terra.

O previsto na CF/88 que determina a desapropriação das propriedades que não fazem uso adequado dos recursos naturais, ou que são improdutivas e destroem o meio ambiente, não é levado em consideração. O capitalismo no Brasil expressa seu caráter rentista e explorador (de espaço geográfico e de seres humanos).

Os programas de reforma agrária do governo federal tornaram-se políticas de caráter compensatório e com viés populista, pois, não foram implantados conforme o previsto e quando houve tentativas, logo cederam em detrimento da pressão política para atender os interesses das classes dominantes (CARVALHO, 2005).

Os trabalhadores vêm sofrendo ataques constantes de desmonte nos seus direitos, sobretudo nos direitos trabalhistas, de educação e saúde. No campo isso se dá de forma ainda mais acentuada e reforça a desigualdade histórica no qual estão inseridos os trabalhadores rurais. Não obstante, existe a desigualdade do campo em relação à cidade, tanto em relação à idade que os trabalhadores rurais começam a

¹⁰ A Comissão Pastoral da Terra aponta dados impressionantes acerca da violência no campo: em 2015 foram registrados 742, envolvendo 102.973 famílias; 300 lideranças indígenas, quilombolas e sem terra foram assassinados nos últimos nove anos.

trabalhar, como na renda média. Segundo o DIEESE (2011), a renda geral de rendimentos das pessoas ocupadas em 2009 era de R\$813,00, enquanto no campo era de R\$3080,00.

As políticas públicas voltadas especificamente para o trabalhador do campo, além de serem insuficientes em nível de recursos para a agricultura familiar, possuem critérios e funcionamento que intensifica ainda mais a desigualdade entre regiões no país e submete o camponês ao agronegócio.

2.5 As lutas sociais no campo

A definição de questão agrária é compreendida por Fernandes (2001) como problema estrutural do capitalismo e as desigualdades, expropriações e expulsões que modificam e recriam o campesinato, fazem parte da sua lógica de desenvolvimento. Por essa razão, as relações de conflito entre campesinato e capital são tão evidentes.

De um lado, está a subalternidade do campesinato ao capital que tem forças para garantir seus interesses e do outro lado, está a resistência do campesinato em construir sua recriação por meio das ocupações de terra. A ocupação da terra é uma saída para a ressocialização dessas pessoas que foram excluídas da condição de trabalho (FERNANDES, 2008).

De acordo com o autor acima, a questão agrária teve diferentes conjunturas. Em 1970, intensificou-se a expansão das monoculturas e ampliou-se a agroindústria, acompanhada pela quase extinção dos movimentos camponeses com a repressão militar¹¹, marcando uma das maiores crises da resistência do campesinato.

Nesse cenário de modernização apresentado por um governo ditatorial, as antigas e novas agências estatais materializaram outro ordenamento de divisão do trabalho, trazendo divergências entre questão agrária e questão agrícola. Desse movimento foram criados dois institutos que expressam diferentes perspectivas acerca da questão, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) que era subordinado ao Ministério da Agricultura e defendia a política agrária e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) que se posicionava a partir da política de

¹¹ Não bastasse a intensificação das desigualdades, o governo militar, coloca como discurso oficial a necessidade de modernização da estrutura agrária no país, cujo objetivo era estritamente econômico, pois, pautava na estabilidade dos preços, do superávit externo e do salário real.

reforma agrária e estava vinculado à Presidência da República. Em 1972 as duas instituições foram extintas, substituídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A partir da redemocratização do país, em 1980, consolida-se o modelo agroexportador e agroindustrial ao mesmo tempo em que se identifica o processo de territorialização da luta pela terra. Esse período é marcado pelo aumento das ocupações de terra e da luta pela reforma agrária.

Em 1990, aumenta os movimentos camponeses em luta pela terra e a criação de assentamentos rurais, onde o Movimento dos Sem Terra (MST) tomou a frente desse processo. No mesmo período, como já apontamos nos itens anteriores, as corporações nacionais e transacionais ampliaram o modelo agroexportador em um conjunto de medidas que foi denominado de agronegócio. Esse modelo abrange de forma diferenciada reúne “os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico” (FERNANDES, 2008, p. 75).

O governo de FHC, guiado pela agenda neoliberal com ênfase nas privatizações, entrada de bancos e empresas na compra das terras, criminalizou os movimentos sociais, reforçando os objetivos desse ideário burguês: reprimir e fragilizar a mobilização social. Foi nesse período que avançou a organização do campesinato na luta pela terra, foi também nesse contexto que o governo respondeu de forma brutal essas lutas. Exemplo disso foram os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, em 1995 e 1996 respectivamente.

As duas tragédias tiveram como protagonistas duas diferentes e concorrentes organizações de sem-terra, de um lado, e as polícias estaduais, de outro. Ou seja, em nossa estrutura federativa e republicana, a política agrária é do âmbito do governo federal, mas os órgãos e agentes de controle da ordem pública, como a polícia, estão basicamente sob gestão dos estados e dos governos estaduais, que têm suas próprias relações de poder, sua própria circunstância e sua própria orientação no que se refere à ordem política e social [...] Portanto, a ditadura desviara essas polícias de suas funções precípua, a da manutenção da ordem social, para fazê-las mantenedoras da ordem política autoritária, curiosamente aliada e tutora das oligarquias regionais. (MARTINS, 2003, p. 143).

As repressões ao MST e aos movimentos sociais intensificaram a partir de perseguições e prisões que tratavam as lutas como caso de polícia. Lustosa (2012) aponta que em 1996, foram mortas 56 pessoas em razão de conflitos agrários e 21 destes trabalhadores foram assassinados por militares em Eldorado dos Carajás. As ocupações foram se expandindo e com isso, aumentou ainda mais o investimento

para reprimir e cooptar os movimentos sociais, por meio de uma política de mercantilização da terra.

No segundo mandato de FHC, por meio da Lei Complementar nº 93 de 1998, foi criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco de Terra) que foi uma política de crédito agrário que visava criar assentamentos através da compra de terras. Essa política foi um retrocesso, pois trouxe danos diretos às desapropriações destinados aos Projetos de Assentamentos. Além disso, com o crédito especial desencadeou o empobrecimento de centenas de milhares de famílias assentadas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o governo de FHC não esteve preocupado em elaborar e desenvolver um projeto de reforma agrária no país, expressão disso são os 90% de assentamentos implantados, foram resultados de ocupações de terra. Porém, como estratégia de propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário utilizou dos assentamentos criados em governos anteriores ou governos estaduais e registrou como se tivessem sido criados no governo de FHC (FERNANDES, 2003).

O resultado disso foi o represamento com o crescimento do número de famílias acampadas, chegando a 120 mil famílias em 2003, precarização dos assentamentos implantados, que não tinham infraestrutura e a maior parte também não receber crédito agrícola para investimento.

É diante dessa farsa e dessa tragédia, que em 2002, o PT em uma coligação de forças políticas desde a esquerda à direita, elegeu Luís Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil. Desde as eleições de 1989, quando Lula concorreu pela primeira vez até as eleições de 2002, quando concorreu pela quarta vez e venceu, a conjuntura política e econômica em escalas nacional e internacional mudou significativamente (FERNANDES, 2003, p. 3).

A vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) ocorreu diante de um contexto político e econômico desfavorável aos direitos conquistados pelos trabalhadores. A lógica econômica mundial está sustentada em bases neoliberais, que no caso do Brasil repercute de forma intensa através do desemprego estrutural, desregulamentação e eliminação de direitos trabalhistas.

A compra de terras por meio de políticas como “Banco de Terras” com apoio do Banco Mundial, era vista como caída para o problema agrário. Além de outras políticas agrícolas que eram determinadas pelo mercado com integração ao capital, através do agronegócio, com recorte da “agricultura familiar” foram bem vistos por setores da esquerda e da direita, incluindo os discursos de parlamentares do PT.

Com essa tremenda força política, tenta-se impedir que a realidade do campo brasileiro apareça como de fato é: com uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e em intensificação; com o aumento de famílias acampadas nas beiras das estradas e dentro dos latifúndios; com o empobrecimento dos camponeses, com o aumento da expropriação e exclusão. O que a mídia nacional procura mostrar é o aumento do conflito, mas não apresenta suas causas (FERNANDES, 2003, p. 4).

No governo de FHC (1994-2002) foram criados 188 projetos de assentamentos em Minas Gerais, enquanto no governo Lula (2003-2011) foi criado 177 assentamentos. No que diz respeito às famílias 13.757 foram assentadas no governo FHC, enquanto no governo Lula foi 7.857 (MASSON, 2016). Mesmo considerando a discrepância dos números de um governo para o outro, é preciso considera-los a partir das políticas públicas agrárias e agrícolas que foram responsáveis pela permanência das famílias nos assentamentos, além dos movimentos sociais em consonância com os governos.

De acordo com Cleps Junior et al (2016) em Minas Gerais, no período de 1985 a 2014 foram criados 411 assentamentos rurais, na sua grande maioria localizados nas regiões Noroeste, Norte e Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. A maior parte (85% do total) foi criada entre 1996- 2010. Em Minas Gerais, no governo Lula, houve mais ocupações em relação ao governo FHC: 352 e 299 ocupações, envolvendo 28.331 e 35.881 famílias, respectivamente¹².

O período de maior número de ocupações foi durante o mandato do presidente Lula, no qual o governo do Estado de Minas Gerais era conduzido por Aécio Neves e Anastasia (PSDB), expressando a oposição partidária entre governo federal e estadual, o que pode justificar as pressões e ocupações. Tal realidade foi alterada em 2015, no governo Dilma, quando Fernando Pimentel (PT) assumiu o governo de estado em Minas Gerais (MASSON, 2016).

A autora reforça que determinadas alianças podem significar cooptação ao invés de um compromisso do governo. Ressalta que quando o governo se propõe negociar, fica mais fácil o diálogo, no entanto, o MST e outros movimentos sociais diminuíram a intensidade das ocupações em determinadas ocasiões e contextos históricos.

Este item buscou elucidar os desafios e embates no âmbito das lutas sociais

¹² Para um debate mais aprofundando acerca das ocupações em Minas Gerais, pesquisar Masson (2016).

no campo, demarcando o contexto econômico, político e social no processo histórico do país que interferiu sobre esse processo. Essa compreensão das pautas e propostas acerca da reforma agrária e das lutas em defesa da terra permitirá uma análise mais aprofundada sobre a realidade do assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG, objeto desta pesquisa.

CAPÍTULO 3

A REALIDADE DOS TRABALHADORES ASSENTADOS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

No presente capítulo, serão apresentados os resultados e a análise dos dados obtidas a partir da pesquisa de campo realizada no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG. A realidade deste assentamento rural e as características que possuem, de forma geral, refletem as condições de vida e demandas das diversas famílias assentadas no país, no entanto, foi possível identificar algumas variáveis e a partir disso apontar suas particularidades, organização interna, realidade socioeconômica, entre outros. O estudo foi realizado com base nos dados de fonte primária, que viabilizaram uma caracterização fidedigna dos assentados e suas atividades. As informações e os dados desta pesquisa foram realizados por meio da pesquisa de campo, com utilização de um roteiro norteador, junto aos assentados de Tereza do Cedro.¹³ No decorrer da discussão, será apresentado o perfil das famílias assentadas, utilizando indicadores de escolaridade, alfabetização, idade, composição familiar, renda, benefícios assistenciais, recursos econômicos e sociais, bem como os entraves, lutas e participação no âmbito do cotidiano do assentamento rural.

3.1. Procedimentos metodológicos

Nesta investigação o método eleito foi o materialismo histórico dialético proposto por Marx, para compreender a dinâmica contraditória do real e da situação que pretendemos analisar. Guerra (2009, p. 17) afirma: “[...] a realidade é sempre mais rica, mais ampla e plena de mediações do que a capacidade do sujeito de captá-la e reproduzi-la no pensamento”. Nos termos de Marx, Engels (2009), parte de premissas reais, de indivíduos reais, em condições materiais reais, conforme:

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo empírico (MARX; ENGELS, 2009, p. 23).

Por meio da aproximação com o assentamento rural Tereza do Cedro, desenvolvemos as análises propostas neste estudo.

O método materialista histórico dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade

¹³ O roteiro norteador e suas respectivas questões estão anexos ao final deste trabalho.

(GIL, 2008). Este método permite o aprofundamento da pesquisa, pois apreende a estrutura e a dinâmica do objeto na essência, indo para além da aparência imediata, fenomênica.

[...] o papel do sujeito é essencialmente *ativo*; precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é *fundamental* no processo da pesquisa (MARX apud NETTO, 2011, p. 25).

Perante tal movimento no real e para o real, e comprometida com os sujeitos sociais idosos que tecem a luta pela reforma agrária, que vivem neste assentamento rural lutando pela reforma agrária em Uberaba, é que propomos neste estudo analisar o acesso da pessoa idosa do assentamento rural Tereza do Cedro às políticas sociais em Uberaba/MG.

Esta discussão é perpassada pelas três dimensões que compõem a realidade, universalidade, particularidade e singularidade, partes constitutivas do real, que nos aproximam de interpretar e captar a política de reforma agrária em curso. Estudos já sinalizam que a reforma agrária no contexto brasileiro ainda está à margem do que possa vir a ser uma “*política agrária*” que segundo Nelson Delgado (2009, p. 26) é um “instrumento indispensável para que se desencadeie no país com características como o nosso, um autêntico processo de desenvolvimento rural sustentado e não apenas de desenvolvimento agrícola”.

Para a realização desta pesquisa utilizamos de uma metodologia, que segundo Minayo (2010, p. 16): “[...] inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

A pesquisa bibliográfica é essencial, pois é através dela que há a possibilidade de uma maior aproximação do pesquisador com o tema a ser estudado. Nesta investigação, foi realizada uma pesquisa teórica, as categorias estudadas, surgiram dos objetivos desta pesquisa. Contudo, entende-se ser indissociável e inegável a aproximação teórica em torno das referidas categorias. As categorias teóricas utilizadas neste estudo são: trabalho; envelhecimento e velhice; políticas sociais e reforma agrária. A leitura foi constante em toda a pesquisa, abordando assuntos pertinentes com o processo de envelhecimento e velhice do trabalhador rural no tempo e espaço do capital e políticas sociais, com destaques

para alguns autores, como Antunes; Alves; Behring; Boschetti; Campelo e Paiva; Cunha; Delgado; Haddad; Yamamoto; Masson; Marx; Netto; Soares; Teixeira, dentre outras referências que abordem a temática a ser pesquisada.

Neste contexto, no capítulo primeiro trouxe a categoria trabalho e seus rebatimentos no processo de envelhecimento humano e problemática social do envelhecer no campo, na sociabilidade do capital. No capítulo segundo um resgate histórico da questão agrária e as lutas em defesa da terra como processo fundante da questão social.

A pesquisa documental analisou documentos oficiais, ou seja, as legislações pertinentes ao tema, uma vez que são utilizados materiais que nem sempre recebem um tratamento analítico, como legislações, decretos, resoluções e documentos referentes ao assentamento rural Tereza do Cedro.

Após o aprofundamento teórico este estudo procedeu-se a realização da pesquisa de campo, utilizamos abordagem qualitativa em que o pesquisador abrange o fenômeno através das percepções durante a análise das questões dissertativas no questionário.

A pesquisa qualitativa responde às questões muito particulares, se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível da realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2010, p. 21 – 22).

A presente investigação teve como cenário o assentamento rural Tereza do Cedro, localizado no município de Uberaba/MG, que está na região do Triângulo Mineiro, com uma população de 328.272 habitantes, segundo o IBGE.

Em Uberaba/MG possui dois assentamentos de Uberaba, Dandara e Tereza do Cedro, possuem respectivamente, dezesseis lotes e o segundo trinta lotes, estão com trinta e nove casas de moradia construídas, localizados próximos à BR-050, sentido Uberaba/Uberlândia.

Para construir as casas, sendo cada uma delas com 58 metros quadrados, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) disponibilizou R\$ 15 mil por unidade. A viabilização da estrutura se deu graças ao esforço e apoio da Prefeitura, através do prefeito Anderson Aduato e do secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Sagri), José Humberto Guimarães, que fizeram gestões junto à Superintendência do INCRA em Belo Horizonte. Os dois assentamentos estão localizados

próximos à BR-050, sentido Uberaba/Uberlândia. Além desse benefício, os assentados já vinham recebendo assessoria técnica bem como preparo de terras via Sagri (UBERABA, 2012).

Masson (2016) ressalta a importância de espaços coletivos de participação para que se possa fortalecer uma identidade de classe, e com isso fomentar um trabalho de base, essencial quando se trata de assentamento na luta pela ocupação da terra. No entanto, no cenário da pesquisa abordado neste trabalho, não foi possível identificar organização e trabalho de base no início do processo de ocupação.

O assentamento Tereza do Cedro foi constituído por três grupos distintos: famílias e pessoas que vieram do município de Iturama; grupos que vieram da Palestina¹⁴ (formado por pessoas que moravam nos arredores da antiga estação da Palestina) e o grupo de Uberaba (MASSON, 2016).

A escolha deste assentamento rural no cenário de campo da pesquisa, foi por se constituir como o mais antigo do município, sendo 1999 o ano de ocupação e instalação das famílias, e 2004 o ato de criação do Projeto de Assentamento Rural pelo Instituto Nacional de Recolonização Agrária (INCRA).

Os sujeitos da pesquisa foram pessoas idosas, tendo como parâmetro o Estatuto do Idoso que considera idoso(a) pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, que após ser explicada aos participantes da pesquisa qual a intencionalidade da mesma, aceitaram participar, porém, respeitando o número máximo de 10 sujeitos, sendo seis homens e quatro mulheres.

No assentamento atualmente encontram-se 22 famílias assentadas, dentre elas 15 pessoas idosas, sendo que o critério para seleção se deu na forma de convite de todos os idosos assentados, os dez primeiros que aceitaram o convite foram participantes da pesquisa. Como forma de identificá-los, utilizamos a numeração, garantido assim o anonimato e sigilo da pesquisa.

Os dados obtidos foram organizados, classificados e categorizados, com base no método “análise de conteúdo”, tendo como objetivo “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

A técnica utilizada, na análise de conteúdo, perpassa três fases básicas: pré-

¹⁴ Palestina é uma estação de trem vinculada a linha ferroviária da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro. Antigamente foi habitada em seus arredores por diversas famílias, até hoje encontram-se moradores, mesmo que a estação já estava desativada e abandonada.

análise: corpus da investigação; descrição analítica tendo por base o referencial teórico e pressupostos e por fim a interpretação analítica, ou seja, a fase da análise, da reflexão das conexões com as ideias (BARDIN, 1994).

Os dados foram coletados a partir do instrumental elaborado, em anexo (apêndice 1 e 2), com dados quantitativo e qualitativos. Primeiramente aplicamos um questionário (apêndice 1) para traçar o perfil dos sujeitos, ou seja, levantar os dados quantitativos, a maioria respondeu. Entretanto, alguns sujeitos não sabiam escrever, nestes casos fizemos uma entrevista, utilizando gravador. Os dados qualitativos foram elaborados por meio do um Roteiro (apêndice 2), usamos a entrevista semiestruturada para apreensão referente ao acesso às políticas sociais, visando conhecer a realidade vivenciada por esses idosos(as) e como eles (as) acessam as políticas sociais.

As entrevistas foram gravadas, com a autorização dos sujeitos, a *posteriori* transcrevemos o conteúdo das mesmas, e em seguida procedeu-se o trato para a análise. Foi garantido o sigilo de todos os participantes conforme constará no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cedido pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) após a devida submissão do projeto para a aprovação de sua execução.

Por entender a importância da pesquisa enquanto instrumento de transformação social, entendemos ser necessário sempre reafirmar a técnica da devolutiva aos sujeitos envolvidos. Devolver os resultados de uma pesquisa é afirmar o compromisso ético do pesquisador e galgar espaços de transformação coletiva e social da realidade apresentada no estudo. Com o término da pesquisa, além da divulgação nos meios acadêmicos, será realizada uma roda de conversa com os assentados do Tereza do Cedro para socialização dos resultados.

3.2. Apresentação dos resultados

Nesta investigação, os dados apreendidos foram desvendados através do método “análise de conteúdo”, organização, classificação e categorização. Os mesmos foram interpretados pelo método eleito materialismo histórico dialético. Foram analisados por meio de três categorias de análise: 1) Velhice e assentamento rural; 2) Questão agrária e direitos sociais; e 3) Realidade e resistência dos

assentados e assentadas do Tereza do Cedro, sendo as mesmas divididas em subcategorias.

Categoria I - Velhice e assentamento rural

Frente às indagações que suscitaram acerca da temática e da realidade destes sujeitos, foi realizada pesquisa de campo, com aplicação de questionário, com vistas a identificar o perfil dos/das assentados/assentadas e discutir sobre as dificuldades, embates e desafios desse processo.

Para análise da primeira categoria segue as informações do quadro abaixo.

Quadro 1 - Dados gerais dos sujeitos

| Sujeitos | Sexo | Idade | Data Nascimento | Cidade | Escolaridade |
|-----------------|-------------|--------------|------------------------|----------------|---------------------|
| Sujeito 1 | M | 74 | 31/08/1944 | Patos de Minas | 5 ^o |
| Sujeito 2 | M | 65 | 09/05/1954 | Paris | 4 ^o |
| Sujeito 3 | F | 65 | 24/03/1954 | Tiros | 4 ^o |
| Sujeito 4 | M | 70 | 02/05/1949 | Veríssimo | 4 ^o |
| Sujeito 5 | F | 60 | 01/01/1947 | Uberaba | 4 ^o |
| Sujeito 6 | M | 67 | 12/02/1951 | Iguatama | 2 ^o |
| Sujeito 7 | M | 65 | 09/04/1954 | Votuporanga | 2 ^o |
| Sujeito 8 | F | 68 | 04/02/1950 | Votuporanga | 2 ^o |
| Sujeito 9 | F | 78 | 12/08/1940 | Tiros | 1 ^o |
| Sujeito 10 | M | 76 | 23/12/1942 | Uberaba | 4 ^o |

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

a) Envelhecer no campo

No Quadro 1, observamos que a idade dos participantes da pesquisa varia de 60 anos a 78 anos, não podemos esquecer que a velhice não é homogênea, existe velhice e velhices, determinadas pelas relações de produção e reprodução nos limites do capital.

Considerando-se que o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social, não se podem universalizar suas características no processo de construção das bases materiais da existência, porque os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, antes, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade, principalmente na sociabilidade fundada pelo capital, em que desigualdades, pobreza, e

exclusões sociais lhe são imanente, reproduzida e ampliada no envelhecimento do trabalhador. É assim que esse se torna um problema social em decorrência dessas desigualdades sociais engendradas pela estrutura produtiva e social (TEIXEIRA, 2008, p. 30-31).

Acerca do sexo dos sujeitos são: 6 masculinos e 4 femininos, além de um casal. As cidades apontadas na pesquisa foram: 1 Patos de Minas, 1 Paris, Tiros, 1 Veríssimo, 1 Iguatama, 2 Votuporanga e 2 Uberaba. Os estados de nascimento dos sujeitos são: Minas Gerais e São Paulo. A nacionalidade dos sujeitos é brasileira exclusivamente.

b) Tempo de moradia no assentamento

Quadro 2 – Tempo de moradia no assentamento

| Sujeitos | Tempo de moradia |
|-----------------|-------------------------|
| Sujeito 1 | 18 anos |
| Sujeito 2 | 15 anos |
| Sujeito 3 | 16 anos |
| Sujeito 4 | 15 anos |
| Sujeito 5 | 05 anos |
| Sujeito 6 | 18 anos |
| Sujeito 7 | 18 anos |
| Sujeito 8 | 18 anos |
| Sujeito 9 | 20 anos |
| Sujeito 10 | 06 anos |

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

Os dados sobre o tempo de moradia apontam o processo de luta dos assentados, pois grande parte dos participantes menciona estar na terra desde o início do acampamento, apontando para as resistências que as famílias vivenciaram.

É preciso ressaltar a desresponsabilização do Estado e consequentemente a responsabilização dos sujeitos frente a garantia de suas condições de vida, básica à vida humana, que impacta diretamente o processo de envelhecimento.

Envelhecer com dignidade é um direito que requer investimento às políticas sociais, e participação de todos como mecanismo de acesso e controle. Tal questão requer desempenho de gestores, trabalhadores, comunidade, políticos - além das lideranças - mídia, atuando de forma interdisciplinar com vistas a alcançar o envelhecimento digno e saudável (SOARES, POLTRONIERI, COSTA, 2014, p.134-135).

c) **Escolaridade e formação política**

Quanto à escolaridade dos sujeitos foi em torno do 1º ano primário até 5º ano primário. Vale dizer que a maioria dos sujeitos frequentou a escola formal, mesmo que por pouco tempo, mas todos acessaram a alguma instituição escolar, sendo que majoritariamente foram escolas da zona rural, tendo em vista que a maioria residiu em áreas rurais. Mesmo que tenham acessado escola, a grande maioria alega não saber escrever e ler. Acerca da baixa escolaridade para este público nascido nos anos de 1940 se justifica pela ausência de políticas públicas educacionais e investimentos públicos.

Porém, convém ressaltar que para além da exclusão ou das péssimas condições de alfabetização e educação no campo, há um fator fundamental que é preciso considerar: a necessidade de uma formação política que anime as forças que lutaram e lutam pela terra.

Vale destacar que o Brasil possuía um perfil de população rural, com o processo de industrialização pesada, ocorre o processo migratório, instaurando a passagem do setor rural para os grandes centros urbanos, propriamente ditos nas instalações das cidades. Este processo de urbanização faz com que a área rural deixe de ser foco das atenções, gerando processo de exclusão, pobreza, pouca modernização e abandono político.

A realidade do assentamento Tereza do Cedro demonstra que dada as dificuldades e conflitos entre os grupos no processo organizativo, não foi possível fortalecer espaços que permitissem uma formação política contínua. As reuniões que conseguiram realizar foram marcadas por discussões pontuais sobre aspectos prioritários do assentamento (saneamento, infraestrutura, entre outros).

Percebe-se que a maioria dos entrevistados possui estado conjugal, e grande maioria não possui filhos residindo no assentamento, pois foram para as cidades.

A segunda parte do questionário busca dados acerca dos recursos sociais dos participantes, sendo a primeira questão relacionada à satisfação no relacionamento com os amigos ou membros da família que moram com o/a entrevistado (a). O nível de satisfação se baseia nos itens: Excelente, muito bom, bom ou ruim.

As respostas foram:

Sujeito 2 “ Muito bom. Combino com todo mundo aqui”¹⁵.

Sujeito 3 “ pra mim é bom demais, é o melhor que tem. Acho que eu vivo por causa desse povo”.

Sujeito 4 “Ah eu fico muito satisfeito, que eu gosto de está no meio de gente né? É bom a gente areja. As vezes a gente está triste, e ao invés da gente “pitar”, eu fumo desde idade de 15-20 anos. Então eu acho bom”.

Sujeito 5 “Muito bom, com minha família e meus vizinhos”.

Sujeito 6 “Ah vamos falar bom né?, porque muito bom né, tem hora que dá né...mas .. pra mim está ótimo”.

Sujeito 7 “Isso igual ela mesmo , muito bom”.

Sujeito 8 “Com meus filhos é bom demais. Muito bom, meus filhos é tudo pra mim”.

De modo geral, grande parte dos sujeitos entrevistados afirmou ter bom relacionamento com os familiares e vizinhos, afirmando bom relacionamento entre os vizinhos assentados.

No que concerne a assistência que o entrevistado recebe ou oferece à família obteve-se as seguintes respostas:

Sujeito 3 “Tem as minhas meninas se eu falar pra elas virem aqui agora que estou passando mal ou que eu preciso qualquer coisas elas vem”.

Sujeito 4 “Ah de vez em quando a gente ajuda, fala a verdade. As vezes aperta lá e eles vem em cima, mas vem mesmo”.

Sujeito 6 “Tem. Ainda tem uma menina que mora lá em Uberaba também. Ela mora lá em Uberaba, mas tenho apoio deles todos”.

Sujeito 9 “Tem, tem. Tipo assim, marca uma consulta, dá uma cesta básica, e quando precisa de algum serviço aqui eles vem e fazem, eles pagam luz pra mim e água”.

As falas dos entrevistados direcionam que os familiares, os filhos são presentes e prestam assistência para os pais quando solicitados, mas também foram identificadas falas dos sujeitos da pesquisa que os idosos assentados ajudam os filhos e familiares quando acionados.

Rodrigues (2017) afirma que o processo de formação humana não é neutro. A educação é determinada pela sociedade de classes e seus interesses antagônicos. O desafio às classes exploradas seria a oposição a essa naturalização da realidade.

A tarefa seria maior: formar indivíduos para a compreensão da realidade e

¹⁵ Importante ressaltar que embora os sujeitos responderam informalmente as respostas segundo as regras de ortografias da língua portuguesa, a autora escreveu formal de acordo com as regras da língua portuguesa, porém seguindo as falas de maneira fidedigna.

dos problemas desta sociedade. “Por isso, a luta por terra no Brasil não se restringe a uma questão fundiária: é uma luta, em nossa visão, que diz respeito aos interesses do conjunto da classe trabalhadora” (RODRIGUES, 2017, p.31).

Nessa direção, a autora acima com base na perspectiva de Lênin, retoma a tríade indissociável entre a luta econômica, que abrange a luta coletiva dos operários contra os patrões para conseguirem condições vantajosas de venda da força de trabalho; a luta política que inclui as exigências realizadas em todas as dimensões da vida política e social e por fim, a luta teórica que corresponderia ao estudo da realidade e suas determinações, desvendando os motivos da exploração do trabalho e a dinâmica do modo de produção capitalista.

Rodrigues (2012) reforça que a luta pela terra na particularidade do capitalismo brasileiro adquire um caráter subversivo, e a luta pela educação no campo vem sendo rechaçada pelos “de cima”. Expressão disso são as perseguições sofridas pelas escolas do MST que mínguem pela falta de recursos públicos e as ameaças de fechamento.

Em síntese, podemos inferir que os dados acerca da alfabetização dos assentados do Tereza do Cedro demonstram a realidade de milhares de trabalhadores no Brasil que nunca tiveram condições de inserir no ensino público, dada às condições de vida e trabalho. Além disso, as políticas públicas educacionais, desde a década de 1990, vêm sendo impregnadas pelo ideário neoliberal, com projetos formulados seguindo as diretrizes do Banco Mundial e atendendo os interesses do capital, afetando fortemente a classe trabalhadora brasileira.

O MST se posiciona na contra hegemonia ao defender um projeto educacional que amplie o número de escolas para atender os acampamentos e assentamentos; a introdução de temas sobre a luta dos trabalhadores; a formação política para a militância que a prepare para a luta pela terra.

Portanto, entre os desafios que se impunham ao movimento estava o de clarificar as possibilidades da luta, bem como a justeza das reivindicações e, principalmente, o de identificar seu horizonte, relativo ao significado maior que a questão agrária tem historicamente no país. Essas tarefas relacionam-se ao desenvolvimento da consciência política e se colocavam no âmbito da formação política daqueles que compunham o movimento (RODRIGUES, 2017, p. 32).

Neste contexto, podemos inferir que a participação política, do trabalhador rural é muito importante, fortalece o movimento, e deslumbra a possibilidade de efetivação de direitos sociais conquistados ao longo da história, principalmente diante da ofensiva neoliberal.

Categoria II - Questão agrária e direitos sociais

Dando continuidade à análise dos dados dos assentados, foi questionado no instrumental de entrevista acerca dos recursos sociais, visando compreender o acesso que os assentados possuem no tocante a rede de assistência que os amparam, na qual a primeira questão estava relacionada à satisfação no relacionamento com amigos ou membros da família. O nível de satisfação baseia-se nas categorias: excelente, muito bom, bom ou ruim.

Pra mim é bom demais, é o melhor que tem. Acho que eu vivo por causa desse povo (Sujeito 3).

Ah eu fico muito satisfeito, que eu gosto de estar no meio de gente. É bom a gente areja (Sujeito 4).

De modo geral, grande parte dos sujeitos entrevistados afirmou ter bom relacionamento com os familiares e vizinhos. Ao destacar que embora a família tenha compromisso e responsabilidade no que concerne a assistência do idoso (a), é importante ressaltar que o Estado também é provedor da proteção social do processo de envelhecimento, pois ela é uma:

[...] organização da atuação pública (do Estado e da sociedade) através da implementação de um conjunto articulado, orgânico e descentralizado de instrumentos, mecanismos, órgãos e ações para realizar todos os direitos fundamentais da pessoa idosa do país (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA 2006, p.15).

O Estado é provedor na garantia dos direitos à proteção social frente as mazelas e expressões da questão social, advindas e acirradas com o processo de envelhecimento humano.

Foi indagado acerca da satisfação com relação a amigos e à família, a maioria respondeu que possui esse vínculo e apontaram que podem contar com esse suporte.

Quanto às relações, os questionários evidenciaram boa relação com amigos e vizinhos:

Quase todo final de semana. Mas é família. Não, nós saímos pouco. Porque não tem como sair quase, porque é só nos dois né, tem as criações, gado, as criação. Então quando agente sai tem sair e voltar (Sujeito 1).

Vem sempre, direto pessoa aqui. Nós vamos lá.. sábado nos vamos lá.. do outro lado do córrego. Que antes quando nos arruamos aqui, que assim foi dividido os terrenos, eu fiquei aqui uns tempo, depois nos fomos para a cidade que não tinha condição de ficar no assentamento [...](Sujeito 2).

Recebo, graças à Deus. Recebo da família, recebo meus vizinhos, meus vizinhos me amam (Sujeito 3).

É aqui é quase visita direto (Sujeito 4).

Recebo, minha família de vez em sempre está aqui. Eu vou muito pra cidade porque meu... as vezes nem tanto passeia, que agente que tem as plantas e criação não acha tempo pra passear. Mas sempre agente vai porque minha rotina de consulta, os médico tudo nosso é de Uberaba, aí acaba indo na cada dos filhos (Sujeito 5).

Direto Isto, amigo e família. Não eu não saio, eu quase não saio. Quando eu vou na casa dos filhos só (Sujeito 6).

Costuma. Não, nós ficamos muito aqui (Sujeito 7).

Costuma. Ah de vez enquanto nós vamos, mas é muito raro. Porque tem sempre gente aqui, tem hora que fica, eu não sou de ir muito para a casa dos vizinhos assim, não gosto (Sujeito 8).

Ah recebo sim. É eu acho bom né? Está vindo aqui é porque lembra da gente ne? É muito bom. Não. Muito difícil eu sair. Não. Vou em Uberaba uma vez no mês. É talvez na casa da minha nora, passa durmo na casa dela, é porque é difícil sabe? É tudo longe. De a pé não tem como e de carro é difícil (Sujeito 9).

Recebo, pra ir para cidade a gente sempre tem médico né? Aí assistência médica é de lá. Porque aqui tem assistência médica aqui perto, mais não tão boa, não é tão fácil. Tem dia que não medico (Sujeito 10).

Alguns idosos (as) apontaram necessidade de frequentar as cidades para acesso a consultas médicas, além de questionar os atendimentos à saúde pública nas áreas rurais. Este dado precisa ser problematizado, pois o Estado tem dever de viabilizar acesso a política de saúde que contemple a população rural com qualidade, acesso universal, com equidade.

a) Direito a velhice digna no campo: trabalho, saúde, assistência e previdência social

Na análise realizada a respeito da saúde no assentamento, a partir dos relatos colhidos, mostram situações sérias que devem ser repensadas, como forma de se pensar uma política pública de saúde diferente desta que está sendo ofertada.

Não é novidade que as experiências negativas encontradas nos assentamentos pelo país, como por exemplo, os projetos inacabados e extintos, unidades de saúde que foram construídas, mas que não foram utilizadas, espaços desativados e abandonados, não interlocução entre as políticas, como a educacional, ausência de uma consciência política sanitária e rural.

Ah dificuldade aqui é quando a gente fica doente, é difícil, é muito difícil. É, tem uns que vão até que morre no meio do caminho, porque até que chega lá né? (Sujeito 3).

Pra ir para cidade a gente sempre tem médico. A assistência médica é de lá. Porque aqui tem assistência médica aqui perto, mais não tão boa, não é tão fácil. Tem dia que não tem médico (Sujeito 10).

A gente teve que comprar um carro porque sem uma condução é difícil. Principalmente quem não tem a saúde é muito difícil sem uma condução (Sujeito 5).

A maior dificuldade aqui é quando a gente fica doente. É difícil, porque vê, tem que ir na cidade, chega lá na cidade até atender ou marcar uma consulta é muito difícil (Sujeito 2).

De acordo com a opinião dos assentados, o SUS e a disponibilidade de médicos se coloca como a principal dificuldade e a maior prioridade para a melhoria da saúde e assistência no assentamento. O que se percebe é uma baixa oferta de serviços, além da ausência de ações de prevenção de doenças e acidentes nos assentamentos.

Diante de tais fatos, é necessário que se construa um modelo de promoção e assistência à saúde para essas famílias assentadas, devendo ser orientada para a população rural. O que não quer dizer uma proposta exclusiva de saúde para assentados, mas uma política de saúde que considere as particularidades e necessidades das famílias que vivem e trabalham na área rural.

A terceira parte do questionário apresenta os recursos econômicos dos sujeitos da pesquisa. Foi indagada a ocupação principal dos idosos (as) durante a vida, bem como o tempo de trabalho¹⁶.

Desde criança trabalhava na roça.[...] trabalhei muito na roça, agora hoje eu não dou conta mais não. Agora acabou mesmo, depois que dei diabetes. Estava falando pra Tiquinha, eu era magrinha, miudinha né, aí tinha que fazer comida para os pião, fazer comida e levar com a menina nos braços,

¹⁶ Esclarecendo que o trabalho aqui mencionado diz respeito a alguma atividade laborativa desenvolvida durante o decorrer da vida, no assentamento ou fora do assentamento.

pra você vê, era longe, atravessar o rio, atravessar pinguela. Mas eu dei conta (Sujeito 3).

Olha, quase a vida inteira eu trabalhava no mato era tudo quanto há que aparecesse na frente. Menos matar e roubar, mas o resto. É só serviço assim que dava para gente ganhar né. As vezes na cidade, já tentei trabalhar na cidade também, é de servente. Então é no cerrado mesmo (Sujeito 4).

Eu comecei com sete anos, ajudar meu povo a manear arroz, quando cuia arroz na mão, um ia na frente e cortava arroz e deixava no pedacinho que ficava no chão, ai eu e meu irmão ia atrás e pegava aqueles montinhos e juntava até fazer aquele monte, ai fazia outro monte, e outro monte. [...] Ai ficou aqui serviço misto, em casa e na roça. Com dezesseis anos eu casei e continuei ajudando meu marido assim. De tudo que ele ia fazer na lavoura eu ia com ele, chegava em casa, ele me ajudava eu ajudava ele (Sujeito 5).

Ah com lavoura, plantação essas coisas assim, é...o plantio. Olha, é desde que eu me entendo por gente (Sujeito 6).

Para falar a verdade, eu nunca trabalhei de carteira assinada, sempre trabalhei assim por minha conta, mas na lavoura, na roça. Trabalho desde os oito anos (Sujeito 7).

A naquela época, do tempo do meu pai era cedo né, uns dez anos, oito anos por ai. Sempre trabalhei em carvoeiro, olaria, casa, tudo na roça também (Sujeito 8).

Majoritariamente as atividades laborativas desenvolvidas pelos participantes da pesquisa advêm do campo e do meio rural. É importante destacar que os assentados já trazem a experiência do duro trabalho no campo, com pouca ou nenhuma escolarização. A desespecialização, expressão utilizada por Antunes, é condição básica para a brutalidade do trabalho no campo.

O que resta a esses trabalhadores é o rebaixamento dos salários, o prolongamento da jornada de trabalho, a degradação física e psíquica que resulta desse processo.

A temporalidade do contrato de trabalho, as inúmeras formas de pagamento, a categorização social dos trabalhadores (fixos, eventuais, queima-latas, os safristas), as diferentes formas de contratação (empreiteiro, usina, fazenda, indústria) e a circulação intensa da força de trabalho produzem, no nível das representações dos trabalhadores, várias ambigüidades acerca de sua situação de trabalho e emprego [...] Aí contrapõe-se trabalho a emprego. Trabalho é mais puxado, é na roça, não se tem direitos, ganha-se menos, é volante, ganha-se por produção. Emprego é fixo, é mais difícil de encontrar, tem INSS, trabalha-se menos, é mais seguro, é na cidade, possui mais responsabilidade, é melhor (SILVA, 1999, p. 154).

E reforça:

É o resultado da submissão, da negação imposta aos trabalhadores.

Representa a cristalização da negação do ser do trabalhador. Nega-o. Retira-lhe sua essência, enquanto possuidor da única mercadoria que lhe restou: sua própria força de trabalho (SILVA, 1999, p.146).

As condições gerais expressas acima traduzem historicamente o trabalho no campo. Levando em consideração esses fatores, foi questionado sobre a renda econômica e a forma de sustentação das famílias assentadas no Tereza do Cedro.

Quadro 3 - Relação de direitos das famílias

| Sujeitos | Aposentadoria por idade | BPC | Aposentadoria por Tempo | Aposentadoria por Invalidez | Sem Renda |
|-------------------------|-------------------------|-----|-------------------------|-----------------------------|-----------|
| Sujeito1 | X | | | | |
| Sujeito2 | | | | X | |
| Sujeito3 | X | | | | |
| Sujeito4 | X | | | | |
| Sujeito5 | X | | | | |
| Sujeito6 | X | | | | |
| Sujeito7 | | | | | X |
| Sujeito8 | X | | | | |
| Sujeito9 | | X | | | |
| Sujeito10 ¹⁷ | | | | | |

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Fica evidente que a maioria dos entrevistados sobrevive com um salário mínimo, e seus filhos adultos não residem com os idosos (as) não contribuindo, portanto, com a composição da renda formal dos entrevistados. Como já mencionado a grande maioria dos sujeitos vivem sozinhos ou acompanhados pelos seus esposos (as), sendo alguns casos em que tenha filhos, netos, noras ou algum familiar. Nos casos em que os entrevistados e o cônjuge são aposentados acumulam-se duas aposentadorias, os demais são submetidos a salário mínimo¹⁸.

Acerca da condição de vida do operário aposentado

Pode se dizer que aposentadoria constitui, na realidade, o desfecho institucionalizado da exploração da força de trabalho. Aposenta os operários com base em seu salário, fruto do trabalho alienado e, ao aposentá-los, rebaixa ainda mais a remuneração de sua força de trabalho. Desta forma, obriga-os a se colocarem novamente no mercado de trabalhos [...]. Teoricamente, a aposentadoria tira os operários do exército industrial de reservas. No entanto, coloca-os em condição de pauperismo profundo. Para sobreviverem a esta situação, os operários aposentados reagem, iniciando outro ciclo de vida, reingressando no mercado de força de trabalho, seja como contingente do exército ativo de trabalhadores, seja do exército de reservas, ou ainda lumpenizando-se (HADDAD, 1986, p. 44).

¹⁷ O sujeito 10 não respondeu a questão acerca de aposentadoria ou alguma renda.

¹⁸ O salário mínimo atualmente 2018 está no valor de R\$ 954,00 reais.

Na obra *A Questão Agrária* de Kaustsky (1986), o autor aponta que ao pequeno lavrador resta desenvolver seu trabalho fora do seu lote para complementar sua renda, pois, ele precisará suprir as necessidades quando chegam o período de escassez de alimentos e outros fatores da casa, devido a questões climáticas ou imprevistos.

O que resta aos assentados é a venda da sua força de trabalho que pode resultar no abandono da sua terra e então o regresso à cidade, podendo deparar conseqüentemente com o desemprego. Fica claro que as dificuldades não estão relacionadas apenas às condições do clima, mas as condições políticas que interferem nessa dinâmica.

A partir da renda apresentada pelas famílias, é possível apontar a necessidade da previdência social para a área rural no Brasil. Com o benefício, as famílias conseguem não apenas gerar mais renda, mas principalmente, garantir melhores condições de vida, permanência no campo que se dá por meio da subsistência da economia rural (DELGADO, JUNIOR, 2000).

A aposentadoria, eu meu marido e meu filho Claudio, ele é por invalidez. Aí o resto é que vocês estão vendo aí, é lavora de milho, é umas vaquinhas, é um pezinho de laranja, é uma horta de couve, é a produção que a terra dá (Sujeito 5).

Trabalho. Ali eu plano cana, para criar do gado, planto milho, planto mandioca, as vezes um pedacinho de feijão para o gasto” “ E mais umas verduras, uns tipos de horta né. Essas coisas aí. O básico mesmo (Sujeito 6).

Continuo trabalhando, no chão aqui (Sujeito 7).

Esse ano nós só não plantou nada que a prefeitura veio gradear a terra. E nós não temos dinheiro para pagar trator que é muito caro as horas aqui. Os outros vem fazem o serviço e já recebem, então ficou sem plantar (Sujeito 8).

Eu gosto de tudo. Eu sou obcecado por planta, então eu não sossego se eu não plantar. Mas aqui como as vezes pra cá é uma terra muito pobre de nutrientes, foi difícil começar porque tem que ter esterco, tem que ter adubo, mas ate que eu engrenei bem. (Sujeito 10).

Esta realidade evidencia os limites para sobrevivência no campo, bem como expressa o quanto os sujeitos foram explorados durante a vida, com condições

precárias no campo, prolongamento do tempo para aposentar¹⁹, e quando aposentado necessita exercer alguma função laborativa para complementar a renda para sobrevivência e suprir as necessidades básicas.

Percebe-se que o trabalho enquanto categoria ontológica está presente na vida dos participantes mesmo para complemento do salário, bem como para realização pessoal de estar em contato com o campo e o que ela viabiliza de transformação.

Percebe-se que o trabalho enquanto categoria ontológica está presente na vida dos participantes mesmo para complemento do salário, bem como para realização pessoal de estar em contato com o campo e o que ela viabiliza de transformação.

No que se refere as condições de moradia relacionadas à água, energia elétrica, rede de esgoto, tipo de construção, os sujeitos da pesquisa relataram:

[...] tem aquele poço lá, aí joga com a bomba na caixa. Não. Poço furado na mão mesmo. Esgoto aqui não tem, é fossa mesmo (Sujeito 2).

É mina, disse não ter esgoto que é fossa, a casa tem cinco cômodos: três quartos, sala, cozinha, possui energia elétrica (Sujeito 3).

É mina. Falta água quando é no tempo de seca, dá um trabalho danado (Sujeito 4).

Ah nossa água foi a coisa mais difícil, que nós tínhamos, a água que vinha do vizinho aqui que descia em queda natural. Tinha água mais ou menos oito meses no ano, depois a água secava nós tínhamos que buscar no rio ou então lá na chácara do meu filho, que é distante. Aí era aquela dificuldade com água, aí nós lutamos, lutou, até que nós criamos uns dois ou três bezerros ali, vendemos para ajuda na despesas e compramos os materiais, e compramos o fios, as mangueiras e buscamos numa riqueza que nós tem que é uma mina d'água que tem aqui na chácara. Ai vem essa água da mina pra nós usar. Aí colocou a energia, e as mangueiras puxa água da mina e vai pra caixa" (Sujeito 5).

No que tange as condições de moradia, energia elétrica e rede de esgoto, a maioria queixou acerca de ausência de rede de esgoto, pois ainda é utilizado as fossas, além de a água ser majoritariamente de minas e poços artesianos. Apesar de ser uma alternativa de água para o assentamento, é considerado ruim e insuficiente, principalmente nos períodos de seca e devido às necessidades do lote, por conta do seu tamanho.

¹⁹ Com os cortes e ajustes realizados pelo governo Temer, que tem como proposta a Reforma da Previdência, os trabalhadores rurais serão fortemente prejudicados, haja vista que dentre as medidas, está o aumento do tempo mínimo para contribuição e o aumento da idade mínima para aposentar.

Percebe-se também que o processo de construção foi realizado pelos próprios assentados, sem elementos básicos para a proteção e sem garantia de eficiência da água, podendo ter ocasionado muitas contaminações.

A questão do processo de envelhecimento humano coloca os idosos (as) em situação de vulnerabilidade individual à medida têm pouco acesso às condições de serviços de saúde, recursos sociais, que são presentes nos centros urbanos. Há uma questão de vulnerabilidade programática, uma vez que os órgãos públicos se ausentam em ações de políticas públicas direcionadas a população trabalhadora idosa (o) rural.

Entretanto, mesmo os (as) assentados (as) apresentando dificuldades e limites no âmbito das conquistas e lutas que realizaram para ocuparem suas terras e permanecerem até hoje, é possível perceber o impacto que esse espaço tem em suas vidas, ao afirmarem (quando indagados sobre a vida no campo e na cidade) a maioria, se não todos, que a vida é melhor no campo.

Categoria III - Realidade e resistência dos assentados e assentadas do Tereza do Cedro

a) Lutas e resistências no campo

As diferentes formas de enfrentamento das opressões vivenciadas no campo e as pautas de reivindicação caracterizam os movimentos sociais rurais desde a década de 1980, situando um período de mobilizações e ações coletivas. Esse reordenamento aliado a mudanças em vários níveis; local, nacional e global nas esferas econômica, cultural, política e social, viabilizaram a organização e luta de diversos movimentos, sobretudo aqueles que lutaram em defesa da terra.

Com a mobilização e luta dos diversos movimentos sociais rurais, fica evidente a luta de classes, a partir da representação social dos sujeitos coletivos, das disputas e correlações de forças no processo de resistência. A reforma agrária expressa essa contradição, haja vista que há divergências em sua concepção, nas relações de poder e forças políticas inerentes a ela.

Tal correlação de forças pode ser identificada a partir do tensionamento dos trabalhadores rurais sem terra na ocupação, no acampamento, nos atos e manifestações, na formação política, na relação com outros movimentos sociais.

As medidas que resultaram nos assentamentos do período democrático, mesmo sem estarem orientadas para a realização de uma reforma agrária “massiva” (como exigem os movimentos de trabalhadores), foram adotadas sob pressão desses movimentos que, dispendo de maior liberdade para operar, não se contentaram em buscar soluções para conflitos já instalados, mas, através da adoção de táticas de luta como as ocupações coletivas de terras, acabaram por forçar o governo a desencadear um processo de reforma agrária, com “pacotes” de desapropriações [...] (LEITE et al, 2004, p.63).

No entanto, mesmo reconhecendo as conquistas advindas da luta dos trabalhadores rurais sem terra, há que se considerar que o assentamento é criação do Estado e está sujeito a sua gestão, podendo ser de forma mais direta e autoritária (como no regime militar) ou de forma mais indireta e negociada (período democrático).

Os autores acima ressaltam que, ainda que na prática sejam os assentados e os movimentos que delineiam as regras, existe uma coerção interna ao Estado, na definição das exigências, dos modos de operar, como por exemplo, a elaboração de projeto para o reconhecimento do assentamento, “o Estado assegura o acesso a terra, mas é preciso produzir dentro de parâmetros aceitáveis pela burocracia estatal- escolhendo produtos definidos como “de mercado” (LEITE et al, 2004, p. 65).

b) Questão agrária

Ainda que os sujeitos não utilizaram o termo reforma agrária para evidenciar as dificuldades de acesso e permanência na terra, a maioria ressaltou suas dificuldades:

Falta de recurso. Que a gente podia ser muito mais produtivo, mas falta de recurso, falta de maquinário, falta de condições de adubar a terra pra terra produzir, isso ai tem demais (Sujeito 2).

Ah foi bem difícil né, pra nós. Que eles foram tirar o povo, derrubar os barracos tudo, foi difícil essa época. Depois que negociou assim do terreno ai melhorou, assim, a polícia não vem mais, ninguém veio correr atras de nós mais. Eu mais a mãe dela e ela fomos buscar um bambu lá e eles vieram. Um povo e poso ali minha filha, eles com facão, com foice e nós “envinha”, nós não sabíamos se nós entravamos ou nós voltávamos correndo pra trás. Porque como que fazia? Nosso barraco era lá em cima, lá na beira, lá embaixo, lá em cima lá. Essa época foi muito difícil. Eu já tive com “os trem” arrumados pra ir embora de medo dos outros. Agora não, agora os vizinho tá tudo em paz, os vizinho já tão nas casinha (Sujeito 3).

Não pra mim até não teve dificuldade nenhum. A vezes pra conseguir tirar o sustento da terra... eu sou meio técnico, não tem estudo não mas. Vou fazer do meu jeito. Vou contar um resultado pra vocês (Sujeito 4).

Tem muita dificuldade, inclusive, na época que eu vim pra cá foi preciso do meu marido, meus filhos ajudaram um pouco... teve incentivo dos filhos, ajuda na época que começo. A gente teve que comprar um carro porque sem uma condução é difícil. Principalmente quem não tem a saúde é muito difícil sem uma condução (Sujeito 5).

Ô... dificuldade tem, isso aí não vai fala que não tem porque tem. Quê dice você vai planta, você não tem um trator, né, você precisa do dinheiro você não tem pra comprar um adubo uma semente, né, isso é uma dificuldade (Sujeito 3).

Ah, assim já teve muita dificuldade assim, respeito a morar embaixo de plástico, mora de barraco, ai dava aqueles pé de chuva de noite e arrancava as barracas e a gente ficava na chuva, ficava no tempo né? Ela mesmo sabe disso que o menino ficou desse jeito né? E aquilo era aquela trabalhadeira né, uma barraca, o plástico rasgava tudo, mas eu não desanimava, aquilo tudo eu enfrentava sabe? Amanhecia o dia todo molhado, punha a secar, "pus nos ferreiros a cobertura", colchão, a gente dormia até de novo. Ai assim, pra as vezes tinha dia que a gente até faltava as coisa aqui em casa pra come, mais meu marido morava pra cá na palestina. Que eu deixe ele pra ir pra lá. Aí ele levava as coisa, ficava a semana inteira lá né? Aí levava uma coisinha, levava outa, um feijão, um arroz, um ovo, que era mais fácil e a gente ia passando daquele jeito né? Mais a gente tinha mais saúde, tinha mais força eu não acho que aquele foi difícil também, foi assim até vencer a época do povo esparramar né? Que nós morávamos tudo em barraco assim tapado, aí foi difícil, nessa época. Mais a gente venceu né? Que tinha saúde tinha força tinha tudo, venceu (Sujeito 9).

A maior dificuldade aqui é quando a gente fica doente. Entendeu? Ai é difícil, porque vê, tem que e na cidade, chega lá na cidade até atender ou marcar uma consulta é muito difícil. Tem vezes que a gente vai não atende porque não marcou, porque isso porque aquilo, tão a dificuldade essa é grande (Sujeito 10).

As dificuldades no âmbito da produção, cultivo e acesso as políticas sociais dos assentados está diretamente relacionada com o agronegócio, a concentração fundiária e a presente coerção interna do aparato estatal ao ditar normas e funcionamento. A garantia do acesso a terra está condicionada a elementos burocráticos e tecnocráticos, isto é, ao Estado cabe o direcionamento das "regras do jogo" visto que ele possui funcionários e responsáveis dotados de conhecimentos técnicos relativos às coisas do Estado. Isso se dá, por exemplo, na criação de associações que tem por objetivo facilitar o diálogo com os organismos governamentais.

Essa é a expressão mais clara da obrigatoriedade dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra de se inserirem no mercado, atendendo os interesses do capital, através de políticas de governo gestadas pelo Estado.

Um fato que demonstra esta relação entre mercado e Estado foi o estreitamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a bancada ruralista e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no ano de 2012. Segundo Glass (2013) o INCRA estava deixando de criar e gerir a infraestrutura dos assentamentos, bem como o cadastramento de clientes da reforma agrária, para dedicar ao que exclusivamente lhe caberia: dar assistência aos agricultores nos assentamentos.

O maior incômodo, no entanto, é a aparente aproximação do órgão com os representantes do agronegócio. De acordo com outro funcionário, “parece estar ocorrendo uma espécie de submissão do Ministério do Desenvolvimento Agrário aos interesses ruralistas, uma vez que a CNA passará a interferir nos principais instrumentos de controle e desenvolvimento territorial, ajeitando processos de ocupação irregular com a flexibilização das normas exigidas por lei” (GLASS, 2013, online).

Esta parceria entre a CNA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA teve como objetivo simplificar os procedimentos de certificação de imóveis rurais, principalmente aqueles que estavam em áreas de fronteira e à margem de rodovias na Amazônia. O INCRA passaria a utilizar a base de dados, o cadastro de áreas e produtores do CNA. Além disso, outra demanda seria a de disponibilizar com mais celeridade as áreas de assentamentos no mercado de terras por meio de titulação dos assentados e emancipação dos assentamentos.

A perspectiva destas instituições não coaduna com os objetivos e propostas apontadas pelos Movimentos Sociais Rurais, que buscam nos assentamentos um posicionamento e organização coletiva em oposição à lógica da propriedade individual, pois, não visa alterar e transformar todos os problemas inerentes à propriedade.

Na região do Triângulo Mineiro é possível identificar o mesmo direcionamento, onde a questão agrária tem forte vinculação aos ideários neoliberais que se desdobra pelas ações do Estado. O agronegócio não é particularidade apenas da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, mas, faz parte da realidade de diversos estados no Brasil. Nesse sentido, a concentração fundiária expressa a forte desigualdade econômica e social no campo.

De acordo com Souza (2012) a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba possui um grande destaque nacional devido a sua produção de grãos, cana-de-açúcar, criação de gado (de corte e leiteiro). A maior parte do que é produzido na

região é destinado ao mercado externo, reforçando a lógica estratégica de expansão do agronegócio no país.

Para a autora, os fatores que elavam o Triângulo Mineiro à esta colocação, diz respeito a sua localização geográfica que está no centro do país; as condições de ordem geomorfológica de relevo plano fundamental para a agricultura mecanizada, além do poder político na região que contribui fortemente para manter a concentração da terra e das relações pautadas pelo patriarcalismo e patrimonialismo rurais.

A concentração fundiária nesta região pertence a famílias e grupos tradicionais que durante décadas passou de geração a geração, e é diante deste cenário que trabalhadores rurais têm travado suas lutas, haja vista a coerção das empresas e indústrias da área do agronegócio que buscam um sistema agrícola voltado à monocultura. Assim, as ações dos movimentos sociais rurais têm como pauta a luta por melhores condições de vida e trabalho, e, sobretudo a luta pela Reforma Agrária.

O Laboratório de Geografia Agrária- LAGEA²⁰, a partir do seu banco de dados DATALUTA, organiza e apresenta seus dados tendo como critério de delimitação regional da pesquisa, a divisão elaborada pelo IBGE, no qual o Estado de Minas Gerais está dividido em 12 Mesorregiões e 66 Microrregiões Geográficas, conforme a figura abaixo:

MAPA 1- Minas Gerais – Divisão mesorregional



Fonte: DATALUTA-LAGEA (2016)

²⁰ O objetivo deste grupo é coletar, sistematizar e realizar estudos e pesquisas acerca da questão agrária e da Reforma Agrária no Brasil.

Esta delimitação criada pelo IBGE em 1990 é composta por sete microrregiões, sendo elas: (Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá) que se soma a mais 66 municípios²¹.

A partir dos dados do LAGEA pode-se perceber também a evolução da concentração fundiária, principalmente nas regiões de Uberlândia e Uberaba, evidenciando o aumento do agronegócio. Souza (2012) aponta diversas mudanças de ordenamento territorial e de aspectos econômicos nas relações sociais de produção nessa região. Dentre elas, a autora destaca a manutenção de uma elite agrária, o aumento da concentração fundiária, aumento do fluxo migratório sujeito a uma nova dinâmica de expropriação do trabalho.

c) Relação campo x cidade

Quando indagado aos sujeitos da pesquisa o motivo que os levaram para o assentamento, fica nítida a tentativa de buscarem melhores condições de moradia e trabalho, pois, muitos estiveram inseridos em processos de exploração do trabalho, submissos às mais precárias relações de trabalho e sociabilidade.

Eu arrumei um serviço no banco, de guarda, e trabalhei sete anos, depois o banco teve um descontrole lá, quebrou e mandaram todo mundo embora e eu fiquei desempregado [...] (Sujeito 1).
Lá em Iturama. A gente morava lá. Trabalhava, ambulante, na diária [...] (Sujeito 6).

A mobilidade para trabalhar em outras regiões e garantir o sustento para o dia a dia foi mencionado pelos assentados. Além disso, muitos relatam que foram para a cidade tentar algo melhor, porém, sempre viveram na área rural e não tinham intuito de permanecer na área urbana, por isso, a possibilidade de adquirirem a terra foi o motivo maior que os incentivaram a lutar pela terra no assentamento Tereza do Cedro.

²¹ Os municípios que integram esse conjunto são: Abadia dos Dourados; Água Comprida; Araguari; Araporã; Arapuá; Araxá; Cachoeira Dourada; Campina Verde; Campo Florido; Campos Altos; Canápolis; Capinópolis; Carmo do Paranaíba; Carneirinho; Cascalho Rico; Centralina; Comendador Gomes; Conceição das Alagoas; Conquista; Coromandel; Cruzeiro da Fortaleza; Delta; Douradoquara; Estrela do Sul; Fronteira; Frutal; Grupiara; Guimarães; Gurinhatã; Ibiá; Indianópolis; Ipiçu; Iraí de Minas; Itapagipe; Ituiutaba; Iturama; Lagoa Formosa; Limeira do Oeste; Matutina; Monte Alegre de Minas; Monte Carmelo; Nova Ponte; Patos de Minas; Patrocínio; Pedrinópolis; Perdizes; Pirajuba; Planura; Prata; Pratinha; Rio Paranaíba; Romaria; Sacramento; Santa Juliana; Santa Rosa da Serra; Santa Vitória; São Francisco de Sales; São Gotardo; Serra do Salitre; Tapira; Tiros; Tupaciguara; Uberaba; Uberlândia; União de Minas e Veríssimo (LAGEA, 2013).

Prefiro aqui no assentamento do que na cidade. A gente não foi criado na cidade, você sabe que quem foi criado na cidade gosta de cidade, né? (Sujeito 6).

Lá na cidade eu fico meio aborrecido, meio nervoso. Aqui eu acho “bão” demais, eu sempre gostei mais da roça do que da cidade (Sujeito 1).

Silva (1999) ao tratar do processo de trabalho dos migrantes temporários no país, afirma que sempre foram trabalhos brutais, cujas capacidades física, psíquica e social eram destruídas em poucos anos de trabalho, traduzindo em formas análogas às do trabalho escravo.

Mesmo com a reestruturação produtiva que levou esses setores a se tornarem modernos e contemporâneos, as relações de trabalho nesses espaços apenas atualizaram as formas arcaicas de extração do valor, ampliando cada vez mais a dominação do capital sobre a vida dos trabalhadores. O Triângulo Mineiro foi considerado uma das principais regiões que vem sofrendo com o processo de modernização do campo:

Com a implantação de um modelo de agricultura altamente excludente e concentrador de riquezas, fez com que a partir da década de 1980 o número de conflitos no campo aumentasse representativamente, tornando a região alvo de grande disputa territorial, representada atualmente por diversos movimentos de luta pela terra (SOUZA, 2012, p. 9).

No mapa abaixo é possível identificar os movimentos socioterritoriais com o maior número de ocupações.

TABELA 1: Triângulo Mineiro – Movimentos socioterritoriais em ocupações 2000- 2015

| MUNICÍPIOS | 1° | | 2° | | 3° | | 4° | | 5° | | 6° | |
|-----------------------|------|-----|------|------|--------|-----|------|-----|--------|-----|------|-----|
| | MST | | MLST | | CONTAG | | MTL | | FETRAF | | MPST | |
| | Ocup | Fam | Ocup | Fam | Ocup | Fam | Ocup | Fam | Ocup | Fam | Ocup | Fam |
| Araguari | 2 | 373 | - | - | 1 | 15 | - | - | - | - | - | - |
| Araxá | - | - | - | - | 2 | 115 | - | - | 7 | 140 | - | - |
| Campina Verde | - | - | - | - | 1 | 23 | - | - | - | - | 1 | 123 |
| Campo Florido | 2 | 180 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Campos Altos | - | - | - | - | 1 | 49 | - | - | - | - | - | - |
| Canápolis | 1 | 70 | - | - | 1 | 12 | - | - | - | - | - | - |
| Carmo do Paranaíba | 1 | 40 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Comendador Gomes | - | - | 2 | 178 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Coromandel | 2 | 150 | - | - | 1 | 75 | 4 | 260 | - | - | - | - |
| Frutal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 | 189 |
| Gurinhata | - | - | - | - | - | - | 5 | 693 | - | - | - | - |
| Ibiá | - | - | - | - | 3 | 75 | - | - | 1 | 120 | - | - |
| Ituiutaba | 1 | 56 | 2 | 110 | 1 | 12 | 1 | 200 | - | - | 2 | 235 |
| Iturama | - | - | - | - | 1 | 30 | - | - | - | - | - | - |
| Monte Alegre de Minas | 1 | 10 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Patos de Minas | 4 | 323 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Patrocínio | 3 | 108 | - | - | 2 | 52 | - | - | - | - | - | - |
| Perdizes | 1 | 60 | - | - | 1 | 32 | - | - | - | - | - | - |
| Prata | 2 | 90 | 14 | 1708 | - | - | 3 | 322 | - | - | - | - |

Continua

| MUNICÍPIOS | 1º | | 2º | | 3º | | 4º | | 5º | | 6º | |
|------------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|------------|-----------|-------------|----------|------------|----------|------------|
| | MST | | MLST | | CONTAG | | MTL | | FETRAF | | MPST | |
| | Ocup | Fam | Ocup | Fam | Ocup | Fam | Ocup | Fam | Ocup | Fam | Ocup | Fam |
| Sacramento | 4 | 106 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Santa Vitória | 4 | 185 | - | - | 1 | 18 | - | - | - | - | - | - |
| Serra do Salitre | 3 | 351 | - | - | - | - | - | - | 1 | 71 | - | - |
| Tapiraí | 1 | 105 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Tiros | - | - | - | - | 1 | 68 | - | - | - | - | - | - |
| Tupaciguara | 1 | 130 | - | - | - | - | 1 | 150 | - | - | - | - |
| Uberaba | 5 | 299 | 1 | 90 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Uberlândia | 16 | 1655 | 9 | 2732 | 1 | 100 | 3 | 280 | - | - | - | - |
| Veríssimo | 1 | 45 | 1 | 180 | 1 | 150 | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 55 | 4336 | 29 | 4998 | 19 | 826 | 17 | 1905 | 9 | 331 | 5 | 547 |

Continua

Fonte: LAGEA, 2016.

Como pode ser observado na figura acima, as manifestações e ocupações foram realizadas através da organização de vários movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, e diversas outras organizações de luta pela terra que ainda são expressivas na região.

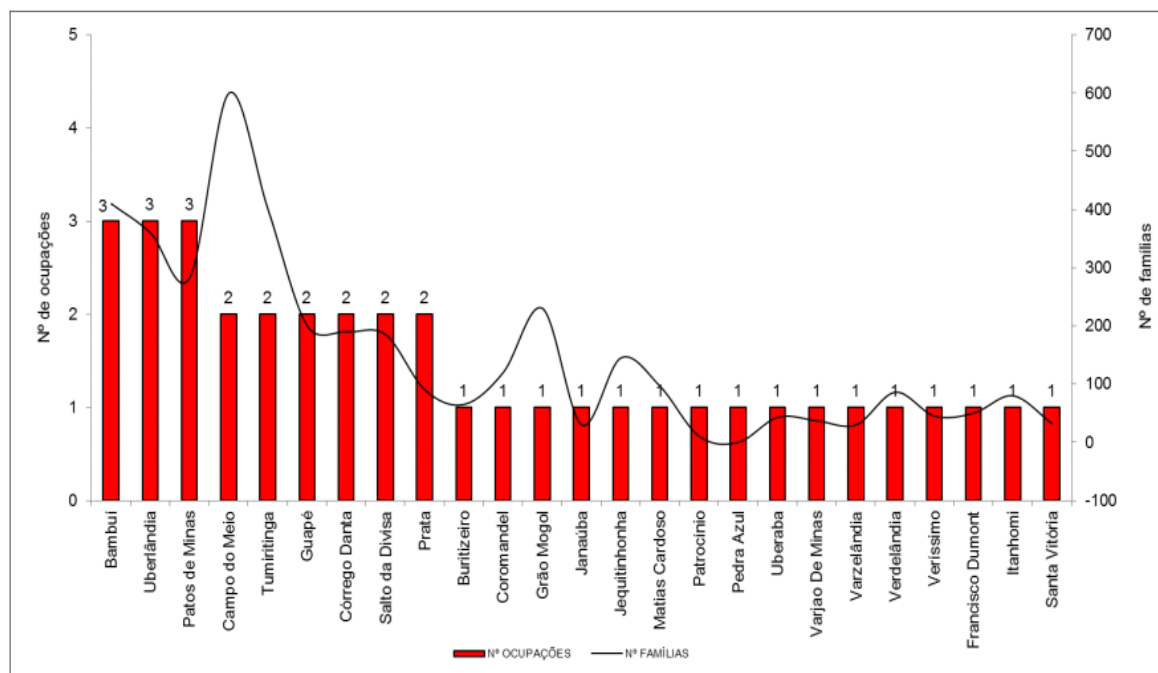
Das manifestações e ocupações realizadas na região do Triângulo Mineiro, da década de 1986 até 2015, obtiveram como resultado 414 assentamentos, com 25.091 famílias assentadas.

TABELA 2: Minas Gerais – Assentamentos rurais por ano, 1986 - 2015

| ANO | Nº DE ASSENTAMENTOS | Nº FAMÍLIAS | ÁREA (ha) |
|--------------|---------------------|---------------|------------------|
| 1986 | 4 | 653 | 34.584 |
| 1987 | 3 | 201 | 9.424 |
| 1988 | 3 | 726 | 22.956 |
| 1989 | 3 | 158 | 10.513 |
| 1990 | - | - | - |
| 1991 | 4 | 199 | 8.075 |
| 1992 | 8 | 468 | 21.941 |
| 1993 | - | - | - |
| 1994 | 1 | 118 | 3.584 |
| 1995 | 9 | 2.038 | 44.145 |
| 1996 | 26 | 1.272 | 52.571 |
| 1997 | 34 | 2.119 | 102.276 |
| 1998 | 33 | 1.717 | 74.398 |
| 1999 | 30 | 1.556 | 67.747 |
| 2000 | 27 | 2.466 | 98.902 |
| 2001 | 14 | 1.445 | 68.280 |
| 2002 | 13 | 704 | 33.083 |
| 2003 | 7 | 512 | 16.715 |
| 2004 | 15 | 503 | 31.300 |
| 2005 | 72 | 3.196 | 153.903 |
| 2006 | 13 | 777 | 19.865 |
| 2007 | 24 | 1.028 | 50.524 |
| 2008 | 5 | 182 | 4.400 |
| 2009 | 22 | 843 | 25.828 |
| 2010 | 12 | 516 | 27.013 |
| 2011 | 6 | 250 | 7.661 |
| 2012 | 8 | 661 | 35.849 |
| 2013 | 4 | 173 | 7.212 |
| 2014 | 11 | 527 | 19.156 |
| 2015 | 3 | 83 | 2.858 |
| TOTAL | 414 | 25.091 | 1.054.763 |

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016.

GRÁFICO 1: Minas Gerais – Número de ocupações e de famílias por município, 2015



Fonte: DATALUTA, 2016.

A partir dos dados, fica evidente que os assentamentos, particularmente aqueles que estão localizados no Triângulo Mineiro, aumentaram significativamente o número de famílias assentadas. Ressalta-se que essa conquista de acesso a terra é fruto da articulação e organização dos trabalhadores, mas também está inserida no âmbito da luta de classes que é atravessada por contradições.

No assentamento Tereza do Cedro existiram dificuldades das famílias em se manterem acampadas e articuladas de forma contínua, haja vista o processo de precarização e condições de permanecerem na lona, bem como a existência de conflitos internos, marcada pela divisão dos grupos e famílias. Tais conflitos impediram que muitas questões fossem resolvidas no âmbito coletivo.

Os despejos sofridos pelos acampados e acampadas são a mediação que nos auxilia a compreender a dificuldade de organização dos assentados e assentadas. Dessa forma, foi possível identificar que os trabalhadores e trabalhadoras sofreram violência direta da polícia nos atos de despejos, e pelo executivo na época que não apoiou e não cumpriu seu dever social com a instalação de um projeto de assentamento em Uberaba (MASSON, 2016, p.198).

Cabe apontar também, quais são as condições objetivas destes assentados, isto é, se existe qualidade na terra, se possuem maquinários, fonte para investir e materiais que são imprescindíveis para garantir a sobrevivência destes

trabalhadores/as.

Nesta direção, se destaca os créditos concedidos pelo governo que são insuficientes face às necessidades que existem nos assentamentos, entretanto, faz-se necessário considerar que é apenas a partir da condição de assentado que este segmento específico de trabalhador rural passou a ter acesso aos mecanismos de financiamento rural (LEITE et al, 2004, p. 12).

Em pesquisa realizada pelos autores acima acerca do crédito rural, a maioria dos assentados relatou dificuldade no acesso. A queixa principal diz respeito ao atraso na liberação dos recursos, o que compromete substancialmente os resultados, pois os recursos não chegam no período do ciclo agrícola em que são mais necessários.

Tal fato reflete a realidade dos (as) assentados (as) do Tereza do Cedro.

Dificuldade tem. Você vai plantar, você não tem um trator, você precisa do dinheiro você não tem pra comprar um adubo, uma semente (Sujeito 6).
Falta de recurso. Que a gente podia ser muito mais produtivo, mas falta de recurso, falta de maquinário, falta de condições de adubar a terra pra terra produzir (Sujeito 10).
Dificuldade é mais falta de assistência, não tem né? Não tem como a gente produzir, falta de dinheiro pra aplicar na terra, muita falta (Sujeito 1).

d) Limites dos Programas do Governo Federal para permanência na terra

A partir das falas é possível perceber a dificuldade destas famílias em construir estratégias de reprodução familiar e sustento econômico na própria terra. No Brasil, os setores do campo que são ligados ao agronegócio (voltados à exportação) da cana de açúcar, soja, pecuária; possuem a apropriação de uma renda da terra bem maior, além do processo de exploração do trabalhador que não possui os meios de produção e vende sua força de trabalho, chamado de proletário rural.

Os setores que possuem uma renda baixa e realiza a produção de alimentos para consumo interno (hortaliças, feijão) são conduzidos pela produção familiar que está sujeita ao pagamento da terra e não ao recebimento da mesma, ainda que sejam donos da terra e dos meios de produção.

Para Martins (1995) o que acontece com a lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade fica comprometida com empréstimos para investir e custear as lavouras. O autor aponta que o lavrador

entrega ao banco os juros do empréstimo que fez, anualmente, tendo como garantia os instrumentos adquiridos com esse empréstimo, bem como a terra. Através disso, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser proprietário da mesma, “o lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que é nominalmente sua” (MARTINS, 1995, p. 176).

Como sua terra é terra de trabalho, não é terra de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês. Por isso, a riqueza que cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas (MARTINS, 1995, p. 176).

Em 2015/2016 o Plano Safra da agricultura familiar teve investimento de R\$28,9 bilhões pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com uma taxa de juro variável a 2 e 5,5% no ano. Os dados englobam apenas aquelas famílias que tiveram crédito via política do governo federal, não incluindo, portanto, a relação de acúmulo de capital financeiro/bancário, haja vista que muitos que não acessaram o PRONAF, foram submetidos a bancos privados, com juros exorbitantes²².

Ao tratar do processo de ocupação no assentamento Tereza do Cedro, a maioria dos sujeitos da pesquisa expôs o período em que ficaram acampados sofrendo as medidas truculentas da polícia de Uberaba, com as tentativas de despejo, além dos jagunços que eram contratados por fazendeiros para retirarem de forma brutal os trabalhadores.

Ah foi bem difícil né, pra nós. Que eles foram tirar o povo, derrubar os barracos tudo, foi difícil essa época [...] Eu mais a mãe dela e ela fomos buscar um bambu lá e eles vieram. Um povo e posou ali, eles com facão, com foice e nós “envinha”, nós não sabíamos se nós entrávamos ou nós voltávamos correndo pra trás. Porque como que fazia? Nosso barraco era lá em cima, lá na beira, lá embaixo, lá em cima lá. Essa época foi muito difícil (Sujeito 3).

É aquele negócio né, eles ficam pressionando. Tem muita pressão, da parte do... eu não sei se é o INCRA ou o que que é que pressiona muito. Mas é a polícia que vem, pressiona né? Então, quando eu estava debaixo da lona no

²² Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2013, 800 mil famílias estavam com endividamento crônico.

MST ao mesmo tempo que a gente estava em paz a gente estava como diz com o “maior demônio” atentando. Que ao mesmo tempo que a gente estava em paz a gente tinha que pegar as trouxas e sai correndo. Falou que tal dia eles iam desapropriar nós. Aí nós tiramos as barracas, tiramos nossas coisas, atravessamos pra de lado da cerca. E o mais eles passaram por cima de tudo. Então eu acho assim eles deviam ter dado um tempo pra nós colher aquela colheita [...] Meu marido chegou adoecer (Sujeito 5).

As medidas adotadas pela polícia expressam a criminalização da luta das assentadas e dos assentados pela terra. Durante aproximadamente quatro anos as famílias ficaram acampadas na fazenda, até o INCRA começar o processo de instalação do projeto de assentamento rural e elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Não obstante, as ações de truculência e violência contra as famílias assentadas, expressa também o posicionamento da mídia, que busca deslegitimar e criminalizar o processo de luta pela terra e a Reforma Agrária no país, ao divulgarem matérias que enquadram movimentos como o MST, como organização criminosa, como foi o caso da reportagem da revista IstoÉ em junho de 2018, que fez uma publicação ligando o MST do Distrito Federal e Entorno a práticas de corrupção envolvendo grileiros, fazendeiros e latifundiários.

Segundo Marco Baratto, da direção nacional do MST, esses meios de comunicação não tem a intenção de informar e não se enquadram em um padrão de jornalismo minimamente sério, pois não há consistência sobre fontes e investigação.

Para isso, objetivam desestabilizar o MST que é uma das principais forças políticas de combate ao agronegócio. “É nítido que se trata de uma matéria encomendada. Um ataque financiado por setores da especulação imobiliária da região que tem fortes ligações com a grilagem de terras e com o agronegócio” (BARATTO, 2018).

Não obstante, é preciso ressaltar o não acesso da população que vive no campo às políticas sociais. Nesta pesquisa especificamente, uma das questões mais recorrentes quando questionado sobre as dificuldades e lutas das famílias, a maioria relata a não garantia da política de saúde.

Como sabemos, as políticas sociais no Brasil, a partir de 1990 foram implementadas sob diretriz dos ideários neoliberais. Esse período marcou a redução dos direitos sociais, conquistados arduamente pelos trabalhadores e legalmente instituídos pela CF/88. Assistiu-se também a precarização dos vínculos trabalhistas, o desmonte da política de saúde da previdência social, marcando a lógica deste

Estado neoliberal que se traduz em um “Estado mínimo para os trabalhadores e Estado máximo para o capital” (NETTO, 1993).

Com a ausência do Estado para materializar e efetivar tais direitos, observamos cada vez mais uma transferência do seu papel para o mercado e para a solidariedade da sociedade civil, através do terceiro setor. Ao mercado fica destinado aqueles que possuem condições para custear os serviços privados, enquanto as políticas mais focalizadas e seletivas são destinadas aos pobres.

Segundo Montaño (2002), na perspectiva neoliberal, o terceiro setor coexiste com outros dois setores. O primeiro setor corresponde ao Estado, na administração dos bens públicos; o segundo setor representado pelo mercado (empresas privadas) e o por último o terceiro setor, representado por Organizações da Sociedade Civil.

Assim, a política social assume a característica de ofertar ações pontuais e compensatórias como forma de atender as expressões da questão social, que são resultado da crise do Estado e de sua contrarreforma (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

A intitulada reforma do Estado fortaleceu a ideia da sua ineficiência e com isso, a defesa da sua redução, isto é, aquilo que se denominou de Estado mínimo. O Estado assume responsabilidades mínimas, e as transfere para a iniciativa privada ou filantrópica, atendendo aos interesses do capital.

O Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado - e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contrarreforma(s), destinado a supressão ou redução de direitos e garantias sociais (NETTO; BRAZ, 2008, p 227).

Em 2003, no governo Lula, a partir de diversas mobilizações e reivindicações da população, foi fundido o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) constituindo um único ministério para realizar a gestão das políticas agrárias e de assistência social, que foi chamado de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Tanto no governo de FHC como no governo Lula pode-se observar ações políticas de combate à pobreza, como estratégia principal destes governos para as políticas econômicas e sociais. E o resultado disso foi a integração das políticas estruturais às políticas distributivas, seletivas e excludentes. O próprio Ministério do

Desenvolvimento Social e Agrário é uma expressão deste direcionamento do Estado, que tem sido ainda mais fortalecida no governo Temer. Masson (2016) afirma que é a transformação e institucionalização da política de reforma agrária em uma política social.

A reforma agrária, diferente da política de assistência social, não é uma política distributiva, mas redistributiva, tendo em vista que ela pode contribuir para transformar estruturalmente a sociedade, uma vez que a propriedade de terras no país sempre foi privada e concentrada.

De acordo com Fernandes (2013) o trabalhador urbano, por exemplo, recebe um salário, o camponês precisa trabalhar com sua família em sua terra para conseguir tirar seu sustento. Por isso, é fundamental que existam políticas públicas de educação, de crédito e tecnologias apropriadas para melhorar qualitativamente a renda dos agricultores familiares, de assentadas e assentados, para além das políticas distributivas.

No contexto atual, a gestão da questão agrária via políticas distributivas e redistributivas não busca alterar a estrutura da sociedade brasileira. Pelo contrário, a realidade apresenta que este processo atual tem gerado um forte agravamento das desigualdades sociais no campo.

Portanto, é preciso compreender que a reforma agrária é uma política pública de desconcentração fundiária por meio da desapropriação de terras. O crédito fundiário para compra de terras não é e nem deve ser confundido com reforma agrária, como foi proposto no governo FHC ao denominar “reforma agrária de mercado” (FERNANDES, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender como se dá o acesso da pessoa às políticas sociais no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG. Para isso, utilizamos referenciais teóricos de autores que vem se destacando no debate sobre o trabalho, movimentos sociais, questão social, envelhecimento e questão agrária, além da contribuição de reportagens e matérias acerca destas categorias produzidas pelos movimentos sociais e seus militantes.

Nesta perspectiva, podemos inferir que atingimos os objetivos propostos, pois no caminho metodológico o investigador teve uma postura crítica, investigativa, dialogal com o objeto da pesquisa, contribuindo para desvendar a realidade, ou seja, apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Assim, as aproximações sucessivas com o assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG, evidenciou que o envelhecer do trabalhador rural, é marcado por luta pela terra. Apontou também que são muitas as dificuldades enfrentadas, para garantir acesso aos direitos sociais. Concluímos que a política de reforma agrária no Brasil ainda é deficitária.

Assim, esperamos que este estudo possa abrir caminhos, novas investigações e contribuir para o trabalho profissional do Assistente Social e com outras áreas do conhecimento que se interessam pela temática.

Nesta investigação, buscou analisar a questão agrária no Brasil numa perspectiva de totalidade, para tal foi preciso retomar ao desenvolvimento capitalista periférico na América Latina, cuja dinâmica está centrada na condição desigual e dependente que esses países estão submetidos frente as economias imperialistas.

Segundo Marini (2011, p. 135) “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. É preciso considerar que a concentração e centralização do capital estão pautadas na apropriação privada dos meios de produção e na riqueza socialmente produzida e isso, deixa claro o processo de mercantilização da terra e exploração dos trabalhadores por uma minoria que detém o monopólio e o lucro.

A partir disso, são visíveis a desigualdade extrema e o aprofundamento das expressões da questão social que perpassa a realidade de uma grande maioria de trabalhadoras e trabalhadores nesses países.

De acordo com Traspadini (2016, p. 316) “na contradição entre capital-trabalho se recria a contestação e se potencializa sua superação; quando, onde e como se modificam na história. No entanto, o quem não muda: proprietários privados

dos meios de produção e trabalhadores donos da força de trabalho”.

Essa desigualdade é fundamento central do capital e das leis que regem o mercado capitalista, por isso, Mandel (1985) afirma que é através do mercado mundial que o capitalismo se estrutura enquanto sistema desigual e combinado. Esta determinação traz como resultado a exclusão de uma maioria de trabalhadores na ordem econômica, social e política.

Essa lógica destrutiva ocasionou um cenário de pobreza, exclusão, desigualdade e degradação do meio ambiente que se alarga mundialmente expressando a direção perversa da etapa atual de desenvolvimento do capital. Segundo Giaqueto e Soares (2010) as necessidades desse sistema vão incidindo em todas as esferas da sociabilidade humana e atinge, sobretudo, o mundo do trabalho.

As transformações do mundo do trabalho geram grandes impactos na realidade dos idosos, em particular aqueles que vivem no campo, visto que são alvos da violência, da discriminação e da exclusão social, haja vista que a inserção nesta sociabilidade do capital está condicionada à quem produz e à quem consome, aos que tem potencial para a atividade produtiva e que conseqüentemente sua força de trabalho servirá ao mercado e sua lucratividade.

Nesta perspectiva, foi possível compreender o processo de envelhecimento e velhice numa perspectiva de totalidade, pois como vimos, no sistema capitalista a distribuição desigual da riqueza produzida gera a desigualdade, exclusão e pobreza, expressões da questão social. Assim, o trabalhador que teve péssimas condições de trabalho e de vida, vai vivenciar a “Velhice trágica”, desprotegido pelo Estado e família. Portanto, a velhice é uma produção social, “reproduzida nos limites das condições concretas no espaço e compasso do capital” (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 30).

Nessa direção, o estudo presente trouxe a realidade dos idosos que vivem no campo, bem como seus enfrentamentos e resistências no âmbito da luta pela terra. Leite et al (2004) em pesquisa realizada acerca das ocupações nos assentamentos pelo Brasil, mostrou que 90% das ocupações ocorreram por meio dos acampamentos e 0,8% através do INCRA e que a iniciativa da desapropriação ocorreu por parte dos trabalhadores e seus movimentos, em contexto de crise. Demonstra que não existe por parte do governo uma política de Reforma Agrária, mas uma política de assentamentos que foi realizada em razão das mobilizações

dos trabalhadores rurais sem terra.

No assentamento Tereza do Cedro, a maior parte dos sujeitos da pesquisa afirmou ter experiência de trabalho no campo, que remete ao contexto familiar, onde tinham avós ou pais agricultores, cresceram no campo e tiveram proximidade com o meio rural. Assim, identificou-se um percentual significativo de assentados com alguma experiência no campo.

Quanto à escolaridade, a maioria das (os) assentadas (os) não concluiu a 4ª série do ensino fundamental e alguns que afirmaram ter tido acesso à educação em algum momento da vida, não conseguem ler e escrever. Não identificou nenhum sujeito que completou o ensino médio e superior. A despeito disso, é preciso considerar o deslocamento e a acessibilidade que dificulta os assentados a irem para a cidade realizarem seus estudos.

Além disso, os assentamentos possuem dificuldades com as estradas, que em períodos chuvosos impedem o transporte para a cidade. Conseqüentemente, se há perda de aulas o assentado tem prejuízos em seu desempenho escolar. E muitas vezes, não há interesse do poder público em melhorar as condições dos veículos, da estrada e dos horários disponíveis. São muitas as dificuldades, mas é nítido que não há uma prioridade em fortalecer uma educação rural para os assentados e seus filhos.

No que se refere à produção, a atividade principal da maior parte dos assentados é a pecuária leiteira e as plantações (milho, mandioca, hortaliças). As famílias relatam que a alteração do clima, a diminuição da fertilidade do solo, o aumento das pragas e a ausência de assistência técnica são os fatores que impedem ou dificultam diversificar a produção.

Porém, a maior dificuldade é em relação ao crédito, aos investimentos e recursos para aprimorar as plantações (máquinas, sementes, entre outros). Relatam também a insatisfação quanto ao Pronaf, afirmando ser um programa mal desenvolvido, pois, não atende as demandas específicas da produção. Segundo Mançano (2013), a lógica no Pronaf é a de endividamento das famílias, o que aponta a necessidade de reformular o programa para que possa qualificar e fortalecer a produção dos assentados.

Cabe destacar que a maioria dos lotes produzem grãos (feijão, milho), mas também tem plantação de verduras, legumes, bem como o cultivo de frutas. A diversificação desta produção é o que garante a segurança alimentar das famílias,

constituindo como o principal recurso.

Outra medida que auxilia no comércio da produção, são as feiras itinerantes em bairros das cidades próximas aos assentamentos. Mas, não há participação e incentivo das prefeituras que poderia garantir o transporte para deslocamento dos assentados e suas mercadorias. A experiência mencionada na pesquisa se restringe à feira que foi realizada na UFTM, em maio de 2018, “I Feira da Agricultura Camponesa na UFTM”.

Para que as famílias consigam comercializar sua produção, é necessário que sejam dadas condições para que possam realizar essas atividades. Não é possível pensar que apenas com a terra que recebem do governo, os trabalhadores do campo conseguiriam uma mudança estrutural, sem que haja maiores investimentos. Por isso, a importância de pensar a política de reforma agrária articulada à outras políticas públicas no contexto municipal.

No que diz respeito à saúde, os assentados apontaram a dificuldade em conseguir o atendimento especializado, devendo se deslocar para outros locais, reivindicarem ambulâncias, espaço adequado para o atendimento das consultas. O acesso aos serviços de saúde, a localização e a distância que os assentados percorrem são fatores que interferem na qualidade desses atendimentos. Aqueles que estão doentes e necessitam de atendimento de urgência, muitas vezes não conseguem chegar a tempo por ser insuficiente e difícil.

O Sistema Único de Saúde não acompanhou a questão agrária, pois suas ações estão voltadas para a área urbana, seja na estrutura física, nos conceitos que são difundidos, no método de trabalho e no processo de educação à saúde que muitas vezes não corresponde à realidade dos sujeitos que vivem no campo.

O sistema de saúde está voltado para um atendimento hospitalocêntrico, para procedimentos especializados e de alta tecnologia em detrimento de uma assistência preventiva, ambulatorial, o que demonstra o grande despreparo dos profissionais de saúde em intervir no ambiente rural.

Quanto à política de assistência social, os sujeitos não a reconhecem como direito, ainda que recebam recursos e benefícios dos programas de transferência de renda, dado o caráter focalizado, seletivo e excludente das políticas sociais no Brasil, em particular a política de assistência.

Outra questão abordada na pesquisa foi o lazer e a relação com os vizinhos e familiares. A maioria dos sujeitos declarou não existir espaço de lazer no

assentamento, o que consideram como forma de participação e socialização é às idas a cidade para consulta médica, à feira, bem como os encontros com outros assentados para discutir questões pertinentes ao assentamento.

Portanto, o que se identifica é a existência da questão agrária em Uberaba, marcada pela existência de assentamentos e acampamentos que foram constituídos por diversos sujeitos e que muitas vezes são desconsiderados pelo poder público, haja vista o contexto de centralização das terras, a defesa dos interesses de grandes empresários/latifundiários pelo poder político, bem como a agricultura do agronegócio que prevalece na produção agrícola de Uberaba e região.

Evidencia-se que existe uma luta pela reforma agrária nesses assentamentos, desencadeada por camponeses e trabalhadores sem-terra, que mesmo diante da truculência da polícia, do descaso do poder público e da experiência com os despejos realizados a alguns anos atrás, resistiram e resistem em defesa da terra e de sua permanência.

É necessária a articulação e diálogo entre esses sujeitos para fortalecer a identidade do movimento, suas pautas e organização que contribuem para dar continuidade ao processo de assentamento rural. Além disso, é preciso pensar políticas públicas que estão em consonância com a realidade do campesinato e com a democratização da terra.

Ainda que é possível identificar uma diversidade na produção dos assentados que é a base da alimentação daquelas famílias, existem limites estruturais que dificulta a produção: ausência de recursos financeiros para investir na produção; transporte para escoar a produção e para deslocarem do lote sentido à lugares que possam comercializar seus produtos; o acesso à água que ainda é um desafio para o assentamento, bem como a força de trabalho das famílias, predominantemente idosa.

Nesse sentido, é possível afirmar que, apesar de todas as dificuldades, os dados apresentam o valor que a terra possui na vida das famílias, tanto por terem a experiência anterior na área rural, como pela oportunidade de adquirirem seu próprio pedaço de terra. Depois que adquirirem a terra, sua permanência pode assegurar sua subsistência e sua qualidade de vida, realidade que não existe nem existiu para os assentados do Tereza do Cedro antes de tornarem-se assentados.

É preciso fortalecer a luta pela reforma agrária, que vai além da luta pela terra, mas constitui a defesa da democracia, da vida, da moradia, da alimentação, da

educação e da agricultura familiar no campo. É a luta contra a lógica da agricultura capitalista, contra o projeto do capital que intensifica dia após dia a barbárie em todas as dimensões da vida social. Por isso, enquanto existir o capitalismo, enquanto o latifúndio existir, nós lutaremos e resistiremos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? In: **Saúde e Sociedade**, nº 3, vol.15, Set/Dez 2006.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 335 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

BARATTO, Marco. **“O objetivo é criminalizar a luta pela terra”**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/06/27/o-objetivo-e-criminalizar-a-luta-pela-terra-afirma-dirigente-do-mst-sobre-materia-da-istoe.html>> Acesso em 20 ago. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa:Edições Setenta, 1994. 226 p.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOMBARDI, Larissa Mies. **A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos**. In: Merlino T, Mendonça ML. Direitos humanos no Brasil 2011: relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; 2011. p. 71-84.

_____. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. Bol Dataluta. 2011 set; (45):1-21.

BRASIL. **CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**. Brasília, 2006. Disponível em <<file:///C:/Users/ADMIN/Downloads/Artigo%20Teixeira.pdf>> Acesso em jul 2018.

_____. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2010.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República. Carta de São José sobre os direitos dos idosos da América Latina e Caribe. Brasília, 2013b. p. 507-519.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **Revista bras**. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233-235 jan./jun. 2010.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: _____. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes,

2005.

CARVALHO, Mariana Costa. **Autogestão, economia solidária e cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. 2012. 116f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

CELOS, Jeferson Fernando. **O direito enquanto práxis contra-hegemonia e a luta pela terra na perspectiva dos movimentos sociais populares**. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 2006.

COSTA, Joice Sousa. **Velhice, ideologia e crítica: uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as) nos espaços das conferências**. 2015. 166f. ç Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdades de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

CLEPS JUNIOR, João et al. **A dinâmica da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paraíba: avaliação do período e 2001 a 2005**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/5.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. **DATALUTA Minas Gerais: Relatório 2013**. Uberlândia: LAGEA - Laboratório de Geografia Agrária, 2014. Disponível em: Acesso em: 13 nov. 2017.

CLOSS, Taísa Teixeira. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 14, n. 2, p. 253 – 266. ago./dez. 2015.

DALBÉRIO, Osvaldo; DALBÉRIO, Maria Célia Borges. **Metodologia Científica: desafios e caminhos**. São Paulo: Paulus, 2009.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária no Brasil: 1950-2003**. In: JACCOUD, Luciana. **Questões sociais e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: Ed. IPEA, 2005.

_____. **Uma outra visão do Agronegócio**. *Jornal Unesp*. Maio de 2007, ano XX – nº 211. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/211/suplec.php>> Acesso: Ago 2018.

_____. **Reestruturação da economia do agronegócio – anos 2000**. In: STEDILE, J.P.; ESTEVAM, Douglas (org). **A questão agrária no Brasil: o debate dos anos 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. *Desenvolvimento em Debate*, v.1, n.2, p.111-125, janeiro-abril e maio-agosto 2010.

DELGADO, Guilherme Costa; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Principais**

resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 734).

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 17- 49.

DIEESE/ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - **Estatísticas do meio rural 2010-2011.** 4. Ed. /; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234487363-lt_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf>. Acesso em: ago de 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita.** In: SADER, Emir (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

_____. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Coord.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Agricultura, instituições e desenvolvimento Sustentável. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança.** 2003. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Ensaio de uma interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Marx: transformar o mundo.** 2. Ed. São Paulo: FTD, 1991.

GIAQUETO, Adriana; SOARES, Nanci. **O trabalho e o trabalhador idoso.** In: LOURENÇO, Edvania Angela de Souza. Trabalho, Saúde e Serviço Social: Textos apresentados no VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca e V Seminário "O trabalho em Debate". Franca: Unesp; Curitiba: Ed. CRV, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GLASS, Verena. **O Incra no fio da navalha.** 21 jan. 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/01/o-incra-no-fio-da-navalha/>> Acesso em 08 ago. 2018.

GODINHO, Rute. Saúde e gênero: mortalidade feminina no Brasil. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa. **Desafios da comparação. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil**. Oeiras: Celta, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas**. EccoS – Revista Científica, São Paulo, v. 7, n.2, p. 253-274, jul./dez. 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: . In.: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E SERVIÇO SOCIAL (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009. p. 701-717.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes; ALCÂNTRA, Adriana de Oliveira. Velhice, mundo rural e sociedades modernas: tensos itinerários: IN: **RURIS** - Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP. v. 2, n. 1. p.154 -180, 2008.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **O direito à velhice: os aposentados e a previdência social**. São Paulo: Cortez, 1993. (Questão da nossa época, v.10).

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução: Magda Lopes – 1ª ed.- São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

_____. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p.261-384, jul. / dez. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98579.pdf>> Acesso em 24 de jul. 2018.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. Tradução de C. Iperoig. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert. S.A, 1968.

LAGEA. **DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2012 - Minas Gerais**. Coordenação de João Cleps Júnior. Uberlândia, 2013.

LEITE, Sérgio; et al. **Impactos dos Projetos de Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro**. Brasília-DF: Instituto Interamericano de Cooperação

para a agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LONARDONI, Eliana; OLIVEIRA, Juliene Aglio de. Serviço Social e Direitos Sociais: entre a garantia legal e o acesso. **ETIC**, v. 3, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1534>>. Acesso em: 12 set. 2017.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R; STÉDILE J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINELLI, Maria Lucia. Serviço Social: **Identidade e Alienação**. Ed. Cortez, 9ª Edição, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. – 5ª ed.- Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006. p.45-59.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. 18ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, Volume 2, 2002.

_____. **O capital: crítica da economia política**. 2. Ed., livro II, v.III. São Paulo: Nova Cultural. (1985).

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III. 5. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Volume VI, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 3. Ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1990.

MASSON, Gabriela Abrahão. **A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social? Uma análise a partir dos assentamentos rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG**. Tese de doutorado – UNESP / Campus de Franca. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social** – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da questão Social. In: Associação Brasileira de pesquisa e ensino em Serviço Social – ABEPSS. **Temporalis**, ano II nº 03. Brasília: ABEPSS, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. – 4. Ed. - São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Os direitos de cidadania como causa cívica: o desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado**. In: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. Fortaleza, 2004.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PRONZATO, Carlos. **19 poemas sem terra**. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/19%20POEMAS%20SEM%20TERRA%20-%20Carlos%20Pronzato.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2018.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300011> Acesso em: 12 jan. 2018.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. Educação e luta pela terra no Brasil: a formação política no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.27-44, jan.-mar., 2017.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. “As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social” IN: **Revista Libertas**. Volume 2 número 2 e volume 3, números 1 e 2. FSS/UFJF, 2002.

_____. Na Prática a Teoria é outra? Mitos e Dilemas na relação entre teoria, prática e instrumentos e técnicas em Serviço Social. Rio de Janeiro: **Lúmen-Juris**, 2010.

SANTOS, C.M; BACKX, S; GUERRA, Y. A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 215-234, jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000200215&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 maio 2017.

SOARES, Nanci; DI GIANNI, Victalina Maria. UNATI/ Franca: construindo cidadania na era do envelhecimento. In: JOSÉ FILHO, Mário; SOARES, Nanci. (Org.). **UNATI: construindo cidadania**. Franca: Unesp/FHDSS, 2008.

SOARES, Nanci, FARINELLI, Marta Regina, LIPORONI, Andreia Aparecida. Conselho de Direitos: uma análise do controle democrático e a participação social dos velhos trabalhadores. In: COSTA, Joice Sousa, DEL MASSO, Maria Candida Soares, SOARES, Nanci, CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **APROXIMAÇÕES E ENSAIOS SOBRE A VELHICE**. Franca: UNESP, 2017.

SOARES, Nanci; POLTRONIERI, Cristiane de Fátima; COSTA, Joice Sousa. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais, **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n.1, p.133-152, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/7474/5761>>. Acesso em: 10 jul 2016.

SOUZA, Francilane E. **As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumento para a valorização do território do camponês?** 2012. 380 f. Tese de (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, 2012.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980/ João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa)--2. Ed.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. 320 p.

_____. **Questão Agrária no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Atual, 2005.

STÉDILE, João Pedro (org). **História e Natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 204 p.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 17-92.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção

social na sociedade brasileira. v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009. Vitória:
ARGUMENTUM, v. 1, n. 1, jul./dez. 2009. p. 63-77.

_____. **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

TRASPADINI, R. S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UBERABA. **Desenvolvimento do Agronegócio**. Disponível em:

<<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,24971>> acesso em 30 jul. 2018.

VIANA, Nildo. **A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx**. Florianópolis: Bookess, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

WONG, Laura Lúcia Rodríguez; CARVALHO, J. A. **O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98579.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2018.

APÉNDICE

II – RECURSOS SOCIAIS

9. Satisfação no relacionamento com amigos ou membros da família que moram com o/a entrevistado (a):

() Excelente () Muito Bom () Bom () Ruim

10. Assistência fornecida ao/a entrevistado (a): () SIM () NÃO

11. Assistência fornecida à família pelo/a entrevistado(a): () SIM () NÃO

12. Satisfação com relação a amigos:

() Excelente () Muito Bom () Bom () Ruim

13. Visitas recebidas e visitas feitas:

Recebidas: () SIM () NÃO

Quem? () amigos () familiares () conhecidos Outros: _____

Feitas: () SIM () NÃO

Quem? () amigos () familiares () conhecidos Outros: _____

III – RECURSOS ECONÔMICOS

14. Ocupação principal durante a vida: _____

a) Tempo de trabalho: _____

b) Se trabalha atualmente: () SIM () NÃO

Qual é o trabalho exercido? _____

15. Idade em que parou de trabalhar: _____ Não parou de trabalhar ()

16. Fonte de renda: (aposentadoria; BPC; pensão, etc.)

Qual? _____

17. Renda pessoal mensal: _____

a) Renda mensal do grupo familiar: _____

b) Números de pessoas dependentes da renda familiar total: _____

18. Condição de moradia:

() Água () Energia elétrica () Esgoto

Outros: _____

Tipo de construção: () Tijolo / Alvenaria () Madeira () Plástico

Outro: _____

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista semiestruturada

Roteiro da entrevista semiestruturada para analisar a participação da pessoa idosa na luta pela terra no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG. O projeto de pesquisa está vinculado a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca.

- 1) Desde quando o/a senhor (a) reside no assentamento?
- 2) Por que o/a senhor (a) está no assentamento?
- 3) Como o/a senhor (a) se sente morando neste assentamento?
- 4) Existe alguma dificuldade neste assentamento rural?
- 5) Qual a sua principal contribuição neste assentamento?
- 6) Quais as principais lutas neste assentamento rural?
- 7) O/A senhor (a) tem alguma função dentro do assentamento?
- 8) Como o/a senhor (a) avalia esse assentamento rural?
- 9) O/A senhor (a) está conquistando os direitos pelos quais o/a senhor (a) está lutando neste assentamento?

ANEXO

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



NOME DO PARTICIPANTE: _____
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____ SEXO: M () F ()
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: ____
CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **A participação da pessoa idosa na luta pela terra no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG.** O projeto de pesquisa será conduzido por **Ana Carolina Fernandes Silva**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pela Profa. Dra. **Nanci Soares**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/Campus de Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: dissertação de mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **O projeto de pesquisa tem como objetivo geral, compreender qual a participação da pessoa idosa na luta pela terra no assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG.** Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, ____ de _____ 2018.

Assinatura do participante

(assinatura)
Pesquisador Responsável
Nome: Ana Carolina Fernandes Silva.

(assinatura)
Orientador (a)
Profa. Dra. Nanci Soares.

ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA IDOSA NA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO RURAL TEREZA DO CEDRO EM UBERABA / MG

Pesquisador: ANA CAROLINA FERNANDES SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 81991318.5.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.505.002

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de acordo com as normas científicas.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos geral e específicos estão explícitos e são passíveis de execução.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os benefícios e os riscos foram considerados e a pesquisadora relata como fará para minimizar os riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema bastante interessante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados de acordo com a resoluções vigentes.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

Continuação do Parecer: 2.505.002

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|--|------------------------|------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_926675.pdf | 19/02/2018 22:17:11 | | Aceito |
| Parecer Anterior | PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2495408.pdf | 19/02/2018 22:16:16 | ANA CAROLINA FERNANDES SILVA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETO_DETALHADO_ANA_CAROLINA_FERNANDES_SILVA.pdf | 19/02/2018 22:14:17 | ANA CAROLINA FERNANDES SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf | 19/02/2018 22:12:54 | ANA CAROLINA FERNANDES SILVA | Aceito |
| Outros | Questionario.pdf | 17/02/2018 17:25:08 | ANA CAROLINA FERNANDES SILVA | Aceito |
| Outros | Roteiro_entrevista.pdf | 17/02/2018 17:20:52 | ANA CAROLINA FERNANDES SILVA | Aceito |
| Outros | Ausencia_Declaracao.pdf | 17/02/2018 17:12:24 | ANA CAROLINA FERNANDES SILVA | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 09/01/2018 08:49:32 | ANA CAROLINA FERNANDES SILVA | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha_de_rosto.pdf | 05/01/2018 11:50:38 | ANA CAROLINA FERNANDES SILVA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 21 de Fevereiro de 2018

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br